
 <p>PPGEDAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL - TRANSAMAZÔNICA</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE - NUMA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL – PPGEDAM</p>	 <p>NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE NUMA - UFPA</p>
---	---	--

JOSÉ RAUL DOS SANTOS GUIMARÃES

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DO CACAU PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA (PA): um estudo centrado em alternativas de sustentabilidade econômico-espacial

Belém
2011

JOSÉ RAUL DOS SANTOS GUIMARÃES

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DO CACAU PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA (PA): um estudo centrado em alternativas de sustentabilidade econômico-espacial

Dissertação de Mestrado apresentada para fins de obtenção do grau de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Uso e Aproveitamento dos Recursos Naturais.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein.

Belém
2011

JOSÉ RAUL DOS SANTOS GUIMARÃES

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DO CACAU PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA (PA): um estudo centrado em alternativas de sustentabilidade econômico-espacial

Dissertação de Mestrado apresentada para fins de obtenção do grau de Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Uso e Aproveitamento dos Recursos Naturais.

Defendida e aprovada em: 29/06/2011

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thomas Adalbert Mitschein (Orientador)

Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente

Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

Prof. Dra. Eneida Corrêa de Assis (Examinadora externa)

Universidade Federal do Pará. Faculdade de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha (Examinador interno)

Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente

Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

À Débora, minha esposa, que sempre me incentivou na conquista deste objetivo, sem perder de vista a essência, o amor e a harmonia do núcleo de nossa Família.

Aos meus filhos, Gustavo e Gabriela, que sempre me irradiaram energia positiva com sua pureza e amor indescritível, estimulando minha caminhada acadêmica e profissional.

Aos meus pais, Hermógenes (*in memoriam*) e Maria Ortência, que muito cedo (com sabedoria) vislumbraram em mim e nos meus irmãos a concreta possibilidade de praticarmos a ética, a moral e a boa educação em busca de um futuro melhor.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pelo dom da vida e, sobretudo, pela sabedoria concedida para o alcance deste objetivo.

Ao Dr. Aliomar Arapiraca e à Dra. Eneida Corrêa de Assis, pela credibilidade em mim depositada para o enfrentamento desta longa caminhada.

Ao Dr. Fernando Antonio Teixeira Mendes, pelas sugestões que, decerto, contribuíram para o alcance dos objetivos deste estudo.

À equipe técnica da CEPLAC do Município de Uruará, coordenada pelo Engenheiro Agrônomo Jailson Rocha Brandão, pelo apoio e compromisso na execução da pesquisa de campo.

Ao Superintendente da CEPLAC no Estado do Pará, Dr. Raymundo da Silva Mello Júnior, por perceber a importância deste estudo para a Instituição.

Ao Dr. Luiz Pinto de Oliveira, pelo inestimável apoio dispensado à realização dos meus estudos e execução da pesquisa de campo.

Aos meus colegas do Curso de Mestrado, pelo prazer, saudosismo e aprendizado, proporcionados pela nossa construtiva convivência.

À Coordenação do PPGEDAM e aos Professores do Curso de Mestrado, fundamentais na construção de uma nova intelectualidade voltada para o Desenvolvimento Local na Amazônia.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Thomas Mitschein, pela relevante orientação a mim concedida e por acreditar na cultura do cacau, enquanto alternativa agroambiental sustentável para os pequenos produtores rurais da Amazônia.

“Em qualquer circunstância, é necessário observar e observar sempre que fomos transitoriamente colocados em regime de intimidade, a fim de aprendermos uns com os outros e ampararmo-nos reciprocamente”.

(Mensagem do Espírito Emmanuel, psicografada por Chico Xavier)

RESUMO

Este estudo analisa a importância da “cultura do cacau” para o Desenvolvimento Local no Território da Transamazônica, a partir da visão e da percepção dos atores sociais envolvidos no seu processo produtivo. Adota a abordagem quantitativa e a qualitativa para melhor compreensão e apreensão da realidade concreta, tendo-se como referencial analítico os fatores históricos, sócio-políticos, econômicos e espaciais pertinentes à implantação e expansão da cultura do cacau no território. Identifica os principais constrangimentos produtivos e comerciais que afetam a competitividade sistêmica dos atores envolvidos na cadeia produtiva do cacau, especialmente os pequenos produtores. Ressalta as estratégias adotadas pelos produtores para a fixação da cultura do cacau, enquanto alternativa agrícola voltada para o desenvolvimento local em territórios rurais. Os resultados do estudo confirmam a importância da cultura do cacau no contexto territorial e demonstram a viabilidade econômica, social e ambiental dessa atividade produtiva nos sistemas de produção locais, que são diversificados e manejados por pequenos produtores familiares. Entretanto, os resultados também indicam que os efeitos positivos da economia cacauzeira não são otimizados no Território da Transamazônica, mais especificamente pelos produtores, evidenciando a existência de uma apropriação extraterritorial dos benefícios gerados por essa atividade agroeconômica no contexto microrregional, notadamente por grandes empresas processadoras de cacau instaladas em outras regiões do País. Fatos apontados neste estudo, como a deficiente organização da classe produtora, a estrutura de mercado e comercialização oligopolista e os interesses corporativos do capital privado, são explicativos das externalidades negativas produzidas por ações exógenas, que culminam com a redução da receita anual dos produtores de cacau. Demonstra ainda a necessidade de definição e implementação de políticas públicas (programas e projetos) capazes de otimizar e melhor apropriar os resultados econômicos gerados por essa atividade produtiva, em nível local. Propõe, finalmente, estratégias e alternativas de sustentabilidade econômica e espacial, tendo-se em vista a consolidação da cadeia produtiva do cacau, no contexto territorial e local, enquanto alternativa agrícola (dominada por pequenos produtores rurais) capaz de contribuir sobremaneira para o Desenvolvimento Local na Amazônia Oriental.

Palavras-Chave: Cultura do Cacau. Desenvolvimento Local. Território da Transamazônica. Sustentabilidade econômica e espacial.

ABSTRACT

This study examines the importance of "cocoa culture" for Local Development in Tranzamazonica Territory, from the vision and perception of social actors involved in its productive process. It adopts quantitative and qualitative approach to better understanding and grasp of reality having as analytical reference, historical, socio-political, economical and spatial factors related to the implementation and expansion of cocoa cultivation in the mentioned territory. It identifies the main trading and productive constraints affecting systemic competitiveness of actors involved in the cocoa productive chain, especially small farmers. It highlights the strategies adopted by producers to fix the cocoa crop as an agricultural alternative aiming local development in rural areas. The results of the study confirm the importance of cocoa crop in local context and demonstrate the economic, social and environmental viability of that productive activity in the local production systems, which are diversified and managed by small family farmers. However, the results also indicate that the positive effects of cocoa economy are not optimized in Tranzamazonica Territory, more specifically by producers, showing the existence of an extraterritorial appropriation of benefits generated by this agroeconomic activity in micro-regional context, especially by large cocoa processing companies installed in other regions of the country. Facts pointed in this study, as the poor organization of the productive class, market structure, oligopolistic commercialization, and corporative interests of private funds, are explanatory of the negative externalities produced by exogenous actions, culminating with the reduction of annual revenue from cocoa producers. It still demonstrates the necessity of definition and implementation of public policies (programs and projects) capable of optimizing and better appropriating economic outcomes generated by this productive activity in local level. It finally proposes alternatives and strategies of economic and spatial sustainability, keeping in view the consolidation of cocoa productive chain in regional and local context, as an agricultural alternative (dominated by small farmers) able to contribute greatly to the Local Development in Eastern Amazon.

Keywords: Culture of Cocoa. Local Development. Tranzamazonica Territory. Economic and spatial sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	O problema central da pesquisa	29
Figura 02	Mapa de localização do Município de Uruará	37
Figura 03	Evolução dos sistemas de produção no Território da Transamazônica	41
Figura 04	Principais países produtores de cacau no mundo	57
Figura 05	Produtores de cacau oriundos da região sul do Brasil	98
Figura 06	Mão de obra (familiar) no manejo da lavoura cacauzeira em Uruará	101
Figura 07	Sistema de produção de cacau (lavoura produtiva)	103
Figura 08	Grau de importância das atividades produtivas do Município de Uruará	104
Figura 09	Circuito de comercialização do cacau no Território da Transamazônica	117
Figura 10	Alternativas apontadas pelos produtores visando à melhoria do sistema de comercialização de cacau em Uruará	119
Figura 11	Visão dos produtores de Uruará acerca da importância do cacau para o Desenvolvimento Local	121
Figura 12	Visão dos produtores acerca do futuro da economia cacauzeira no Município de Uruará	122
Figura 13	Visão estratégica dos produtores quanto à sustentabilidade da economia cacauzeira no Município de Uruará	123
Figura 14	Visão integrada dos atores sociais do Município de Uruará acerca da importância do cacau para o Desenvolvimento Local	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Posição dos municípios do Território da Transamazônica no “ranking” da produção agrícola estadual, no período 2002-2004	33
Tabela 02	Posição dos municípios do Território da Transamazônica no “ranking” da produção agrícola estadual, em 2005	34
Tabela 03	População dos municípios do Território da Transamazônica	38
Tabela 04	Dinâmica econômica da cultura do cacau nos municípios produtores do Território da Transamazônica, em 2009	42
Tabela 05	Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Território da Transamazônica	43
Tabela 06	Produção mundial de amêndoas de cacau	56
Tabela 07	Consumo per capita de cacau, taxa de crescimento da população, população e renda per capita dos principais países consumidores de cacau, em 2007	59
Tabela 08	Os continentes e sua participação média no consumo per capita de cacau	60
Tabela 09	Desempenho da produção brasileira em termos absolutos por Estado, no período 2000-2008	60
Tabela 10	Área cacauzeira registrada, nº de agricultores assistidos e produção de cacau seco nos municípios atendidos pela CEPLAC, em 2010	61
Tabela 11	Períodos de desenvolvimento da cacauicultura brasileira	69
Tabela 12	Distribuição da produção brasileira de cacau por Estado e área ocupada, em 1976	70
Tabela 13	Dados comparativos da área plantada, produção, agricultores e municípios atendidos entre os principais Estados brasileiros plantadores de cacau, em 1999	72
Tabela 14	Dados comparativos da área colhida, produção e produtividade entre os principais Estados brasileiros plantadores de cacau, em 2008	73
Tabela 15	Indicadores sócio-econômicos da estrutura de produção de cacau no Estado do Pará e do Território da Transamazônica, em 2010	74
Tabela 16	Valor da produção agrícola no Território da Transamazônica	93
Tabela 17	Indicadores econômicos da cacauicultura dos municípios produtores do Território da Transamazônica, em 2009	94
Tabela 18	Origem dos produtores de cacau do Município de Uruará	97

Tabela 19	Idade dos produtores de cacau do Município de Uruará	98
Tabela 20	Local de residência dos produtores de cacau do Município de Uruará	99
Tabela 21	Escolaridade dos produtores de cacau do Município de Uruará	100
Tabela 22	Área das unidades de produção do Município de Uruará	100
Tabela 23	Disponibilidade de mão-de-obra nas unidades de produção	101
Tabela 24	Sistemas de produção do Município de Uruará	102
Tabela 25	Grau de importância das atividades produtivas do Município de Uruará	103
Tabela 26	Origem dos investimentos nas unidades de produção do Município de Uruará	104
Tabela 27	Evolução da área plantada de cacau no Município de Uruará	105
Tabela 28	Produtividade do cacau no Município de Uruará	106
Tabela 29	Composição da receita bruta anual das unidades de produção do Município de Uruará	106
Tabela 30	Representatividade da cultura do cacau na composição da receita bruta anual das unidades de produção do Município de Uruará	107
Tabela 31	Grau de organização dos produtores de cacau do Município de Uruará	108
Tabela 32	Importância da organização dos produtores para a produção de cacau	112
Tabela 33	Razões do associativismo segundo a percepção dos produtores de Uruará	112
Tabela 34	Viabilidade da agroindustrialização do cacau segundo a percepção dos produtores de Uruará	120
Tabela 35	Proposições voltadas para a sustentabilidade econômica e espacial da cultura do cacau no Território da Transamazônica	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

FAO – Fundação Mundial para a Agricultura e Alimentação

FUSEC – Fundo Rotativo Suplementar da Lavoura Cacaueira

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO – Internacional Cocoa Organization (Organização Internacional do Cacau)

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICRAF – World Agroforestry Centre (Centro Mundial Agroflorestal)

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDECA – Indústria e Comércio de Cacau

LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto Integrado de Colonização de Altamira

PIN – Programa de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PROCACAU – Programa Brasileiro do Cacau

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria

SAGRI – Secretaria de Estado de Agricultura

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEPOF – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

SEREX – Serviço de Extensão Rural

SISCENEX – Sistema de Controle de Dados do Serviço de Extensão Rural

SUEPA – Superintendência do Desenvolvimento Região Cacaueira Estado do Pará

SUPOR – Superintendência Regional da CEPLAC na Amazônia Oriental

WCP – World Cocoa Foundation (Fundação Mundial do Cacau)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA	22
1.2 HIPÓTESE	30
1.3 OBJETIVOS	30
1.3.1 Geral	30
1.3.2 Específicos	30
2. METODOLOGIA DA PESQUISA	31
2.1 Caracterização Geral da Área de Estudo	31
2.2 O Território da Transamazônica	31
2.3 Contextualização Histórica e Sócio-política	32
2.4 Perfil Econômico-produtivo e Ambiental	32
2.5 O Município de Uruará	36
2.5.1.1 Localização	36
2.5.1.2 Breve Histórico	37
2.5.1.3 Índice Populacional e Demográfico	38
2.5.1.4 Índice de Desenvolvimento Humano	38
2.5.1.5 Principais Aspectos Biofísicos	39
a) Solos	39
b) Vegetação	39
c) Clima	40
2.5.1.6 Economia e Distribuição Espacial das Atividades Produtivas	40
2.6 Bases e Procedimentos Metodológicos	43
2.6.1 Amostragem e Universo da Pesquisa	46
2.6.2 Instrumental de Análise Estatística dos Dados da Pesquisa	47
2.6.3 Entrevistas Semi-estruturadas	48
2.6.4 Análise e Discussão com Grupo Focal	49
3. A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA AGRICULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS RURAIS NO BRASIL	50
4. O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E A IMPORTÂNCIA DO CACAU NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIAL	56
4.1 O Circuito Espacial Produtivo do Cacau no Mundo	56
4.2 O Circuito Espacial Produtivo do Cacau no Brasil	60
4.3 Os Impactos e os Gargalos da Cadeia Produtiva do Cacau	63
4.4 A Importância do Cacau para o Desenvolvimento Rural e Territorial	67
5. REFERENCIAL TEÓRICO	76
5.1 Desenvolvimento Sustentável: conceituação e reflexões	76
5.2 Desenvolvimento Local Sustentável: conceituação e perspectivas	80
5.3 Sustentabilidade e Articulação Territorial do Desenvolvimento	85
5.4 Sustentabilidade da Economia Cacaueira no Território da Transamazônica	91
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	97
6.1 O Perfil dos Produtores de Cacau do Município de Uruará	97
6.1.1 Origem	97
6.1.2 Idade	98
6.1.3 Local de residência	99

6.1.4	Escolaridade	99
6.2	A Caracterização Geral das Unidades de Produção	100
6.2.1	Área total	100
6.2.2	Mão de obra	100
6.2.3	Sistema de produção	102
6.2.4	Origem dos investimentos	104
6.3	Os Aspectos da Economia Cacaueira	105
6.3.1	Área plantada	105
6.3.2	Produção anual	105
6.3.3	Produtividade	106
6.3.4	Renda bruta anual	106
6.4	A Organização do Produtor e da Produção	107
6.4.1	Grau/nível de organização social	107
6.4.2	Percepção acerca do associativismo rural	111
6.5	O Mercado e a Comercialização de Cacau	115
6.5.1	O Processo de Comercialização do Cacau	115
6.5.2	A cadeia de comercialização	116
6.5.3	Os principais “gargalos” e estrangulamentos dessa realidade para os Produtores	117
6.6	A industrialização do Cacau no Território e no Município de Uruará	119
6.6.1	As possibilidades concretas e a viabilidade econômica	119
6.6.2	As vantagens potenciais da agroindustrialização do cacau	120
6.7	A Importância e o Futuro da Economia Cacaueira no Município de Uruará, segundo a visão prospectiva dos Atores Sociais, face às perspectivas de Desenvolvimento Local	120
6.8	As Políticas Públicas e as Alternativas de Sustentabilidade Econômico-espacial ante o desafio de otimização dos efeitos da Economia Cacaueira no Território da Transamazônica	124
7.	CONCLUSÃO	127
8.	REFERÊNCIAS	138
9.	APÊNDICES	144

1. INTRODUÇÃO

A Agricultura, inquestionavelmente, constitui-se num importante segmento econômico atrelado ao setor primário, cujas atividades produtivas - quando implantadas e manejadas de forma integrada e sustentável -, podem gerar impactos positivos e contribuir para o desenvolvimento local em territórios rurais, com capacidade de otimizar os seus resultados e influenciar outros investimentos estratégicos, a partir do estabelecimento de relações interinstitucionais que dependem, essencialmente, das políticas e diretrizes de governo, da vocação agrícola do ecossistema regional, da racionalidade e das táticas dos agricultores, da articulação contínua dos atores locais, assim como dos interesses corporativos do capital privado.

No caso brasileiro, o desenvolvimento agrícola não somente tem sido estratégico, mas seu histórico demonstra a configuração de cenários dinâmicos, do ponto de vista das transformações estruturais promovidas pelas ações governamentais, especialmente no que diz respeito à expansão da fronteira agrícola¹ em territórios selecionados, através da implantação de grandes programas e projetos, a exemplo daqueles que impulsionaram o processo de colonização oficial dirigida na Região Amazônica.

Dentro deste contexto, enquadra-se o Projeto Integrado de Colonização de Altamira (PIC-Altamira), implantado no início da década de 70 - por ocasião da abertura da Rodovia Transamazônica -, como uma das metas do Programa de Integração Nacional (PIN), coordenado pelo Governo Federal.

Vale enfatizar que a Transamazônica, pelas suas especificidades - do ponto de vista sócio-econômico, cultural, fundiário, político e agroambiental -, tem sido objeto de realização de inúmeros estudos, pesquisas e diagnósticos, quase sempre na tentativa de analisar a dinâmica de ocupação do seu espaço, e, sobretudo, compreender de forma sistêmica os avanços, os retrocessos e as

¹ A expansão da fronteira agrícola do território brasileiro nas últimas décadas tem significado um adensamento técnico-informacional e normativo sob uma nova regulação política com a participação decisiva de grandes empresas ligadas ao agronegócio. A distribuição de tais densidades, no entanto, é seletiva, uma vez que apenas alguns lugares são escolhidos para recebê-las. A agricultura passa a ser mais sistematicamente regida por lógicas antes comuns apenas aos outros setores da economia e o imperativo da competitividade apodera-se da produção, em todas as suas etapas (TOLEDO, 2005).

contradições do processo de desenvolvimento agrícola, ocorridos nas escalas local e territorial.

Os resultados dos referidos estudos indicam que o fluxo migratório desencadeado nessa região foi capaz de mobilizar agricultores e suas famílias de diversas origens² culturais, o que, decerto, imprimiu uma dinâmica própria no processo de desenvolvimento territorial e local, uma vez que a idéia central era a expansão da economia dentro de uma perspectiva de “racionalidade na ocupação de novas áreas”, objetivando o desenvolvimento de atividades produtivas.

Neste sentido, dentre as atividades produtivas priorizadas, o Cacau - no conjunto de alternativas das culturas tropicais permanentes -, teve seus primeiros plantios no início da década de 70. Para melhor entendimento da importância dessa cultura nos agrossistemas da Transamazônica, é oportuno destacar que ela expandiu-se na região amazônica a partir do PROCACAU³, devendo-se ressaltar que a implantação desse Programa foi resultante de uma conjugação de condições favoráveis em termos ambientais com as diretrizes estratégicas de integração nacional do Governo Federal, implementadas através de programas especiais (MENDES, 2005).

Explorada basicamente por pequenos produtores e estabelecidos predominantemente em solos de média a alta fertilidade, a cacauicultura paraense destaca-se como uma das mais competitivas⁴ do mundo, principalmente quando se considera a produtividade média (850 kg/ha) e o baixo custo de produção (US\$ 600,00/t) da lavoura, observados no Território da Transamazônica⁵, zona que concentra 77% (29 mil toneladas) da produção estadual (CEPLAC/SUEPA/SISCENEX, 2006), além das qualidades intrínsecas de amêndoas

² Segundo WALKER et al. (1997), as famílias que participaram da ocupação da região tinha origem diversificada, sendo 41% da Região Nordeste, 16% do Centro-Oeste, 14% do Sul, 11% do Sudeste e 18% de outros lugares da própria Região Norte.

³ Programa Brasileiro do Cacau, cujas diretrizes para Expansão da Cacauicultura Nacional (para o período 1976/1985) indicavam como metas para os próximos dez anos seguintes o plantio de 300 mil hectares de cacauzeiros, sendo 160 mil somente na região Amazônica (MENDES, 2005 apud RODRIGUES, 2006).

⁴ Tal desempenho, associada às características francamente preservacionistas da produção de cacau em sistemas agroflorestais, elege a cacauicultura como uma das mais interessantes alternativas agrícolas para o desenvolvimento rural sustentável da região, sendo, atualmente, discutida a sua inclusão como espécie para composição da reserva legal das propriedades agrícolas na Amazônia (MENDES, 2000).

⁵ Composto pelos seguintes municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Pacajá, perfazendo um total de 240.297 km².

que atendem perfeitamente as exigências das indústrias chocolateiras internacionais (MENDES, op. cit.).

Entretanto, a despeito das características favoráveis e das potencialidades do Cacau cultivado na Transamazônica, bem como da abrangência e das oportunidades de negócio que essa atividade pode proporcionar, ainda assim o produtor vem encontrando grandes dificuldades para sua inserção no mercado⁶, cada vez mais globalizado e dominado por poucos agentes econômicos, que, em verdade, dada a sua estrutura financeira e de logística, manipulam o processo de comercialização, na medida em que estabelecem as regras e ditam os preços do produto final, deixando pouca ou quase nenhuma margem de negociação para os agricultores.

Tal situação guarda estreita relação com a deficiente organização do processo produtivo do Cacau no Território da Transamazônica, o que é agravado pelo fato dos agricultores (desarticulados) não disporem de uma estrutura associativa capaz de fazer face aos integrantes (articulados) do circuito de comercialização, constituído basicamente por atravessadores, corretores e varejistas (DÜRR, 2002; RODRIGUES, 2006; LIMA; MENDES, 2009), atuantes na região, sobretudo aqueles atrelados às grandes empresas processadoras de cacau, cujas bases gerenciais e administrativas se encontram em outros estados.

Adicionalmente, comercializa-se apenas e tão somente o produto final obtido nas unidades de produção (amêndoas secas), desprezando-se outras alternativas de aproveitamento (mais integrado) dos recursos existentes e disponíveis nas unidades de produção de cacau, como por exemplo, a polpa, a geléia e outros, na forma de subprodutos. Além do mais, inexistente infra-estrutura que possa efetivamente verticalizar a produção, mediante processamento industrial, descartando-se assim qualquer possibilidade de agregação de valor como mecanismo de diversificação e incremento da renda líquida dos produtores, em nível de estabelecimento agrícola.

⁶ Para Toledo (op. cit.), os lugares eleitos para produzir as *commodities* que interessam às grandes empresas passam a ser modernizados em detrimento de grandes porções do território. As relações de produção passam então a ser determinadas, essencialmente, pelo mercado internacionalizado, que dita as regras e impõe suas normas. Partes do território nacional começam a se tornar especializadas no cultivo de produtos em grande parte destinados à exportação.

Com efeito, a mudança dessa realidade - do ponto de vista das transformações sócio-ambientais pertinentes à economia cacaueteira na Transamazônica -, poderá ser promovida a partir da efetiva integração entre os elos⁷ dessa importante cadeia produtiva, tendo-se em vista a sua consolidação estrutural e funcional, na perspectiva do alcance da competitividade⁸ sistêmica dessa atividade no mercado nacional e internacional, merecendo, portanto, a realização de estudos e pesquisas que possam subsidiar o fortalecimento desse setor, especificamente centrados na busca de alternativas de sustentabilidade econômica e espacial.

Para se ter uma idéia mais aprofundada da importância de estudos focados nos princípios de sustentabilidade, deve-se salientar que, apesar do Estado do Pará ocupar a segunda posição na produção nacional, ele continua sendo apenas repassador de matéria-prima para as indústrias chocolateiras, pois não há indústrias de transformação de cacau na região. A produção é comercializada na forma de amêndoas secas, e o seu processamento é realizado em outras regiões (Bahia, São Paulo, Espírito Santo), onde estão localizadas as principais indústrias chocolateiras do Brasil.

Por outro lado, além das dificuldades no processo produtivo, existem ainda aquelas inerentes ao mercado, dentre as mais importantes tem-se: 1) o desconhecimento do funcionamento da estrutura de comercialização; 2) falta de informações por parte dos produtores rurais, que desconhecem o mercado em outras praças, o que prejudica a negociação do produto; 3) alto custo de transporte e difícil acesso à região pela BR 230, cujas condições de trafegabilidade são precárias, reduzindo o lucro do produtor de cacau; 4) falta de organização da produção; 5) a quase ausência de estruturas associativas de produtores e 6) forte comportamento oportunista dos agentes de comercialização (MENDES, 2005 apud RODRIGUES, op. cit.).

⁷ Uma cadeia produtiva será tanto mais eficiente quanto maior for sua capacidade de responder satisfatoriamente às demandas dos consumidores. Percebe-se, facilmente, que a eficiência de uma determinada cadeia está diretamente vinculada à sua coordenação, advindo daí a grande importância que se deve dispensar aos aspectos relacionais entre os diversos elos (ZYLBERSZTAJN; FARINA; SANTOS, 1993).

⁸ Segundo Farina e Zylbersztajn (1994), "sistemas competitivos são aqueles que conseguem aliar estruturas tecnológicas eficientes com formas organizacionais com um mínimo de atritos e facilitadoras do processo de adaptação às mudanças no ambiente competitivo".

Assim sendo, tomando-se por base a visibilidade retrospectiva e atual da economia cacauífera, a partir das interfaces entre o “global e o local”, o objetivo geral deste trabalho está centrado na análise da importância da Cultura do Cacau para o Desenvolvimento Local no Território da Transamazônica, Estado do Pará, a partir da realidade concreta de Uruará, por ser um Município representativo em termos de produção de cacau, ocupando hoje a posição de 2º produtor estadual, com o fato importante de que o seu processo de colonização ocorreu de forma espontânea no contexto microrregional, como será visto posteriormente em tópico mais específico desta Dissertação.

Nesta perspectiva, para a consecução dos objetivos específicos desta Dissertação, foi necessária a identificação e a interpretação dos fatores de ordem política e econômica determinantes da implantação e expansão dessa atividade no contexto territorial e local, bem como o entendimento histórico-evolutivo do seu circuito produtivo⁹ espacial, decorrente dos programas e projetos atrelados às políticas públicas implementadas na região nas últimas décadas e dos interesses corporativos do capital privado em regiões de fronteira agrícola¹⁰.

Da mesma forma, o estudo buscou, especificamente, descrever a percepção e a visão dos atores locais¹¹ acerca da importância da cultura do cacau para o desenvolvimento local no Território da Transamazônica, vislumbrando-se - do ponto de vista teórico-metodológico -, a identificação de fatores e elementos como subsídios à proposição de alternativas voltadas para a sustentabilidade econômico-espacial, capazes de otimizar os efeitos dessa atividade produtiva na escala local.

⁹ Segundo Toledo (op. cit.), a periodização necessária para o entendimento da dinâmica destes circuitos produtivos, contempla a transformação dos chamados Complexos Agroindustriais (1960 e 1970), caracterizados pela intensa presença do Estado como financiador da modernização e articulador dos agentes envolvidos na produção; a crise fiscal do Estado brasileiro na década de 1980 e a passagem para o que Mazzali (2000 apud TOLEDO, op. cit.) chama de “organização em rede” no agronegócio, emergente nos anos 1990, com a adesão do país a uma política neoliberal e com os inúmeros avanços tecnológicos que permitiram aos agentes hegemônicos articularem-se e estruturarem-se para atender tanto ao mercado interno, quanto, principalmente, ao mercado externo. A ação dos capitais privados no campo amplia-se, bem como a margem de manobra para as políticas territoriais das grandes empresas.

¹⁰ De acordo com Becker (1998 apud HERRERA; GUERA, 2006), considera-se fronteira não por ser zona de limitação geográfica e sim pelo seu caráter social, já que se pode considerar a participação dos pequenos produtores e dos grandes empreendimentos capitalistas e suas respectivas participações no contexto sócio-econômico da região.

¹¹ Para efeito deste estudo, foram considerados como atores locais: os produtores de cacau, os gestores das organizações governamentais cujas atividades guardam relação com o planejamento do desenvolvimento local, os dirigentes das organizações de produtores de cacau e os agentes de comercialização de cacau, do Município de Uruará.

Quanto à contribuição deste estudo, o grande desafio está focado na aplicabilidade prática de seus resultados, notadamente nos impactos que podem gerar, na perspectiva não somente de subsidiar a execução de programas, projetos e ações de caráter horizontal, em nível territorial e local, mas, sobretudo, na real possibilidade de produzir e socializar conhecimentos técnico-científicos capazes de efetivamente impulsionar a eficiência competitiva¹² da cadeia produtiva do cacau, numa perspectiva sistêmica.

Com essa visão prospectiva, os resultados da investigação podem beneficiar diretamente um dos principais atores da referida cadeia produtiva: os produtores de Cacau, os quais, conforme se verificou na literatura acadêmica, além de estarem desarticulados - e em grande desvantagem em relação aos agentes integrantes das redes de comercialização do Cacau no Território -, não dispõem de estruturas associativas voltadas para a organização da produção enquanto alternativa de conquista e acesso a novos nichos de mercado.

Dessa forma, um dos “insumos” gerados por este estudo, a informação, será de fundamental importância para que esses produtores passem a ter conhecimento do comportamento do mercado de Cacau, nos níveis regional/territorial, nacional e internacional, e, sobretudo, entender e compreender o funcionamento da estrutura e da rede de comercialização do produto no território e as conexões estabelecidas pelos agentes econômicos (principalmente os intermediários) com outras praças de negociação.

Por outro lado, outra relevante contribuição social está relacionada às ações que poderão ser implementadas visando à qualificação e a capacitação dos produtores de cacau, especialmente na área de gerenciamento integrado e sustentável da produção, na perspectiva de diversificação e de incremento da renda agrícola familiar, a partir da otimização do uso e do aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis nas unidades de produção, do Território Rural da Transamazônica.

¹² Segundo Mendes (op. cit.), a consistência do planejamento estará sustentada se forem desenvolvidas, minimamente, pesquisas nas áreas de: estudo e estratégia de mercado, *marketing*, custo de produção, previsão de safras, agroindústria, processamento e cadeia produtiva do cacau na Amazônia. Para esta última indicação, os trabalhos deverão estar concentrados na competitividade econômica, ecológica, social e agrícola.

Com esse entendimento, Mendes (op. cit.) ressalta que pode parecer pouco, mas, até o momento, avançou-se muito nas questões “da porteira para dentro” das propriedades; em termos de tecnologia agrícola poucos são os “gargalos”. Entretanto, apoiar o produtor até o mercado¹³, inclusive o gerenciamento da produção, sob bases sustentáveis, constitui-se no desafio a ser perseguido (...) (MENDES, op. cit.).

Dentro deste contexto analítico, ressalta-se que a efetiva contribuição deste trabalho - do ponto de vista teórico - estará baseada nos fundamentos e nos conceitos de Desenvolvimento Local trabalhados por Brito (2006), corroborados por Campanhola e Silva (2000) e Vazquez-Barquero (2000), que discutem o caráter endógeno desse processo, perfeitamente aplicáveis à realidade concreta da área de abrangência dos estudos pertinentes a esta Dissertação.

Por esta ótica, é importante relativizar que uma análise mais aprofundada dos aspectos pertinentes ao desenvolvimento local (enquanto processo) passa necessariamente pela incorporação dos aspectos multidimensionais da sustentabilidade, a fim de que, a partir desta percepção, se possa apreender e compreender a trajetória de dinamização econômico-espacial dos fatores atrelados ao desenvolvimento sustentável, em nível territorial.

Assim, com o objetivo de incorporar nesta análise o imprescindível exercício da interdisciplinaridade, será internalizado nas discussões inerentes a este estudo o conceito de sustentabilidade, a partir das investigações levadas a cabo por Acselrad (2009), consubstanciado pelo trabalho de Guimarães (2001) e Campanhola e Silva (2000), no sentido de se buscar o necessário referencial teórico como subsídio fundamental ao entendimento das questões pertinentes à economia cacaueteira e à espacialidade do desenvolvimento, nas escalas territorial e local, numa perspectiva sistêmica.

Dessa forma, a partir da compreensão do Território da Transamazônica como um sistema, é possível perceber quais são seus principais eixos produtivos ou sobre quais eixos o território está assentado. É possível também identificar como

¹³ O funcionamento de um determinado sistema produtivo será tanto melhor quanto melhor fluírem as informações do mercado para os segmentos constituintes e mais rápido resolverem os problemas distributivos típicos das relações econômicas. A esse processo de transmissão de informações, estímulo à atividade produtiva e controle dá-se o nome de coordenação do sistema produtivo (FARINA; ZYLBERSZTAJN, op. cit.).

ocorre a integração dos diferentes subsistemas nos principais setores econômicos e como se dá a relação entre os segmentos produtivos estratégicos, assim como a integração no ambiente institucional. Isso se faz necessário para que o território perceba as necessárias articulações internas, bem como direcione de forma mais eficiente os apoios externos (MDA/SDT, 2005), extremamente necessários ao processo de desenvolvimento local.

Em caráter não conclusivo, portanto, almeja-se fundamentalmente que este estudo possa contribuir para o avanço dos conhecimentos técnico-científicos já desenvolvidos sobre o tema, possibilitando assim a abertura de canais para a realização de novas investigações - a partir do entendimento da dinâmica e da evolução de cenários e tendências típicos de territórios rurais -, com a finalidade precípua de impulsionar pragmaticamente o processo de transformações sócio-ambientais, tomando-se como referencial a realidade concreta observada nas escalas territorial e local, em contraposição à histórica postura discursiva sobre o desenvolvimento sustentável na região amazônica.

1.1 JUSTIFICATIVA

Tomando-se como elemento de análise os aspectos regionais, territoriais e locais do processo de desenvolvimento sustentável, não há dúvidas de que a atividade agrícola, neste contexto, tem papel fundamental e estratégico, em virtude de suas funções básicas - especialmente no que tange à empregabilidade do capital humano, à geração de divisas, ao incremento da arrecadação tributária, ao aumento e diversificação da renda rural, à expansão espacial -, além de se destacar como integrante expressivo de sistemas produtivos locais e do agronegócio em todas as suas escalas e formas de organização econômica e estrutural.

Na Região Amazônica, mais especificamente na Transamazônica, no Estado do Pará, a agricultura tem se destacado como importante setor no conjunto da economia regional, que, decerto, tem contribuído para o processo de gestão dos recursos naturais e do desenvolvimento local em territórios rurais, não obstante as contradições por demais estudadas e investigadas pertinentes ao seu processo de

colonização¹⁴ e à evolução da região, no plano da ocupação humana, da produção agropecuária e da intervenção estatal.

Efetivamente, de acordo com Simões (2002),

“O processo de ocupação humana no Território da Transamazônica segue fases distintas: a) o período de fixação das famílias migrantes entre 70 a 80; b) a crise do modelo de intervenção estatal que culminou numa recessão entre os anos de 81 a 84; c) o período áureo de desenvolvimento econômico intensificando o fluxo migratório a partir de 85; d) a decadência econômica a partir do final dos anos 80 e a expansão da pecuária que se confunde com uma fase de refluxo da migração, no início dos anos 90, numa dinâmica chamada de chacarização”.

Dentro deste contexto de dinamização econômica e espacial da região, destaca-se um dos produtos mais tradicionais da agricultura brasileira: o cacau, que, ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século passado, impulsionado pelo PROCACAU, contribuiu para a obtenção de divisas internacionais. Por outro lado, a cacauicultura é uma atividade peculiar que absorve e utiliza mão-de-obra intensiva, empregando e fixando o homem no campo, em virtude de suas características sócio-produtivas e vantagens comparativas em relação a outras atividades agroeconômicas componentes dos sistemas de produção locais.

A Transamazônica, hoje, constitui-se no principal Pólo de Produção de Cacau do Estado do Pará, demonstrando grande desempenho, na medida em que representa 77% da produção total (CEPLAC/SUEPA/SISCENEX, op.cit.), sendo que o Município de Uruará - onde foi realizada a pesquisa de campo - ocupa a posição de 2º produtor estadual e representa 11,7% da produção global do Estado (IBGE, 2006 apud FVPP, 2006). Adicionalmente, vale destacar a relevante participação relativa da arrecadação de ICMS com Cacau no total do Estado, equivalente a R\$ 10.085.226,00 (MENDES, 2007).

Entretanto, a despeito dessa expressividade, muitos são os problemas¹⁵, dificuldades e gargalos apontados na literatura acadêmica¹⁶ e institucional¹⁷, no que

¹⁴ Qualquer discurso sobre o processo de ocupação da região, seja ele no mundo acadêmico seja no dos cidadãos comuns, terá como determinante histórico a abertura da estrada BR-230, a Transamazônica. A periodização entre o antes e depois da estrada é consenso em todos os campos. Haverá porém distintivos no que concerne ao pioneirismo, sendo acentuadas as contradições entre os empresários do ramo do extrativismo (borracha, castanha, madeira), da criação bovina extensiva, e dos ocupantes de pequenos estabelecimentos agrícolas voltados para a produção de subsistência ou comercial estimulada pelo processo de modernização agrícola. De fato será este o contexto no qual devemos refletir e pensar os processos em andamento nesta região ainda indefinida no que concerne ao seu futuro e aos arranjos que possam ali se consolidar (HERRERA; GUERRA, op. cit.).

diz respeito à sustentabilidade econômico-espacial dessa atividade no Território da Transamazônica, indicando que os efeitos positivos gerados pela economia cacauera nas escalas territorial e local não são otimizados pelos principais atores desse processo, ou seja: os produtores de cacau.

Analogicamente, em conformidade com Acselrad (op.cit.),

“do ponto de vista econômico e espacial, a distribuição das atividades produtivas no território brasileiro seguiu, durante o século 20, diferentes tendências. Após um período em que as distintas regiões do país se desenvolviam de forma praticamente isolada, a ação do governo nos anos 1950 tentou promover maior integração interna, apoiada pela ligação rodoviária entre áreas antes afastadas. Por vários motivos, esse processo não trouxe os resultados esperados, e nos últimos tempos o objetivo maior de inserir o país no 'mercado global' reforçou a concentração econômica e a desigualdade regional”.

Por este prisma, pode-se dar foco a dois entraves fundamentais, que consubstancia essa afirmativa, merecendo atenção especial, em primeiro lugar, a organização do produtor e da produção - principalmente no que se refere aos aspectos pertinentes à comercialização -, pois se trata de uma atividade econômica que gera um produto final considerado como *commodity* no mercado agrícola internacional, cujos interesses privados e corporativos, notadamente das grandes processadoras de Cacau do Brasil, são notórios e se materializam através da expansão do capital no “campo”.

A grande questão reside no fato de que as grandes empresas que compram, processam e comercializam o Cacau, o fazem por intermédio de suas bases alicerçadas em pontos estratégicos do contexto territorial, “capitaneadas” por diversos agentes de comercialização, quais sejam: atacadistas, varejistas e atravessadores, bem informados e articulados quanto ao comportamento dos preços dos produtos agrícolas e à dinâmica do mercado, razão pela qual conseguem estabelecer fortes relações de interdependência com os produtores, na escala local.

A ação permanente e de caráter continuado dessas empresas é estratégica, haja vista ser a Transamazônica uma área especializada na produção

¹⁵ O contexto atual, no entanto, aponta como desafio a necessidade dos agricultores familiares em superar os problemas com relação à produção e comercialização de seus produtos. Para isso é determinante haver um apoio sistemático no acesso a crédito e financiamentos que permitam a participação da sociedade e incluam assistência técnica e implementação de tecnologias adequadas, de forma integrada às políticas públicas (MDA/SDT, op. cit.).

¹⁶ Ver: “A Economia do Cacau na Amazônia” (MENDES, 2005).

¹⁷ Para uma compreensão mais aprofundada, consultar: “A Cacaucultura na Amazônia Oriental: uma síntese dos principais problemas” (MENDES; SOUSA; VASCONCELOS, 1999).

de Cacau, sendo, assim, considerada e/ou classificada como uma região funcional neste aspecto. Portanto, trata-se de um território selecionado para a ofensiva corporativa visando assegurar o incremento da lucratividade financeira e da competitividade, como estratégia de expansão e de reprodução do capital, em consonância com a economia de mercado.

Por outro lado, em segundo lugar, a falta de políticas agrícolas apropriadas, a inexistência de maiores incentivos à produção agropecuária, a ineficiência do sistema de comercialização no sentido de maior participação do produtor no preço final¹⁸ da sua mercadoria, entre outros fatores, podem contribuir para uma renda instável e incerta, em nível de produtor rural (ALVES, 1996 apud AMIN), podendo ainda, em decorrência, criar cenários de insustentabilidade econômico-espacial nos territórios cacauzeiros.

Amin (1994), estudando os obstáculos à competitividade da cacauicultura da Amazônia no mercado internacional, confirma que o preço final do produto é fortemente influenciado pela grande quantidade de agentes que atuam no processo de comercialização do cacau, gerando, assim, uma perda anual significativa na receita dos produtores.

De acordo com este autor, a integração dos mercados e as relações de causalidade existentes, indicam que a cadeia produtiva do cacau no Estado do Pará, em especial, precisa apenas, para ser mais competitiva, dentro do âmbito das relações do mercado internacional, da participação mais positiva e efetiva dos órgãos federais e estaduais competentes para reduzir as diferenças geográficas e os fatores estruturais de logística precária que dificultam a convergência espacial dos mercados regionais com os centros internacionais.

Com efeito, levando-se em consideração o registro de reconfigurações importantes no conjunto da geografia econômica nacional, evidencia-se que o

¹⁸ Conforme Amin (2004), o preço do cacau, como todas as *commodities*, é definido na Bolsa de *Coffee, Sugar, Cocoa Exchange* (CSCE) de Nova Iorque e na Bolsa *LIFFE* de Londres. Tal preço é formado pela oferta e demanda do produto, com a influência dos agentes que negociam na Bolsa, como os *hedgers*, os especuladores, os fundos de pensão e os fundos de investimento. Pesquisas anteriores elaboradas por Amin (1987, 1988 apud AMIN, 2004) indicaram a significativa participação dos intermediários na formação dos preços regionais, chegando a representar a margem do produtor apenas 47% do preço do varejo, neste caso o preço futuro de Nova Iorque.

redesenho da espacialidade (com vistas à sustentabilidade¹⁹) assenta-se sobre bases estruturais diversas. Neste contexto, tomando-se por base o estágio que se apresenta a BR 230 (Transamazônica) - enquanto região de fronteira que cresce sem planejamento -, é necessário entender o processo de configuração espacial da economia da região, mais especificamente do Município de Uruará, através de metodologias que integrem no processo de pesquisa elementos da atual teoria de desenvolvimento local, de caráter eminentemente endógeno.

Para Vazquez-Barquero (2002), a teoria do desenvolvimento endógeno analisa os elementos e mecanismos que dão impulso ao crescimento local, reconhecendo que os sistemas produtivos locais “são uma das diferentes formas de organização da produção que contribuem para melhorar a produtividade e a competitividade de empresas e territórios.” Nesse sentido, o autor sustenta que a teoria do desenvolvimento endógeno se constitui em um paradigma adequado para interpretar a dinâmica de produção capitalista.

Malinvaud (1993 apud VAZQUEZ-BARQUERO, op. cit.) é quem argumenta que este novo ângulo de se enxergar o desenvolvimento é um dos aspectos mais interessantes no conjunto dos modelos recentes de crescimento. Segundo ele, este processo pode ser entendido como crescimento econômico que implica numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Vale ressaltar que esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. Um outro aspecto desse modelo está associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local²⁰, ou seja, a

¹⁹ É difícil não perceber que o debate sobre sustentabilidade tem se pautado predominantemente pelo recurso a categorizações socialmente vazias. Ou seja, as noções evocadas costumam não contemplar a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos do território. Os diagnósticos e as definições têm se situado no campo técnico, apresentando-se como descolados da dinâmica da sociedade e, conseqüentemente, da luta social (ACSELRAD, op. cit.).

²⁰ Para Vazquez-Barquero (op. cit.), “uno de los factores centrales que condiciona el proceso de acumulación de capital es la organización de los sistemas productivos como se ha puesto de manifiesto en Alemania o en las economías de desarrollo tardío del sur de Europa (como Italia y España) y de América Latina (Brasil, Argentina y México) durante las últimas décadas. La cuestión no reside en si el sistema productivo de una localidad o territorio está formado o no por empresas grandes o pequeñas sino por la organización del sistema productivo local. La organización del

um sistema com coerência interna, aderência e sintonia local e que o grau de autonomia - comercial, tecnológica e financeira do sistema ali existente -, é particularmente importante, sendo que essa autonomia relativa é consequência de numerosas inter-relações entre empresas e os diferentes setores produtivos locais (GAROFOLI, 1992 apud VAZQUEZ-BARQUERO, op. cit.).

Assim, levando-se em consideração as questões anteriormente evidenciadas como referencial teórico importante deste estudo, pode-se inferir que a cultura do Cacau é parte integrante de sistemas produtivos locais, o que torna imprescindível a identificação dos fatores econômicos e espaciais que possam explicar a inserção dessa atividade nas escalas territorial e local (a partir da realidade concreta do Município de Uruará), mediante a aplicabilidade dos conceitos de desenvolvimento local e de sustentabilidade²¹.

Dessa forma, o contexto deve ser caracterizado e as iniciativas de sustentabilidade devem ser adaptadas às necessidades e capacidades particulares, além da necessidade de considerar as interações com os sistemas externos, pois o que é sustentável isoladamente pode não sê-lo quando está sujeito a fortes interferências externas. Em suma, a sustentabilidade deve ser vista como um conceito universal e não-negociável no que se refere aos objetivos, mas sem um modelo ou critérios únicos, ela pode ser alcançada por meio de muitos caminhos, com diferentes etapas, setores e estágios de desenvolvimento.

Portanto, o conhecimento das realidades territorial (Transamazônica) e local (Uruará) se faz necessário na medida em que este conhecimento resulta em uma maior eficácia das medidas e ações, mais pragmáticas, a serem aplicadas sobre determinado contexto socioeconômico, centradas em alternativas de sustentabilidade econômico-espacial.

Objetivamente, a partir do exposto, emerge uma questão central, cuja busca de resposta orientou a realização deste estudo: Quais as estratégias a serem

entorno, en el que se establecen las relaciones entre las empresas, los proveedores y los clientes, condiciona la productividad y competitividad de las economías locales”.

²¹ Segundo Campanhola e Silva (op. cit.), os meios e fins da sustentabilidade variam conforme as condições ecológicas, econômicas, sociais e culturais, tanto no âmbito regional como local. Essas características determinam as limitações e oportunidades disponíveis para as atividades humanas. Os limites ambientais refletem a capacidade de suporte ecológico e a capacidade regenerativa dos sistemas e dos recursos naturais. Em outras palavras, o que é sustentável em um país ou local, em um determinado período de tempo e em um certo estágio de desenvolvimento, não necessariamente será sustentável em outro.

implementadas para consolidar a economia cacaeira, dominada por pequenos produtores rurais, no Território da Transamazônica?

A Figura 01 mostra esquematicamente a problemática central deste estudo, formulada pelo autor, evidenciado seus aspectos primordiais, notadamente os fatos e suas respectivas explicações, tendo-se como parâmetros fundamentais elementos pertinentes às visões (endógenas e exógenas) levantados na literatura acadêmica e institucional, acerca do Território da Transamazônica, no Estado do Pará, área delimitada para o desenvolvimento desta Dissertação.

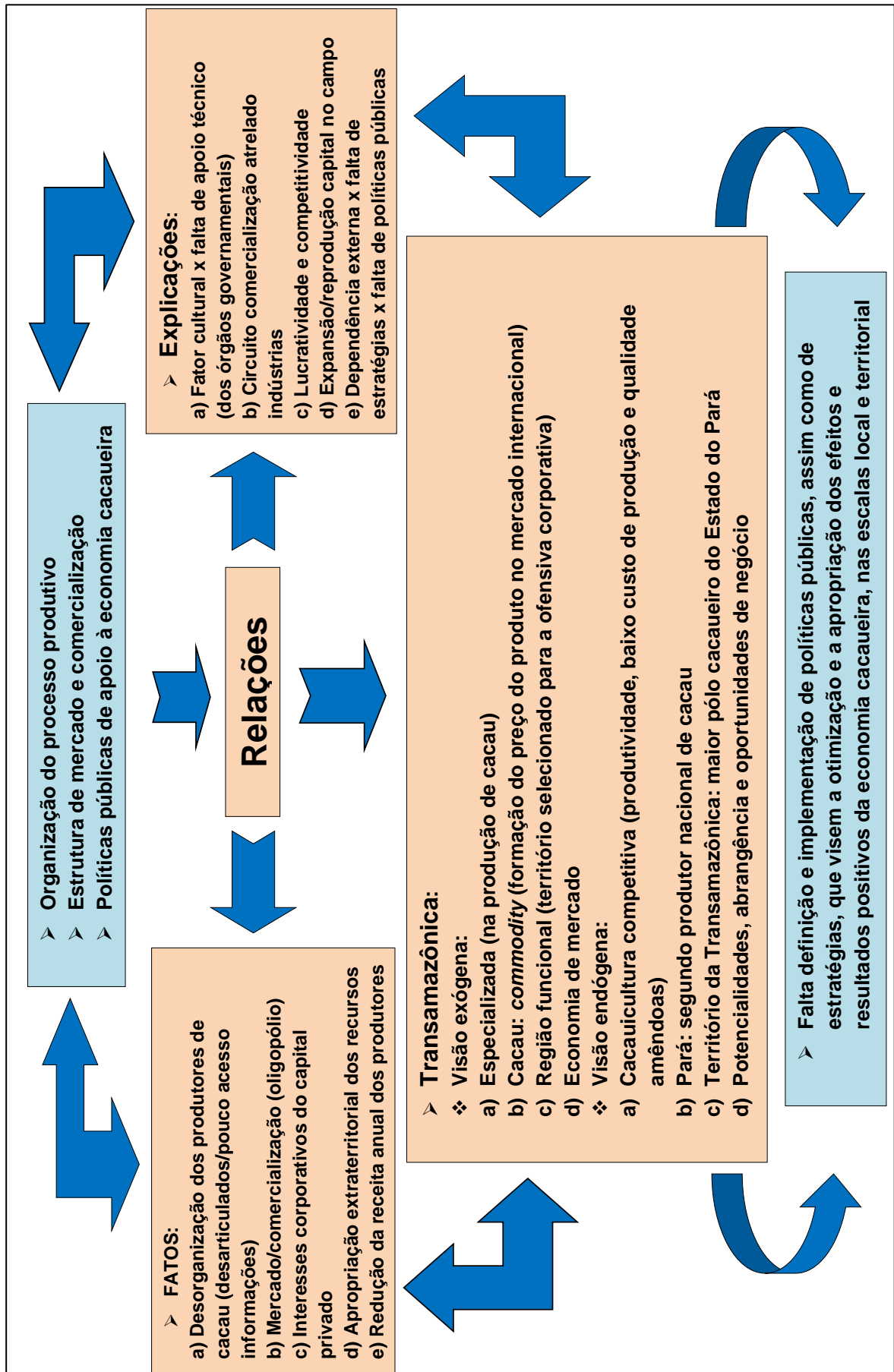


Figura 01 – O problema central da pesquisa

1.2 HIPÓTESE.

“É indispensável definir e implementar políticas públicas que sejam capazes de otimizar os efeitos da economia cacauera no Território da Transamazônica”.

1.3 OBJETIVOS.

1.3.1 Geral.

Analisar a importância econômica da cultura do Cacau para o Desenvolvimento Local no Território da Transamazônica, a partir da realidade concreta do Município de Uruará (PA).

1.3.2 Específicos.

- a) Identificar os fatores políticos e econômicos que levaram à implantação e expansão da cultura do Cacau, no Território da Transamazônica;
- b) Descrever a visão dos atores locais, acerca da importância da cultura do Cacau para o Desenvolvimento Local, no Território da Transamazônica;
- c) Analisar os constrangimentos produtivos e comerciais da cultura do Cacau, no município de Uruará, visando identificar possíveis estratégias de fortalecimento da competitividade sistêmica dos atores envolvidos.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Caracterização Geral da Área de Estudo

A implantação e expansão das atividades produtivas e o povoamento da região da Transamazônica se deram com a Abertura da Rodovia BR 230 (Rodovia Transamazônica), que foi construída no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN). Este programa foi implantado nos anos 70 e visava promover a colonização da região por agricultores das regiões Sul e Nordeste do Brasil, assentando-os em lotes de 100 hectares ao longo da Rodovia recém aberta, assim como nos travessões ou estradas vicinais, abertas em sentido perpendicular à rodovia.

A ação de promover e transferir agricultores destas regiões tornou-se uma forma de adiar a resolução de um dos problemas seculares do Brasil, que pode estar relacionado com as relações sociais estabelecidas nos períodos Colonial e Imperial, que é a Reforma Agrária. Na tentativa de solucionar as tensões no campo que estavam ocorrendo nestas regiões, o governo estabeleceu uma política de colonização, trazendo estes agricultores para a Amazônia, utilizando o lema “Terras sem Homens para Homens sem Terra” (FVPP, op. cit.).

O Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) foi o órgão responsável pelo loteamento e assentamento destas famílias e mais tarde, pela titulação destas terras, bem como a devida assistência técnica e infra-estrutura para que estes colonos, recém assentados, pudessem produzir e transformar esta região em um dos pólos de produção agrícola no país. No entanto, durante esse período, não foram levadas em consideração as especificidades dos ecossistemas amazônicos. Buscou-se instalar aqui um modelo de desenvolvimento estabelecido para outras regiões do Brasil, através da implantação de lavouras brancas (arroz, milho, mandioca, feijão, etc.), de monoculturas perenes (cacau, pimenta-do-reino) e mono-sistemas (pecuária) agrícolas, incentivando as práticas de derrubada e queima da floresta.

2.2 O Território da Transamazônica

A Rodovia BR 230 (Transamazônica) apesar de ser mais um dos projetos inacabados do governo federal, tornou-se um dos fatores que contribuíram para a formação do território geográfico da Transamazônica, considerando que vários municípios foram formados às margens desta Rodovia. O território configurou-se em

seu formato atual, destacando-se como o maior pólo produtor de cacau e madeira em tora do Brasil e um dos maiores produtores de gado e café do Estado do Pará e, enfrentando grandes problemas, principalmente aqueles relacionados à falta de infra-estrutura para a produção agrícola, assistência para a educação e saúde.

2.3 Contextualização Histórica e Sócio-política

A luta pela resolução dos problemas da região deu início à formação e organização dos movimentos sociais, no final dos anos 70 e início dos anos 80. O avanço destas lutas e a articulação entre estes movimentos de vários municípios propiciaram a configuração das iniciativas de reflexão e proposição na perspectiva do desenvolvimento territorial. A instituição oficial do Território da Transamazônica pelo governo federal ocorreu em 2004, congregando nove municípios. Com exceção do município de Porto de Moz que se localiza na mesorregião do Baixo Amazonas, os demais municípios (Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Uruará, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio) estão na mesorregião Sudoeste do Pará (FVPP, op. cit.).

2.4 Perfil Econômico-produtivo e Ambiental

A agricultura familiar no território representa 90,6% (16.541 estabelecimentos) do total de estabelecimentos rurais, em uma área de 62,7% (1.610.504 ha), ocupa 88,6% do pessoal e possui um Valor Anual Bruto da Produção (VABP) de 68,1% do total, mais da metade do valor da produção do território.

A estrutura fundiária é caracterizada pela predominância de estabelecimentos rurais com área entre 100 a 200 ha, que representa 44% da área ocupada no território. Os estabelecimentos com área entre 50 a 100 ha representam 25% e aqueles com 20 a 50 ha, 10% (FVPP, op. cit.).

A organização fundiária verificada no território reflete os resultados do programa oficial de colonização da região implementado pelo governo federal, nas últimas décadas. A propriedade da terra, especialmente os lotes de até 200 ha eram garantidas aos agricultores. Pode-se observar que em 95 % dos estabelecimentos o produtor está na condição de proprietário e, em 5% está na condição de ocupante.

A análise da utilização da terra no território da Transamazônica revela que as Matas e Florestas ocupam grande área no território (65,3%). As terras destinadas ao cultivo de pastagens estão em segundo lugar, ocupando 24,6%, enquanto que a

área destinada ao cultivo de culturas temporárias e permanentes representa 6,4%, superior a área média do Estado (5,9%).

No território as principais atividades econômicas estão voltadas para a produção agrícola e pecuária. As áreas cultivadas com culturas agrícolas (temporárias, permanentes e hortaliças) correspondem a 734.654 hectares (30% da área cultivada no território). A pecuária, no entanto, está presente em 4.033 estabelecimentos, ocupando 1.094.790 de hectares (45% do território).

O grande desenvolvimento das culturas perenes nos anos 80 promoveu um segundo fluxo migratório na região, depois de ter sido motivado pelos grandes projetos na década de 70. No entanto, no final dos anos 80 as culturas perenes vivem certa decadência, devido ao surgimento de doenças fitossanitárias e crise nos mercados desses produtos. Apesar disso, a produção de culturas permanentes ainda é expressiva (FVPP, op. cit.).

O Território da Transamazônica tem uma produção significativa no contexto do Estado do Pará. Devido as suas características regionais e climáticas, as culturas que tem mais destaque são o café, cacau, banana e cupuaçu. A posição dos municípios do Território no ranking da produção agrícola estadual pode ser observada na Tabela 01.

Tabela 01: Posição dos municípios do Território da Transamazônica no “ranking” da produção agrícola estadual, no período 2002-2004

Municípios	Ano		
	2002	2003	2004
Altamira	5º maior produtor de cupuaçu, cacau, e milho	5º maior produtor de cacau	3º maior produtor de cacau
Anapu	5º maior produtor de coco da baía	-	3º maior produtor de café
Brasil Novo	4º maior produtor de cacau	3º maior produtor de cacau	4º maior produtor de cacau
		4º maior produtor de café	5º maior produtor de café
Medicilândia	Maior produtor de cacau e café	Maior produtor de cacau e café	Maior produtor de cacau e café
	3º maior produtor de cupuaçu e banana	3º maior produtor de banana 5º maior produtor de cupuaçu	2º maior produtor de banana 5º maior produtor de cupuaçu
Pacajá	-	5º maior produtor de café	-
Uruará	2º maior produtor de banana, cacau e café	2º maior produtor de banana, cacau e café	2º maior produtor de banana, cacau e café

Fonte: Adaptado de SAGRI/IBGE/LSPA (2006) apud FVPP (2006)

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do ano de 2005 realizada pelo IBGE, e concluída em dezembro de 2005, a configuração dos municípios do território na contribuição da produção agrícola é a seguinte:

Tabela 02: Posição dos municípios do Território da Transamazônica no “ranking” da produção agrícola estadual, em 2005

Município	Cultura	Posição no ranking da produção estadual	% da produção estadual
Altamira	Feijão <i>phaseolus</i>	2º	11,0
	Cacau	5º	6,2
Anapu	Café	4º	6,4
Brasil Novo	Cacau	4º	6,4
Medicilândia	Café	1º	42,0
	Banana	1º	9,5
	Cacau	1º	39,2
Uruará	Café	2º	15,0
	Banana	3º	6,2
	Cacau	2º	11,7

Fonte: Adaptado de IBGE/LSPA (2006) apud FVPP (2006)

Segundo a FVPP (op. cit.),

“os pontos de maior fragilidade na produção são: a falta de infra-estrutura, a ausência de crédito diferenciado e o sistema fundiário. A questão fundiária e a inadimplência no pagamento dos créditos recebidos são apontados como os principais conflitos existentes no território. Enquanto que as potencialidades apontadas são: a existência de solos férteis, recursos naturais, clima, grande percentual de produtores de produção familiar e o alto índice de organização social. Com as cadeias produtivas da mandioca, do cacau e os recursos naturais apontados como aqueles que mais geram trabalho e renda”.

No que diz respeito à comercialização dos produtos agrícolas, o cacau é um dos principais produtos comercializados por produtores no território, onde quatro municípios²² são responsáveis por 68,4% da produção do Estado. O principal município produtor é Medicilândia, responsável por 34,6% da produção do Pará e por 6,4% da produção de cacau do Brasil.

De acordo com um estudo de viabilidade das agroindústrias realizado pela FVPP em 2005, as três grandes indústrias compradoras de cacau no território são a Indeca, Cargill e Barry Callebout. A primeira declarou que compra aproximadamente 3.500 toneladas/ano de cacau, a Cargill 12.000 toneladas/ano, e a Barry Callebout não forneceu informação. Estimando-se que a quantidade comprada pela Barry Callebout se acerca mais à quantidade comprada pela Cargill do que pela Indeca, e considerando que existe uma pequena quantidade que é vendida para fora

²² Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará.

dos municípios em questão, a quantidade de cacau comercializada na região pode perfeitamente estar próximo do que o IBGE coloca em sua base de dados. É possível, ainda, que este número seja um pouco maior.

Os principais atores da cadeia de comercialização no território são os compradores intermediários (atravessadores), os compradores finais, os industrializadores, os transportadores e os consumidores. Apesar das críticas aos atravessadores, pela pouca possibilidade de negociação e valorização do produto na hora da compra, pode-se considerar que estes cumprem um papel importante na comercialização, uma vez que possibilitam ao produtor a venda de sua produção e o abastecimento do mercado.

Dentro deste contexto, é importante destacar que:

“entre as principais fragilidades²³ identificadas nas cadeias de comercialização dos produtos no Território da Transamazônica estão: a pouca agregação de valor aos produtos; a baixa qualidade; a falta de escala de produção; as vias de escoamento precárias; poucos armazéns e indústrias e a comercialização individual. As principais potencialidades apontadas são: a boa rede de compradores; a produção com marca amazônica; os produtos naturais (orgânicos) e as diversidades culturais. O sistema de transporte, as feiras livres, os supermercados e o comércio em geral, são apontados como atividades dentro do subsistema com capacidade de gerar trabalho e renda” (FVPP, op. cit.).

De acordo com Mendes, Sousa e Vasconcelos (op. cit.), o sistema de produção do cacauero é praticamente dominado por todos os agricultores que o cultivam. Contudo, a fase crucial deste sistema que é vender bem, acha-se abandonada. Como resultado, conclui-se por um setor desarticulado e frágil onde os agricultores encontram-se a mercê dos compradores.

Segundo Lima (1998 apud MENDES; SOUSA; VASCONCELOS, op. cit.), o sistema de informação dos produtores é precário e, certas fontes de informações podem suscitar dúvidas, pois, informante e comprador são a mesma pessoa. Ainda existe uma minoria que acredita que os preços pagos localmente são maiores quando relacionados às outras localidades; quase metade do público acredita que exista equivalência municipal em relação aos preços pagos; pelo menos 10% não

²³ Além de fortemente penalizado no processo de comercialização do seu produto, e a todos os problemas que envolvem o sistema de produção agrícola (falta de crédito e insumos agrícolas, ocorrência de pragas e doenças e azares climáticos), o produtor de cacau da Transamazônica tem que se submeter à oscilação dos preços do cacau no mercado internacional (LIMA; MENDES, op. cit.).

fazem idéia se maior, menor ou igual; e 35% acreditam que fora da sua região os preços pagos são melhores, porém não fazem qualquer esforço para superar suas fronteiras, pois o comprometimento existente entre as partes é muito forte e, quando não é este o caso, a presença de um único comprador elimina opções.

2.5 O Município de Uruará

2.5.1.1 Localização

O município de Uruará, onde foram realizados os estudos assim como a pesquisa de campo, pertinentes a esta Dissertação, está localizado no contexto geográfico da Amazônia Oriental, mais precisamente no Território da Transamazônica, Microrregião Altamira, na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará (Figura 02). A sua área territorial é equivalente a 10.839 km², apresentando uma densidade demográfica de 4,2 hab./km². A distância do Município em relação à Capital do Estado é de 632,9 km (BRASIL, 2000). É um Município situado numa região configurada como região de fronteira agrícola pelos programas geopolíticos do governo federal, levados a cabo na década de 70, como estratégia de ocupação territorial e de integração da região amazônica aos mercados nacional e internacional.

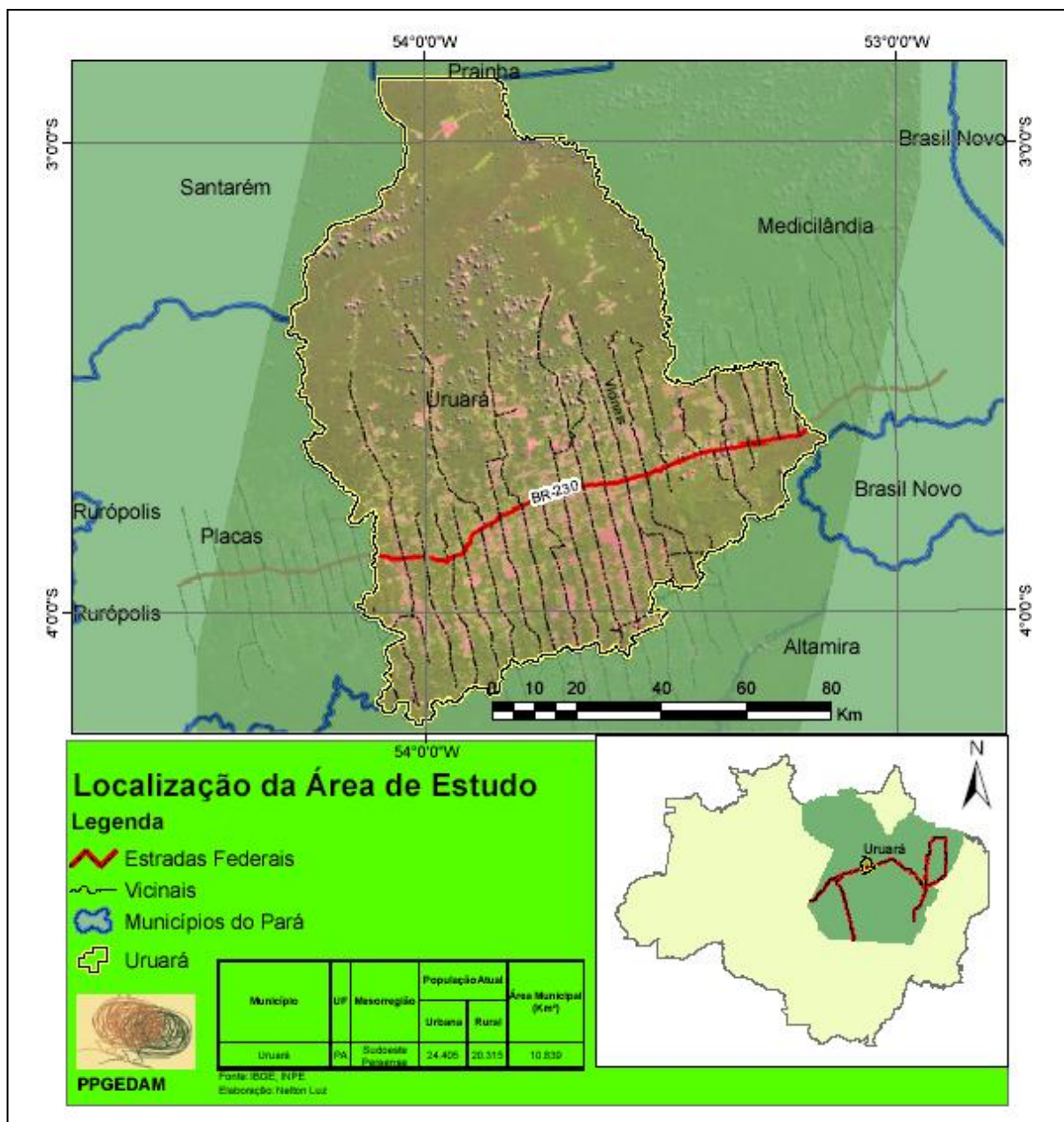


Figura 02: Mapa de Localização do Município de Uruará, no Território da Transamazônica, Estado do Pará. Fonte: Organização do autor – Elaboração: Nelton Luz (2011)

2.5.1.2 Breve Histórico

A origem Município de Uruará é resultante do intenso movimento migratório ocorrido na região Norte, como mecanismo estratégico de ocupação territorial. O Programa de Integração da Nacional (PIN) é exemplar ao financiar obras de infra-estrutura, dando início à abertura de rodovias federais, a exemplo da BR 230 (Transamazônica), principal via de acesso para a interligação, de caráter

estruturante, entre as cidades incrustadas na floresta tropical e com outras regiões do país (BARBOSA et al., 2005).

Em resumo, toda a região conhecida como Uruará foi resultante de um processo de colonização espontânea, em oposição à colonização dirigida, pois o INCRA teve que se contentar em apenas distribuir as terras ou regularizar os ocupantes sem títulos que haviam se antecipado, “escapando aos olhos” do INCRA (HAMMELIN, 1991 apud SIMÕES, op. cit.). A fundação do Município de Uruará ocorreu no ano de 1989.

2.5.1.3 Índice Populacional e Demográfico

A população de Uruará pode ser visualizada na Tabela 03, que evidencia a dinâmica demográfica do Território da Transamazônica, no qual o Município apresenta o segundo maior índice populacional, totalizando 44.720 habitantes, sendo que 54,57% são residentes na zona urbana e 45,43% na zona rural, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Vale ressaltar que, no período 1991-2000, a população de Uruará teve uma taxa média de crescimento anual de 6,91%, passando de 25.339 em 1991 para 45.201 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 27,98, passando de 22,76% em 1991 para 29,13% em 2000. Em 2000, a população do município representava 0,73% da população do Estado e 0,03% da população do País (BRASIL, op. cit.).

Tabela 03 – População dos municípios do Território da Transamazônica

MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
Altamira	105.030	90.068	85,75	14.962	14,25
Uruará	44.720	24.405	54,57	20.315	45,43
Pacajá	40.052	13.752	34,34	26.300	65,66
Medicilândia	27.442	9.622	35,06	17.820	64,94
Anapu	20.493	9.840	48,02	10.653	51,98
Brasil Novo	17.960	6.912	38,49	11.048	61,51
Vitória do Xingu	13.480	5.361	39,77	8.119	60,23
Senador J. Porfírio	12.998	6.475	49,82	6.523	50,18
Total Território	282.175	166.435	58,98	115.740	41,02
Total Estado Pará	7.588.078	5.197.118	68,50	2.390.960	31,50

Fonte: Adaptado de Censo Demográfico (IBGE, 2010).

2.5.1.4 Índice de Desenvolvimento Humano

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Uruará cresceu 21,47%, passando de 0,587 em 1991 para 0,713 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com

41,2%, seguida pela Renda, com 33,2% e pela Longevidade, com 25,6%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 30,5%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 11,3 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 5,5 anos para alcançar Belém (PA), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,806).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Uruará foi 0,713. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Uruará apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2745ª posição, sendo que 2744 municípios (49,8%) estão em situação melhor e 2762 municípios (50,2%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Uruará apresenta uma situação boa: ocupa a 25ª posição, sendo que 24 municípios (16,8%) estão em situação melhor e 118 municípios (83,2%) estão em situação pior ou igual (BRASIL, op. cit.).

2.5.1.5 Principais Aspectos Biofísicos.

a) Solos.

Os solos do município de Uruará são representados pelas seguintes categorias: Latossolos Amarelos Distróficos (textura média, argilosa e muito argilosa); Concrecionários Lateríticos Indiscriminados Distróficos (textura argilosa); Podzólicos Vermelho-Amarelos (textura argilosa); Podzólicos Vermelho-Amarelos Equivalente Eutróficos (textura argilosa). Solos Litólicos Distróficos (textura indiscriminada) e afloramentos rochosos (PARA/SEPOF/IDESP, 2011).

b) Vegetação.

A vegetação é representada, em sua maior cobertura, pela Floresta Densa de platôs (sub-região dos altos platôs Xingu-Tapajós), pela Floresta Aberta Mista, constatando-se extensos desmatamentos em ambos os lados da Rodovia Transamazônica, ensejando a formação de capoeiras (PARA/SEPOF/IDESP, op. cit.).

c) Clima.

As características climáticas do Município não diferem muito das de sua região. A temperatura do ar é sempre elevada, com média térmica anual de 25,6°C e valores médios para a máxima de 31°C e para a mínima de 22,5°C. A umidade relativa apresenta valores acima de 80%, em quase todos os meses do ano. A pluviosidade se aproxima de 2.000 mm anuais. Entretanto, é um tanto irregular durante o ano. A estação das chuvas coincide com os meses de dezembro a junho, e a menos chuvosa, de julho a novembro.

O tipo climático da região é o Ami que se traduz como um clima, cuja média mensal de temperatura mínima é superior a 18°C. Tem uma estação seca de pequena duração e amplitude térmica inferior a 5°C entre as médias do mês mais quente e do mês menos quente. O excedente de água do solo, segundo o balanço hídrico, corresponde aos meses de fevereiro a julho, com excedente de mais de 750 mm, sendo março o mês de maior índice. A deficiência de água intensifica-se entre agosto e dezembro, sendo setembro o mês de maior carência, ao se constatar menos de 90 mm (PARA/SEPOF/IDESP, op. cit.).

2.5.1.6 Economia e Distribuição Espacial das Atividades Produtivas.

A implantação, expansão e distribuição espacial das atividades produtivas no município de Uruará, estão diretamente associadas ao processo de dinamização econômica ocorrido na Transamazônica nas últimas quatro décadas, caracterizado, fundamentalmente, pela forma de ocupação e evolução do uso da terra levado a cabo nas escalas local e territorial.

Neste percurso (Figura 03), houve alternância no predomínio das atividades econômicas (GOMES, 2006), cujos sistemas de produção demonstram uma preocupação dos produtores rurais na busca de um conjunto de atividades, como maneira de minimizar os riscos do processo produtivo decorrentes principalmente do mercado, podendo-se assim destacar, em termo agregados, três atividades básicas: culturas anuais, culturas perenes e pecuária, que representam o interesse da totalidade dos agricultores locais (WALKER, et al., op.cit.).

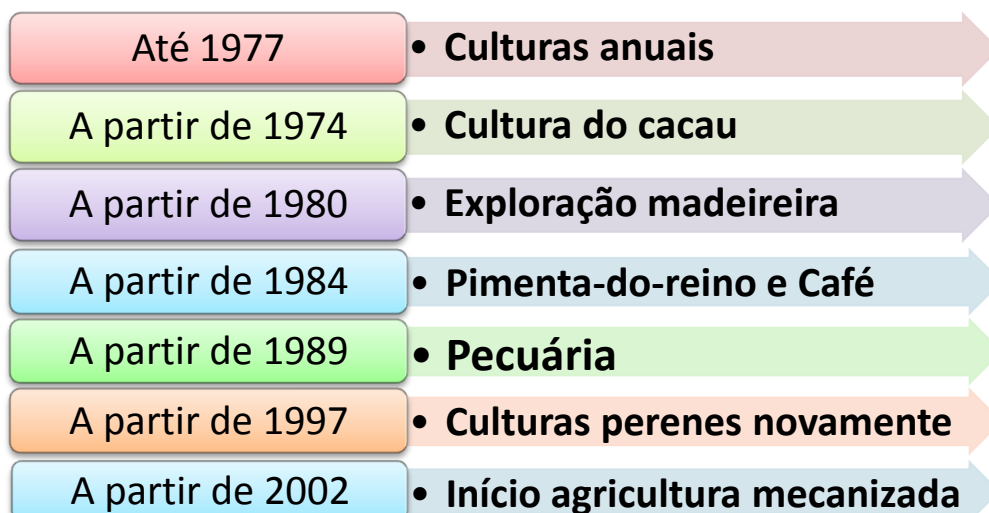


Figura 03 - Evolução dos Sistemas de Produção no Território da Transamazônica e no Município de Uruará. Fonte: Elaborado pelo autor, a partir da periodização demonstrada nos estudos de Gomes (2006)

Dessa forma, deve-se compreender que as causalidades e os fatores explicativos - da evolução do uso da terra e dos sistemas de produção decorrentes desse processo -, materializam-se no uso e aproveitamento dos recursos naturais pelos agricultores, que, decerto, adotam estratégias norteadas por princípios de racionalidade na gestão de suas unidades de produção, onde as atividades produtivas podem ser priorizadas levando-se em consideração fatores pertinentes ao contexto histórico e sócio-econômico da região.

Assim, através da análise das fases ou ciclos relacionados à predominância destas atividades, pode-se tentar entender as combinações dos diversos fatores responsáveis pela dinâmica local e pelas trajetórias dos colonos de Uruará (VEIGA et al., 2004 apud GOMES, op. cit.).

Dentro deste contexto de dinamização do agrário microrregional, pode-se destacar a cultura do cacau, como uma das mais importantes alternativas agrícolas que compõem os sistemas de produção no Território da Transamazônica e no Município de Uruará, podendo ainda ser considerada uma cultura estratégica do ponto de vista da distribuição espacial das atividades produtivas - possibilitando o uso e aproveitamento de solos de média a alta fertilidade natural -, além das vantagens comparativas em relação às demais culturas existentes na região, notadamente quanto as suas características agroambientais e aos seus resultados econômicos.

Os resultados econômicos dessa atividade podem ser visualizados na Tabela 04, onde demonstra-se o desempenho dessa atividade no Território da Transamazônica, no ano de 2009, com destaque ao Município de Uruará, ocupando a posição de segundo maior produtor de cacau.

Tabela 04 - Dinâmica econômica da cultura do cacau nos municípios produtores do Território da Transamazônica, em 2009

MUNICÍPIO	Nº DE AGRICULTORES ASSISTIDOS	PRODUÇÃO (t)	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (em mil reais)	ÁREA COLHIDA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Altamira	451	3.120	17.784	3.900	800
Anapu	589	696	3.480	1.070	650
Brasil Novo	620	3.200	18.560	4.000	800
Medicilândia	1.624	18.333	104.498	20.752	883
Pacajá	717	2.451	13.481	2.085	1.175
Uruará	851	6.417	36.577	7.530	852
Vitória do Xingu	501	1.472	7.360	1.840	800
Total Território	5.353	35.689	201.740	41.177	851

Fonte: CEPLAC (2010) e (IBGE, 2010).

É importante ressaltar que este desempenho está diretamente relacionado à predominância de pequenos produtores rurais no processo produtivo do cacau, tanto na escala territorial como na escala local, no qual a gestão das unidades de produção é feita diretamente pela família, que detém o controle dos fatores de produção, especialmente da mão-de-obra: vital para a execução das práticas agrícolas e para o manejo integrado da lavoura cacauzeira.

Do ponto de vista econômico, pode-se inferir também que a cultura do cacau em Uruará - pela sua capacidade de geração de renda para o conjunto dos pequenos produtores rurais, assim como de divisas para o Município, o Território da Transamazônica e o Estado do Pará, a despeito dos efeitos irradiados pela dinâmica de Altamira²⁴ (município Pólo) -, tem forte contribuição na composição do Produto Interno Bruto, apresentando o segundo maior índice no contexto microrregional, equivalente a 13,90% (Tabela 05).

²⁴ A dinâmica da economia dessa área, quando observada a partir dos dados desagregados por município, mostra o predomínio de características comuns em grande parte deles (...). No entanto, há disparidades em termos microrregionais. Isto sugere a existência de especificidades relativas ao processo de integração econômica, cujas determinações são dadas pela proximidade com as rodovias federais, mas também pela base produtiva pré-existente, pelo grau de rentabilidade no tempo da atividade, pela estrutura fundiária e pelas formas associadas de trabalho (BARBOSA et al., op. cit.).

Tabela 05 – Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Território da Transamazônica

Municípios	PIB a preços correntes (R\$1,00)	Participação do PIB no contexto Microrregional (%)	Participação do PIB no contexto Mesorregional (%)	Participação do PIB no contexto Estadual (%)
Altamira	567.678.000	44,77	25,01	0,97
Anapu	76.760.000	6,05	3,38	0,13
Brasil Novo	78.051.000	6,16	3,44	0,13
Medicilândia	102.847.000	8,11	4,53	0,18
Pacajá	148.861.000	11,74	6,56	0,25
Senador J. Porfírio	48.199.000	3,80	2,12	0,08
Uruará	176.257.000	13,90	7,77	0,30
Vitória do Xingu	69.231.000	5,46	3,05	0,12
Microrregião Altamira	1.267.885.000	-	55,87	2,17
Mesorregião Sudoeste	2.269.354.000	-	-	3,88
Estado do Pará	58.518.571.000	-	-	-

Fonte: Adaptado de IBGE (2008).

Ademais, estudos realizados por Barbosa et al. (op. cit.) na microrregião de Altamira, indicam que apesar da queda expressiva na produção baseada em culturas temporárias, o único município que se mantém com uma dinâmica peculiar é Uruará. Todos os demais municípios polarizados pela cidade de Altamira tiveram na agricultura permanente -, cacau, pimenta, café, urucum, dentre outros produtos - sua principal fonte de renda associada à pequena e média propriedade, e na exploração madeireira a explicação para grande parte de seu crescimento econômico agrícola.

2.6 Procedimentos e Bases Metodológicas

Segundo Pádua (2004), toda pesquisa tem uma intencionalidade, que é a de elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade. Como atividade, está inserida em determinado contexto histórico-sociológico, estando, portanto, ligada a todo um conjunto de valores, ideologia, concepções de homem e de mundo que constituem este contexto e que fazem parte também daquele que exerce esta atividade, ou seja, o pesquisador.

Por este prisma, a metodologia científica assim como os fundamentos e técnicas, adotados neste estudo, foram norteados pelo modelo teórico de Karl Popper²⁵ baseado na concepção hipotético-dedutiva, ou seja, toda ciência parte de

²⁵ Para Popper o conhecimento científico sempre conserva o seu caráter hipotético, conjectural. Por maior que seja o grau de corroboração de uma hipótese, ela não perde seu caráter de conjectura. Nunca se pode ter certeza se ela é verdadeira ou não. A meta da ciência não deve ser, por conseguinte, a busca de fundamentos inabaláveis ou de certezas indubitáveis, mas sim, a construção de hipóteses férteis que ofereçam solução para algum problema. Toda teoria fecunda, valiosa, oferece respostas aos problemas para os quais foi chamada a solucionar, mas suscita novos problemas. A maior contribuição que uma teoria pode dar ao progresso do conhecimento reside em

um fato-problema que reclama por uma hipótese explicativa. A hipótese formulada para explicar o fato deve ser submetida a teste, cujas conseqüências (preditivas) são confrontadas com os fatos (CARVALHO, 1989) observados e identificados na realidade concreta.

Dentro deste contexto, seguindo uma linha de planejamento²⁶, sobretudo visando à consecução dos objetivos geral e específicos delineados nesta Dissertação, bem como possibilitar a verificação da hipótese pré-estabelecida - em consonância com a problemática levantada -, foram aplicados de forma complementar os dois métodos de pesquisa, ou seja: o quantitativo e o qualitativo. As vantagens de se integrar os dois métodos²⁷ estão, de um lado, na explicitação de todos os passos da pesquisa, e de outro, na oportunidade de prevenir a interferência da subjetividade do pesquisador nas conclusões obtidas.

Quanto aos objetivos, em conformidade com Gil (2002), a pesquisa realizada classifica-se como Descritiva, a qual tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

No que tange aos procedimentos técnicos, levou-se cabo a Pesquisa de campo, que procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de

sua capacidade de levantar problemas. Sendo assim, o conhecimento não apenas tem origem em problemas; ele termina sempre em problemas de maior profundidade e fecundidade (CARVALHO, 1989).

²⁶ Entende-se por planejamento da pesquisa a previsão racional de um evento, atividade, comportamento ou objeto que se pretende realizar a partir da perspectiva científica do pesquisador. Como previsão, deve ser entendida a explicitação do caráter antecipatório de ações e, como tal, atender a uma racionalidade informada pela perspectiva teórico-metodológica da relação entre o sujeito e o objeto da pesquisa. A racionalidade deve-se manifestar através da vinculação estrutural entre o campo teórico e a realidade a ser pesquisada, além de atender ao critério da coerência interna. Mais ainda, deve prever rotinas de pesquisa que tornem possível atingir-se os objetivos definidos, de tal forma que se consigam os melhores resultados com menor custo (BARRETO; HONORATO, 1998 apud PÁDUA, op. cit.).

²⁷ A combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, segundo pesquisadores, reduz os problemas de adoção exclusiva de um ou outro método. Segundo Duffy (1987, p.131 apud WOLFFENBÜTTEL, 2008), os benefícios são as possibilidades de: congregar controle dos vieses (pelos métodos quantitativos) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (pelos métodos qualitativos); identificar as variáveis específicas (pelos métodos quantitativos) com uma visão global do fenômeno (pelos métodos qualitativos); completar um conjunto de fatos e causas associadas ao emprego de metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade.

entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade. Para Ventura (2002 apud PÁDUA, op. cit.), a pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolha da amostragem, a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos.

O método de procedimento adotado foi o Estatístico, que implica em números, percentuais, análises estatísticas, probabilidades. Quase sempre associado à pesquisa quantitativa. Para Fachin (2001), este método se fundamenta nos conjuntos de procedimentos apoiados na teoria da amostragem e, como tal, é indispensável no estudo de certos aspectos da realidade social em que se pretenda medir o grau de correlação entre dois ou mais fenômenos. Para o emprego desse método, necessariamente o pesquisador deve ter conhecimentos das noções básicas de estatística e saber como aplicá-las. O método estatístico se relaciona com dois termos principais: população e universo.

Pragmaticamente, tomando-se por base o universo amostral e a abrangência geográfica do estudo, a pesquisa de campo foi realizada no Município de Uruará, em duas etapas, em virtude da disponibilidade de recursos, da logística e da infra-estrutura disponível, especialmente para deslocamento à Zona Rural, levando-se em consideração a distribuição espacial das Unidades de Produção de Cacau no Território da Transamazônica. Assim, a primeira etapa foi executada em setembro de 2010 e, a segunda, em janeiro de 2011.

Ressalta-se também que os instrumentos metodológicos foram elaborados pelo autor, com acompanhamento periódico do seu respectivo orientador, observando-se, essencialmente, a natureza, os objetivos e o tempo disponível para a execução da pesquisa. Ademais, visando assegurar a necessária consistência à abordagem utilizada nesta pesquisa, buscou-se articular e integrar conhecimentos teóricos e práticos pertinentes aos fundamentos e técnicas da metodologia científica desenvolvidos por autores renomados.

2.6.1 Amostragem e Universo da Pesquisa

A amostra²⁸ é a representação menor de um todo maior, a fim de que o pesquisador possa analisar um dado universo; a amostra representa o todo. Neste sentido, a definição do universo (ou população) do que é sua amostra representativa é a base do plano de verificação. A amostra deve ser representativa para que os resultados sejam considerados legítimos (PÁDUA, op. cit.).

Para efeito desta pesquisa, levou-se em consideração o quantitativo total de produtores de cacau assistidos pela CEPLAC em Uruará, equivalente a 851 (população pesquisada) - dado consolidado em dezembro de 2009 pelo Escritório Local da referida Instituição -, permitindo assim a determinação do plano amostral (universo da pesquisa), de acordo com a seguinte fórmula:

$$n = \frac{z^2 * p * q * N}{e^2 * (N-1) + z^2 * p * q}$$

Onde:

n : tamanho da amostra

z^2 : nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão

p : percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q : percentagem complementar

N : tamanho da população

e^2 : erro máximo permitido

Dessa forma, considerando o universo amostral de 851 produtores de cacau do município de Uruará (PA), o tamanho da amostra foi determinado admitindo um erro amostral de 11%, chegando-se a um total de 72 produtores, representando naturalmente uma probabilidade de acerto de 89%, seguindo o critério de proporcionalidade, baseado em desmembramento conforme o número de unidades de produção existentes no Município. Ressalta-se ainda, que o erro

²⁸ De acordo com Pádua (op. cit.), as técnicas de amostragem são utilizadas quando queremos estender ao universo as características encontradas, através do processo de generalização e/ou predição. O pesquisador lança mão dos recursos da inferência estatística para generalizar - para o todo - os resultados obtidos na amostragem.

estimado é a diferença entre o valor real do parâmetro da população e o valor encontrado na amostra.

Com o intuito de se alcançar a necessária segurança nos procedimentos estatísticos, os produtores de cacau visitados foram escolhidos de forma aleatória, tomando-se por base o controle do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural exercido oficialmente pelo Escritório Local da CEPLAC no Município, onde as unidades de produção encontram-se situadas na faixa e nas vicinais (sentido leste e oeste) da Rodovia Transamazônica.

Portanto, objetivando dar foco aos aspectos centrais da pesquisa, foi elaborado um questionário²⁹ (Apêndice A) com perguntas fechadas³⁰ e abertas³¹, organizado e estruturado em cinco blocos, quais sejam: I - Identificação e Perfil dos Produtores de Cacau de Uruará; II - Caracterização Geral das Unidades de Produção; III – Aspectos da Economia Cacaueira; IV – Organização do Produtor e da Produção; V – Mercado e Comercialização. Estes blocos contêm questões fundamentais ao entendimento e compreensão da realidade dos Produtores de Cacau de Uruará no contexto do Território da Transamazônica, cuja aplicabilidade guarda estreita relação com os objetivos (geral/específicos) da pesquisa, na medida em que geraram informações substanciais à análise e interpretação dos dados obtidos, em nível de unidade de produção.

2.6.2 Instrumental de Análise Estatística dos Dados da Pesquisa

Adicionalmente, os dados obtidos, decorrentes da pesquisa de campo, foram tabulados, digitados e constituíram um banco de dados que foi criado mediante o uso do *Software Estatístico SPSS1600*, de alta precisão, haja vista sua capacidade de armazenamento e de possibilitar cruzamentos entre variáveis pertinentes à pesquisa realizada.

²⁹ Na elaboração deste questionário, procurou-se atentar para os fundamentos apresentados por Pádua (op.cit.), levando-se em consideração as questões mais relevantes que foram propostas no contexto deste estudo, tendo sido relacionado cada item à pesquisa realizada e à hipótese levantada.

³⁰ Conforme Pádua (op. cit.), as perguntas fechadas visam à quantificação de resultados.

³¹ As perguntas abertas, por exigirem uma resposta pessoal, espontânea, do informante, trazem dados importantes para uma análise qualitativa, pois as alternativas de respostas não são todas previstas, como no caso das perguntas fechadas (PÁDUA, op. cit.).

2.6.3 Entrevistas Semi-estruturadas

A entrevista, como um dos procedimentos mais usados em pesquisa de campo, tem suas vantagens como meio de coleta de dados: possibilita que os dados sejam analisados quantitativa e qualitativamente, pode ser utilizada com qualquer segmento da população (inclusive analfabetos) e se constitui como técnica muito eficiente para obtenção de dados referentes ao comportamento humano (PÁDUA, op. cit.).

Neste estudo, objetivando assegurar mais consistência e qualificação aos dados da pesquisa realizada, empregou-se a técnica das entrevistas do tipo semi-estruturadas, as quais foram realizadas com os Agentes de Comercialização que mantêm relação com as grandes empresas processadoras de cacau atuantes no mercado agrícola (nacional/internacional) e também com os Gestores de Organizações Governamentais do Município de Uruará, cujas atividades guardam relação com o planejamento do Desenvolvimento Local.

No que diz respeito aos Agentes de comercialização (Apêndice B), as entrevistas foram organizadas e semi-estruturadas, levando-se em consideração os seguintes aspectos: Identificação do Agente; Identificação da empresa privada (compradora da produção de cacau); Atuação (abrangência territorial); Caracterização da Estrutura de Mercado e Comercialização; Relação com os produtores de cacau (produção comercializada e preços pagos); Importância da cultura do cacau; Formas de comercialização da produção; Visão acerca da estrutura de mercado e comercialização; Visão de futuro (cenário) a partir da concepção de expansão do capital e de controle territorial.

Quanto aos Gestores de Organizações Governamentais (Apêndice C), este procedimento de pesquisa foi organizado e estruturado, observando fatores importantes para a análise e interpretação da realidade local, dentre os quais se destacam: Identificação e caracterização dos segmentos governamentais atuantes na região; Planejamento para o Desenvolvimento Local; Caracterização das políticas públicas de apoio à cacauicultura local; Importância da cultura do cacau para o Desenvolvimento Local; Visão acerca da estrutura de mercado e comercialização local; Parcerias e cooperação local com organizações de produtores de cacau; Visão de futuro (cenário) pertinente ao fomento à cultura do cacau em escala local.

Adicionalmente, ressalta-se que o estudo foi alimentado pela coleta de dados secundários - disponíveis em livros, dissertações, teses e artigos de periódicos -, e de dados primários obtidos com a pesquisa de campo, mediante o uso das ferramentas retromencionadas, que foram de fundamental importância para a análise e interpretação dos dados³² e resultados³³ finalísticos desta Dissertação de Mestrado.

2.6.4 Análise e Discussão com Grupo Focal

Esta técnica foi aplicada, de forma complementar, junto aos Dirigentes de Organizações de Produtores de Cacau e Lideranças Comunitárias do Município de Uruará (Apêndice D), em encontro devidamente programado e realizado na sede municipal, mediante mobilização prévia dos participantes. Nesta oportunidade, foi apresentado aos participantes o Projeto de Pesquisa, evidenciando-se a importância da temática e a relevância do estudo que ora se propunha, com ênfase aos objetivos geral e específicos e na aplicabilidade prática de seus resultados, no futuro, como efetiva contribuição ao Desenvolvimento Local.

Vale destacar que a utilização prática desta técnica³⁴ permitiu verificar a percepção e o ponto de vista dos atores sociais retromencionados, no que diz respeito à Importância da Cultura do Cacau para o Desenvolvimento Local do Município de Uruará - a partir de questões relevantes pertinentes a essa atividade produtiva -, dentro do contexto de dinamização econômica do Território da Transamazônica. Para tanto, foram elaboradas três questões básicas que nortearam as discussões, quais sejam: Por que produzem Cacau (escolha/racionalidade)? Quais os resultados dessa atividade econômica (sustentabilidade)? Quais as perspectivas (cenários futuros)?

³² Para Triviños (1996), o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão). O objetivo da análise é sumarizar as observações, de forma que estas permitam respostas às perguntas da pesquisa. O objetivo da interpretação é a procura do sentido mais amplo de tais respostas, por sua ligação com outros conhecimentos já obtidos (SELLTIZ et al. apud RAUEN, 1999).

³³ É a parte que apresenta os resultados obtidos na pesquisa e analisa-os sob o crivo dos objetivos e/ou das hipóteses. Assim, a apresentação dos dados é a evidência das conclusões e a interpretação consiste no contrabalanço dos dados com a teoria (RAUEN, 1999, op. cit.).

³⁴ Na metodologia qualitativa, o *sine qua non* é um compromisso para ver o mundo social através do ponto de vista do ator, um tema que é raramente omitido em manuscritos metodológicos nesta tradição (BRYMAN, 1984 apud FONSECA, 2008).

3 A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA AGRICULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS RURAIS NO BRASIL

O papel, a essencialidade e a importância histórica da agricultura para o desenvolvimento econômico-social das nações tem sido objeto de investigações técnico-científicas levadas a cabo por estudiosos do assunto, notadamente nos últimos quarenta anos, cujas análises demonstram os efeitos positivos das atividades produtivas em territórios rurais, inclusive aqueles decorrentes da sua relação com outros setores da economia, como o industrial, independentemente das suas deficiências estruturais.

Segundo Almeida, Amin e Souza (2006)³⁵,

“a agricultura vem recebendo na história do pensamento econômico tratamentos diferenciados de acordo com a compreensão de sua importância nas relações econômicas concretas. A sua especificidade se dilui com o domínio do setor industrial, a partir do final do século XIX, reforçando seu papel subordinado na dinâmica econômica, no exercício de suas *funções* clássicas”³⁶.

Não obstante, há certo consenso de que o processo de desenvolvimento encontra seu início no setor agrícola. Especialmente em países de baixa renda o desenvolvimento da agricultura é a chave para atingir níveis mais altos de vida e de crescimento. O setor agrícola exerce o papel de indutor do desenvolvimento e de gerador de excedentes de capital e mão de obra, capazes de sustentar o surgimento e a manutenção do setor industrial. Este, por sua vez, cria condições para o aparecimento de um forte setor tecnológico-informacional, gerador de maiores competitividades no mercado internacional (ALMEIDA; AMIN; SOUZA, op. cit.).

Dessa forma, como os países pobres têm sua base econômica no setor agrícola, os estudos com vistas a alavancar o desenvolvimento econômico destas nações sublinham que a potencialização do setor agrícola em determinadas

³⁵ Para estes autores, alguns teóricos, como Johnston (1961; 1967; 1977), Mellor (1962; 1966; 1995; 2001) e Schultz (1964), retomam a discussão da importância da agricultura na economia em meados da década de 60 do século passado, partindo da concepção do desenvolvimento do setor agrícola em si, nos moldes do chamado “desenvolvimento equilibrado”, especialmente ao interno das discussões sobre as possibilidades de superação da pobreza nos países de baixa renda. Estes países representam 1/3 da população mundial e possuem metade de sua população com renda inferior a U\$ 100,00. Da população economicamente ativa, 60 a 80% estão engajados no setor agrícola, onde são gerados 50% ou mais do PIB.

³⁶ Principalmente o suprimento de alimentos e matérias-primas, a geração de empregos no meio rural, a geração de divisas para os países e, em alguns casos, a exemplo da “cultura do cacau”, a preservação do meio ambiente (OLIVEIRA FILHO; ÁLVARES AFONSO, 1989).

condições pode induzir fortemente ao desenvolvimento econômico global (ALMEIDA; AMIN; SOUZA, op. cit.).

Neste sentido, no caso específico do Brasil, a dinâmica evolutiva e o desempenho dos sistemas agrícolas constituem-se em fator determinante e explicativo da inserção do País no período atual do processo de globalização da economia, registrando assim, nesta trajetória, a destacada importância da agricultura no desenvolvimento territorial rural.

Corroborando com esse entendimento, Toledo (op. cit.) ressalta que,

“o papel da agricultura tem histórica relevância econômica no Brasil. As principais atividades econômicas desenvolvidas no país desde o início da colonização estiveram ligadas a produtos agrícolas ou de caráter extrativo, como pau-brasil, cana-de-açúcar, fumo, algodão, café, borracha e cacau. Esse modelo econômico primário-exportador manteve-se durante os regimes políticos da Colônia, do Império e do início da República, baseado na geração de renda proporcionada pela exportação de produtos agrícolas para importar os bens manufaturados”.

Após a Segunda Guerra Mundial observa-se um aprofundamento das ações modernizantes no setor agrícola brasileiro, com mudanças na base técnica da produção, que começa a ganhar dimensão nacional com a introdução de máquinas, elementos químicos e de novas variedades de culturas. Mudança técnica que transforma parte das culturas tradicionais em “agricultura modernizada”, fortemente mecanizada. Tais inovações técnicas e organizacionais vão criando um novo uso do tempo e um novo uso da terra (SANTOS; SILVEIRA, 2001 apud TOLEDO, op. cit.) em porções selecionadas do território nacional, privilegiando algumas regiões e culturas (ELIAS, 1996 apud TOLEDO, op. cit.).

Com a intensificação do crescimento dos setores industrial e de serviços a partir dos anos 1940, o modelo de produção agrícola de baixa tecnologia vigente até então passa a ter dificuldades em atender à crescente demanda por produtos agropecuários, em virtude da migração de pessoas do campo para os centros urbanos.

Essas condições acabam por pressionar o processo de modernização da agricultura brasileira, forçando um adensando técnico-científico do território. Segundo Kageyama et al. (1993 apud TOLEDO, op. cit.), a segunda metade da década de 1960 pode ser considerada um marco de referência no processo de

modernização da agricultura brasileira, pois definiu um novo modo de produção agrícola, caracterizado pela intensificação das relações agricultura/indústria.

Neste momento, o Estado brasileiro aparece como forte regulador deste movimento, atuando no sentido de: 1) modernizar a agricultura e incorporar novas fontes de crescimento da produção; 2) incentivar a produção de alimentos; e 3) administrar os preços agrícolas.

A almejada inserção do Brasil no mercado agrícola moderno levou à necessidade de investimentos elevados para a adoção de novos processos que possibilitassem a expansão da produção. Como a estrutura agrária vigente até então era arcaica, os pequenos produtores não conseguiram absorver os avanços tecnológicos propostos e as políticas de aumento da produtividade foram absorvidas quase exclusivamente por produtores de médio e grande porte.

Com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, a modernização da agricultura brasileira se intensifica. Na década seguinte, os financiamentos fluíram com uma enorme facilidade, permitindo que os produtores e agroindústrias pudessem se capitalizar e se integrar (BELIK, 1998 apud TOLEDO, op.cit.). Entre 1950 e 1975, as ações do Estado voltaram-se para a substituição de importações, o que envolveu a implantação de indústrias de insumos e máquinas para a agricultura em território nacional (KAGEYAMA et al., 1993; SILVA DIAS e AMARAL, 2001 apud TOLEDO, op. cit.).

De acordo com Toledo (op. cit.),

“esse movimento foi simultâneo a uma tendência mundial de consumo intensivo de insumos industriais poupadores de terra e trabalho nos processos produtivos desse setor, que ficou conhecida como “revolução verde”. Outro fator que contribuiu para esse processo foi a passagem de um estágio de substituição de importações na economia brasileira para o de estímulo às exportações, nas quais a agricultura teria um papel importante. Nesse caso, o papel da agricultura seria o de exportar produtos para um mercado internacionalizado (HIRST; THOMPSON, 1998 apud TOLEDO, op. cit.) exponencialmente crescente e em consoante incentivar a indústria nacional, em função da demanda de insumos industriais em larga escala”.

O uso desses novos sistemas técnicos para a produção agrícola permite que sejam ocupados os tempos vagos do calendário agrícola, encurtados os ciclos vegetais e acelerada a circulação dos produtos e das informações. A disponibilidade do crédito e a expansão das culturas voltadas à exportação vão conduzir a um novo

uso agrícola do território brasileiro (SANTOS E SILVEIRA, 2001 apud TOLEDO, op. cit.).

Nos anos 1980, o crédito oficial do SNCR foi reduzido a um patamar cinco vezes inferior ao que havia se consolidado nas décadas anteriores. Nesta mesma década, fortaleceram-se os vínculos agricultura/indústria e também os Complexos Agroindustriais (CAIs), marcando o início das transformações que encerram o cenário dos anos 1960 e 1970 e que vão trazer as possibilidades da organização em rede e do financiamento privado da agricultura nos anos 1990.

Para Homem de Mello (1990) apud Toledo (op. cit.),

“apesar das adversidades trazidas pela diminuição do crédito, a agricultura brasileira consegue manter um bom desempenho. O aumento da produtividade em função de avanços técnico-científicos aliado a novas políticas e planos econômicos permite o crescimento das exportações. No período 1980/89, as culturas voltadas à exportação (soja, laranja, cacau, café, cana-de-açúcar, fumo e mamona) apresentam taxa de crescimento de 4,51% contra 2,05% dos produtos domésticos (arroz, batata, feijão, cebola, mandioca e tomate)”.

A diminuição do financiamento estatal conduz a uma reorganização do setor agrícola. Interesses privados passam a pesar mais do que nunca nas decisões estatais, modificando-se assim o papel do Estado, que tende a atuar cada vez mais como um intermediador das relações empresas/agricultura. Fixam-se novos padrões de financiamento da agricultura brasileira com implicações na política agrícola nacional. Hoje em dia, parece restar pouca margem de manobra para a condução de políticas agrícolas que possam reverter às perspectivas de concentração da produção e da renda no campo.

As novas formas de financiamento acarretam também uma reestruturação na forma de organização da agricultura brasileira. O paradigma explicativo dos CAIs torna-se insuficiente para explicar a realidade e vemos emergir a chamada organização em rede. Essa organização das empresas, apoiada por políticas neoliberais no atual período, conduzirão a uma nova forma de regulação do território brasileiro (ANTAS JÚNIOR, 2001 apud TOLEDO, op. cit.), onde empresas ganham papel de destaque no uso e na organização do território nacional.

Assim, segundo Toledo (op. cit.),

“a predominante lógica global atinge, sobretudo, o campo, onde as grandes empresas ligadas ao agronegócio e que atuam em rede (Cargill, Bunge,

ADM, Dreyfuss, Maggi, Caramuru, Citrosuco, Cutrale, entre outras) escolhem pontos do território que serão acionados para se tornarem competitivas no mercado internacionalizado. Na medida em que o território brasileiro se torna fluido, as atividades mais modernas difundem-se e uma cooperação entre empresas se impõe, unindo pontos distantes do território sob uma mesma lógica particularista”.

Adicionalmente, os círculos de cooperação complementares são chamados a atuar em consonância com esta lógica e assim, institutos ligados a pesquisas agrícolas, assistência técnica, etc. são também submetidos às lógicas dos mercados internacionalizados.

Como assinalam Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001 apud TOLEDO, op. cit.),

“não é o mercado todo que opera sobre os lugares, regiões e países, mas sim os interesses particulares de cada uma das empresas, cada uma com seu próprio escopo e seu próprio *timing*, operando segundo motivações privatistas e egoístas. Ainda segundo Santos (2000, p. 67), a política agora é feita no mercado. Só que o mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não tem preocupações éticas e nem finalísticas; a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo”.

Com efeito, de acordo com Toledo (op. cit.), no Brasil, um pequeno grupo de grandes empresas³⁷ controla parcela significativa do agronegócio. No circuito produtivo do cacau, a Cargill³⁸ é líder na compra, processamento e comercialização de cacau e derivados, com 29,3% do mercado brasileiro, seguida pela ADM³⁹ que

³⁷ A subordinação de porções do território brasileiro a essas lógicas exógenas é evidenciada pela presença de grandes empresas ligadas ao agronegócio e também pela presença de sistemas técnicos modernos que induzem a um uso restritivo do território por estarem nas mãos de poucos agentes econômicos.

³⁸ A CARGILL é fornecedora internacional de produtos e serviços nos setores de alimentação, agricultura e gestão de riscos, possui 142 mil funcionários em 61 países, está presente no Brasil há 40 anos e sua sede está localizada em São Paulo. A empresa possui unidades industriais e escritórios em 180 municípios brasileiros, empregando 23 mil funcionários. Possui uma unidade processadora de amêndoas em Ilhéus (Bahia) e possui no seu portfólio de produtos manteiga e pós-derivados de cacau e líquido de cacau, sendo líder na produção de derivados de cacau no mercado brasileiro, comercializando para os mercados interno e externo. É a maior processadora de cacau da América Latina, possui filiais de compra de cacau estrategicamente localizadas nas principais áreas produtoras do Brasil, classificando e armazenando os produtos. A área de trading localiza-se em São Paulo, no escritório central (TAVARES; FISCHER, 2009).

³⁹ A ADM é líder mundial em processamento agrícola e tecnologia de fermentação, sendo um dos maiores processadores de soja, milho, trigo e cacau do mundo. Com sede em Decatur (Illinois) a empresa possui mais de 26 mil funcionários, mais de 240 fábricas de processamento e no Brasil, onde iniciou as suas atividades em setembro de 1997. A empresa é a segunda maior processadora de cacau do país (a fábrica está localizada na Bahia) e do mundo, possui centros de pesquisa em Decatur (Illinois), Milwaukee (Wisconsin) e em Koog na (Holanda). A empresa fornece misturas

participa com 23,6%, além de outros fabricantes expressivos como a Indeca⁴⁰ com 17,6%, a Coprodal (Nestlé)⁴¹, com 15,23%, e a Chadler⁴² com participação de 14,9%.

Especializam-se os lugares e acentua-se a divisão territorial do trabalho. Configuram-se novas regiões agrícolas no Brasil; são vastas porções do território, especializadas em produzir poucos produtos em grandes quantidades, a exemplo do Centro-Oeste, oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí (GIORDANO, 1999 apud TOLEDO, op. cit.) e algumas áreas da região Norte (Pará, Amazonas e Rondônia).

Dentro deste contexto, de acordo com Toledo (op. cit.),

“o cacau no sul da Bahia é um exemplo de região especializada. Um dos produtos que está há mais tempo sendo cultivado em território brasileiro, o cacau ainda apresenta relevância em termos de exportação (...). Apesar de ser freqüentemente assolado por pragas que se dispersam facilmente, é uma *commodity* que recebe investimentos públicos e privados de forma constante (FERREIRA; TREVISAN; SOUZA, 1990; NASCIMENTO, 1990; PIMENTA, 2000). A Cargill, que tem maior participação nas negociações do setor, é uma das empresas que investe constantemente na produção de cacau (CARGILL, 2005)”.

Portanto, essa especialização crescente de porções do território brasileiro (SANTOS, 1988 apud TOLEDO, op. cit.) pode ser um indicativo da constituição de grandes regiões funcionais no Brasil, a exemplo do Território Rural da Transamazônica, localizado na Amazônia Oriental, na Região Sudoeste do Estado do Pará.

personalizadas de cacau em pó, manteigas, licores e coberturas de chocolates para pequenas e grandes empresas, e possui as marcas Ambrosia®, De Zaan® e Merckens® (TAVARES; FISCHER, op. cit.).

⁴⁰ A INDECA, Indústria e Comércio de Cacau, foi fundada em 1969 e está localizada em Embu das Artes (São Paulo) e tem como atividade principal a moagem de amêndoas de cacau, extraindo delas a manteiga de cacau, licor de cacau, torta e pó de cacau. Os seus produtos são fornecidos para grandes fabricantes de chocolates, balas, doces e alimentos matinais e uma parte de sua produção é exportada para países da América do Norte e Mercosul. A INDECA é a única empresa do ramo que possui capital nacional (TAVARES; FISCHER, op. cit.).

⁴¹ A Coprodal/NESTLÉ chegou a Itabuna em 1980, incentivada por recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor). A empresa emprega cerca de 250 trabalhadores. Em 2002, a receita líquida da empresa foi de R\$ 326 milhões, um crescimento 57% sobre o ano anterior. O lucro líquido no mesmo ano foi de R\$ 63,9 milhões (Valor Econômico, 04/09/2003 apud TOLEDO, op. cit.).

⁴² A CHADLER, presente no Estado da Bahia desde meados do século XX, é fornecedora de matéria-prima para vários dos principais fabricantes de chocolate do mundo. Esta empresa, essencialmente exportadora desde a sua fundação, criou uma fábrica nos Estados Unidos a fim de se localizar mais próximo de seu mercado consumidor (MARTINEWSKI; GOMES, 1999 apud TOLEDO, op. cit.). Todas as empresas ligadas ao circuito produtivo do cacau têm suas principais fábricas na região sul da Bahia, sinal de uma tendência a especialização regional de alguns produtos agrícolas no Brasil (TOLEDO, op. cit.).

4 O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO E A IMPORTÂNCIA DO CACAU NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIAL

4.1 O Circuito Espacial Produtivo do Cacau no Mundo

A produção de cacau no mundo está distribuída espacialmente no continente Africano, na Ásia e Oceania e nas Américas. De acordo com a ICCO⁴³, a produção de cacau no ano agrícola internacional 2007/2008 foi de 3,7 milhões de toneladas (Tabela 06), valendo ressaltar que a África historicamente tem sido a região mais representativa, sendo responsável no referido período por 71,8% da produção global, seguida da Ásia/Oceania e das Américas, com 15,8% e 12,5%, respectivamente.

Tabela 06 – Produção mundial de amêndoas de cacau (em 1000 t)

PAÍSES	2007/2008		2008/2009		2009/2010	
África	2693	71,8%	2518	69,9%	2458	68,0%
Camarões	185		227		190	
Costa do Marfim	1328		1222		1242	
Gana	729		662		632	
Nigéria	230		250		240	
Outros	166		158		154	
América	469	12,5%	488	13,5%	522	14,4%
Brasil	171		157		161	
Equador	118		134		160	
Outros	180		197		201	
Ásia e Oceania	591	15,8%	599	16,6%	633	17,5%
Indonésia	485		490		535	
Papua Nova Guiné	52		59		50	
Outros	55		50		48	
Total (mundial)	3752	100%	3605	100%	3613	100%

Fonte: ICCO - Cocoa Statistics, nov, 2010

Segundo a ICCO (2010), a produção mundial de cacau aumentou de forma irregular de quase 2,9 milhões de toneladas de cacau em 2000/01 para um nível superior a 3,7 milhões de toneladas em 2007/08, representando uma taxa de crescimento médio anual de 3,2%, utilizando uma média móvel de três anos para suavizar o efeito de aberrações relacionadas com o clima. Os níveis de produção anual se desviaram consideravelmente do valor de tendência, principalmente devido à influência de fatores climáticos. Uma safra recorde, estimada em 3,8 milhões de toneladas, foi atingida durante o ano agrícola 2005/06. Em contraste, nos anos

⁴³ International Cocoa Organization

seguintes 2008/09 e 2009/10, o cacau trouxe preocupações sobre um possível fim da tendência de aumento na produção global, com saída substancialmente inferior à safra recorde. Esta evolução recente foi atribuída principalmente à falta de crescimento da produção de cacau na Costa do Marfim, principal produtor mundial.

Dentre os principais países produtores, a Costa do Marfim lidera a produção de cacau no mundo, com 1,3 milhões de toneladas (36% do total), seguida de Gana, Indonésia, Nigéria e Camarões. O Brasil, no contexto atual, ocupa a posição de 6º produtor mundial de amêndoas de cacau, conforme pode-se observar na Figura 04 abaixo.

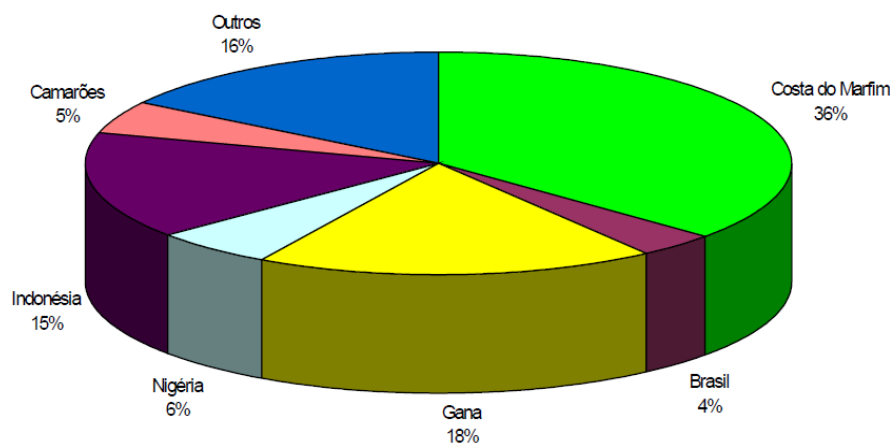


Figura 04 – Principais países produtores de cacau no mundo. Fonte: Adaptado de CEPLAC (2008) apud ICRAF (2011)

De acordo com Mendes e Lima (2009), uma variável importante no que diz respeito à oferta de cacau no mundo, está relacionada, obviamente, ao desempenho da área colhida. Conforme dados da FAO (2009 apud MENDES; LIMA, op. cit.), até o final do ano de 2007 tem-se registrado cerca de 7,4 milhões de hectares na somatória de todos os países produtores de cacau. Estão também no continente africano os maiores plantadores de cacau. A Costa do Marfim e Gana (1,7 milhões de hectares cada um) acrescida da Nigéria (1,1 milhão de hectares), somam 4,5 milhões de hectares, ou 61% de toda área plantada no mundo. O Brasil está posicionado com a quarta maior área de cacauzeiros em fase de colheita, cerca de 660 mil hectares. Um fato importante a ser verificado nesta série de dados, tem relação com a diminuição da área colhida na Costa do Marfim e Gana; ambos saíram de 2 milhões de hectares entre os anos de 2003 e 2004 para 1,7 milhão em

2007. Outro registro importante refere-se à Malásia que em 1991 colhia cacau em quase 400 mil hectares, em 1999 já eram 100 mil hectares e hoje são pouco mais de 30 mil hectares.

No que diz respeito à demanda mundial de amêndoas de cacau, em conformidade com os estudos de Mendes e Lima (op. cit.), estatisticamente ela é medida pelas moagens anuais feitas pelas principais indústrias, localizadas na Europa e Estados Unidos da América. Em conformidade com os dados da ICCO (2009 apud MENDES; LIMA, op. cit.), as moagens totais ocorridas no ano de 2007 alcançaram um total de 3,637 milhões de toneladas de amêndoas de cacau e a previsão feita para o ano de 2009 foi de 3,744 milhões de toneladas, inferindo-se uma variação percentual de 2,94%. Dos dezessete países listados, em seis estão previstos decréscimos nas suas possibilidades de moagens, entre eles destacam-se: a Holanda (menos 5000 toneladas), os Estados Unidos da América (menos 8000 toneladas) e a Costa do Marfim (menos 5000 toneladas).

Nos demais países cuja expectativa é a de crescimento, verifica-se que a alteração mais relevante encontra-se na Alemanha que passa de 357 mil toneladas para 405 mil toneladas (mais 48 mil toneladas). No Brasil espera-se que haja um crescimento nas moagens de pelo menos 11 mil toneladas (MENDES; LIMA, op. cit.).

Relativo ao consumo, em escala mundial, segundo Mendes e Lima (op. cit.), os dados divulgados pela ICCO para o consumo *per capita* combinados com os do Banco Mundial para Renda *per capita*, População e Taxa de Crescimento da População, para o ano de 2007, apresentados na Tabela 07, deixam claro que os maiores consumidores mundiais estão concentrados em países desenvolvidos, cujo poder aquisitivo de sua população é elevado.

Estes autores asseguram que tão importante quanto à renda, principalmente o seu crescimento, está a população do país consumidor. Países com renda alta, mas com população pequena e baixas taxas vegetativas de crescimento – como é o caso dos países europeus – não refletem expectativas animadoras como mercados potenciais; no máximo contabilizam-se consumos constantes, como é o caso da Itália, Holanda, Suécia, Suíça, Inglaterra e Portugal.

Tabela 07 - Consumo *per capita* de cacau (cpcc kg/pessoa), taxa de crescimento da população (tcp %), população (pop milhões de habitantes) e renda *per capita* (rpc US\$) dos principais países consumidores de cacau, em 2007

PAÍS	CPCC (kg/pessoa)	TCP (%)	POP (milhões)	RPC (US\$)
ISLÂNDIA	6,0	2,3	0,3	54,100.0
BÉLGICA	5,6	0,7	10,6	40,710.0
SUIÇA	5,2	0,9	7,6	59,880.0
ESTÔNIA	4,6	-0,1	1,3	13,200.0
FRANÇA	4,2	0,6	61,7	38,500.0
NORUEGA	4,1	1,0	4,7	76,450.0
AUSTRIA	4,0	0,4	8,3	42,700.0
LUXEMBURGO	4,0	2,6	0,5	75,880.0
ALEMANHA	3,8	-0,1	82,3	38,860.0
DINAMARCA	3,7	0,4	5,5	54,910.0
INGLATERRA	3,6	0,7	61,0	42,740.0
IRLANDA	3,6	2,4	4,4	48,140.0
AUSTRÁLIA	2,8	1,5	21	35,960.0
USA	2,6	0,7	301,6	46,040.0
CANADÁ	2,3	1,0	33,0	39,420.0
HOLANDA	2,3	0,2	16,4	45,820.0
BERMUDA	2,3	0,3	0,1	76,403.0
ISRAEL	2,3	1,7	7,2	21,900.0
N ZELÂNDIA	2,3	1,0	4,2	28,780.0
ESPANHA	2,2	1,7	44,9	29,450.0
CORÁCIA	2,1	-0,1	4,4	10,460.0
PORTUGAL	1,8	0,2	10,6	18,950.0
POLÔNIA	1,7	-0,2	38,1	9,840.0
BÓSNIA	1,7	-0,1	3,8	3,790.0
ITÁLIA	1,6	0,7	59,4	33,540.0
F RUSSA	1,4	-0,6	141,6	1,291.0
KAZAQUISTÃO	1,4	1,1	15,5	5,060.0
COSTA RICA	1,4	1,4	4,5	5,560.0
JAPÃO	1,3	0,0	127,8	37,670.0
LÍBANO	1,3	1,0	4,1	5,770.0
SUÉCIA	1,2	0,7	9,1	46,060.0
URUGUAI	1,2	0,1	3,3	6,380.0

Fonte: Adaptado de ICCO (2009) apud Mendes e Lima (2009)

Ao sintetizar os indicadores por continente (Tabela 08), de acordo com esta mesma fonte, permite-se inferir que a Europa ainda é o foco mais importante para o mercado de cacau: o consumo *per capita* é o maior (3,1 kg/pessoa); a Renda *per capita* supera em quase US\$ 5,000 o segundo continente (Ásia); porém, apresenta a menor Taxa de Crescimento da população (0,67% ao ano).

Tabela 08 - Os continentes e a sua participação média no consumo *per capita* de cacau (cpcc kg/pessoa), taxa de crescimento da população (tcp %), população (pop milhões de habitantes).

CONTINENTE	CPCC	TCP	POP	RPC
África	0,4	1,54	26,10	3281
América	1,2	0,95	64,70	17429
Ásia	2,6	0,67	29,17	29109
Europa	3,1	0,67	27,85	36004
Oceania	2,6	1,25	12,60	32370

Fonte: Adaptado de Mendes e Lima (2009).

4.2 O Circuito Espacial Produtivo do Cacau no Brasil

No Brasil, a produção de cacau (Tabela 09) está distribuída espacialmente nas Regiões Nordeste (Estado da Bahia), Sudeste (Estado do Espírito Santo) e Norte, mais especificamente na Amazônia Ocidental (Estados do Amazonas e Rondônia) e na Amazônia Oriental (Estados do Pará e Mato Grosso). A Bahia é o Estado que historicamente tem liderado a produção nacional de cacau, sendo responsável por 64,3% do total produzido no ano de 2008, seguido dos Estados do Pará e Rondônia, segundo e terceiro maior produtor, com 24,3% e 7,4%, respectivamente. Ou seja, os Estados da Amazônia, juntos, representam 32,3% do total produzido no País.

Tabela 09 – Desempenho da produção brasileira em termos absolutos por Estado, no período 2000-2008

LOCAL/ANOS	Brasil	Rondônia	Amazonas	Pará	Bahia	E. Santo	M. Grosso
2000	196.788	17.293	1.224	28.278	137.568	11.305	1.020
2001	185.662	15.780	1.034	29.028	126.812	11.722	1.173
2002	174.796	16.248	1.358	34.069	110.205	11.722	1.061
2003	170.004	17.855	1.232	31.524	110.654	8.477	198
2004	196.005	18.592	1.202	32.804	136.155	6.944	244
2005	208.620	19.719	1.195	38.119	137.459	11.782	265
2006	199.412	15.720	1.432	36.595	135.925	9.470	270
2007	201.651	15.720	917	43.207	133.943	7.467	308
2008	216.749	16.112	905	52.579	139.331	7.474	348

Fonte: IBGE/SIDRA (2009) apud Mendes e Lima (2009).

Segundo os dados apresentados, a produção brasileira de cacau no ano de 2008 foi de 216.749 toneladas, revelando uma taxa de variação em relação ao ano anterior de 7,5%; número bem maior do que a taxa de crescimento dessa atividade para os últimos cinco anos (0,98%). Usando-se o mesmo período e indicador, observou-se que o Estado do Pará apresenta a maior taxa de crescimento (5,1%), seguido de Rondônia (2,2%) e Espírito Santo com (0,7%). A Bahia mantém-

se estacionária, enquanto o Amazonas e Mato Grosso mostram taxas de crescimento negativas, (-0,4% e -20,0%), respectivamente. Em números absolutos observa-se que os ganhos de produção do Brasil foram menores que o do Pará, ou seja: a produção brasileira cresceu 19.961 toneladas enquanto o Estado do Pará no mesmo período cresceu 34.301 toneladas.

No âmbito do Estado do Pará⁴⁴, a produção de cacau está espacialmente distribuída em 23 municípios localizados geograficamente em territórios rurais das Mesorregiões Sudoeste, Sudeste, Nordeste e Baixo Amazonas. De acordo com CEPLAC/SUEPA/SEREX (2010), 14.595 famílias estão envolvidas no processo produtivo do cacau e cultivam uma área equivalente a 110.681 ha, sendo que 72,8% (80.657 ha) encontram-se no estágio safreiro, resultando numa produção anual de 59.998 t. Dentro deste contexto, o Território da Transamazônica (Microrregião Altamira) é o mais importante e expressivo pólo de produção de cacau do Pará, representando 59,6% da área plantada e 72,6% da produção global do Estado.

Tabela 10 - Área cacauzeira registrada, nº de agricultores assistidos e produção de cacau seco, nos municípios atendidos pela CEPLAC, em 2010

MUNICÍPIO	Nº de Agricultores	Área (ha) Desenvolvimento	Área (ha) Safreiro	Área (ha) Total	Produção (t)
Acará	333	362	540	902	432
Alenquer	181	81	361	442	120
Altamira	730	2800	4500	7300	3310
Anapu	839	2717	3122	5839	705
Brasil Novo	622	2582	3443	6025	3400
Cametá	443	0	5518	5518	1175
Castanhal	191	338	350	688	45
Itaituba	180	270	269	538	150
Medicilândia	1874	2763	22467	25230	24881
Mocajuba	140	54	1105	1159	282
Monte Alegre	79	177	15	192	6
Novo Repartimento	1485	1566	6659	8225	1936
Pacajá	839	2161	2705	4866	2568
Placas	1132	1393	7425	8818	4923
Rurópolis	457	692	851	1543	446
São Félix do Xingu	1650	3363	2200	5563	1528
Santa Isabel	95	115	152	267	55
Santarém	100	116	10	126	3
Tomé-Açu	599	736	2331	3067	2521
Trairão	225	211	1158	1369	388
Tucumã	684	1538	4746	6284	2391
Uruará	1185	4605	8341	12946	7219
Vitória do Xingu	532	1385	2390	3775	1514
TOTAL GERAL	14595	30024	80657	110681	59998

Fonte: CEPLAC/SUEPA/SEREX – SISCEDEX 2010

⁴⁴ De acordo com a CEPLAC/SUEPA, o universo de atuação do Serviço de ATER no Estado do Pará engloba 56 municípios, cuja cobertura é exercida pelos escritórios instalados nos municípios constantes na Tabela 10.

Ressalta-se que a Amazônia, comparativamente às demais regiões produtoras do País, apresenta vantagens comparativas que lhes assegura a possibilidade concreta de implementar programas e projetos voltados para a expansão horizontal da cultura do cacau em seus territórios rurais, cujas características agroambientais são compatíveis com essa atividade agrícola.

Neste contexto, o Estado do Pará, especialmente o Território da Transamazônica, se destaca pelo quadro de vantagens que apresenta, sendo notórias as potencialidades, abrangência e oportunidades de negócios que a cultura do cacau pode externalizar, de forma positiva. Este perfil, decerto, pode ser configurado pela disponibilidade de áreas (solos) de média a alta fertilidade para implantação do cultivo, pela alta produtividade do cacau nos estabelecimentos agrícolas, pelo baixo custo de produção e, sobretudo, pela estrutura de produção, cujas atividades a ela inerentes estão sob o regime de gestão econômico-familiar.

Portanto, considerando que as referidas características e vantagens comparativas do Território da Transamazônica não são observadas, *a priori*, em outras zonas produtoras do País (notadamente no Estado da Bahia), pode-se inferir que esta região ganha expressão e significativa importância no circuito espacial produtivo do cacau, em nível nacional, na medida em que se constitui no centro das atenções de grandes empresas processadoras e exportadoras de cacau, instaladas em outros Estados da Federação, transformando-se assim em forte atrativo para a penetração do capital financeiro e agroindustrial no “campo”.

Por este prisma, relativizando sobre a importância das vantagens comparativas de atividades agrícolas no contexto da competitividade impulsionada pelos mercados globalizados, Santana (1997) argumenta que:

“o novo conceito de reestruturação produtiva diz respeito à globalização da economia, levando intrinsecamente a uma maior competitividade internacional que, em última instância, tem motivado os países a desenvolverem, com maior eficiência, aquelas atividades em que são portadores de vantagens comparativas. Neste aspecto, há uma consciência maior de que o Estado não pode e nem deve ser único ator do crescimento econômico e que a iniciativa privada, de modo individual ou organizada, também é, agora mais que nunca, protagonista importante do desenvolvimento econômico interno e global”.

Entretanto, de forma efetiva, a Transamazônica constitui-se em um território selecionado para a ofensiva corporativa (do capital privado) - em virtude de ser classificada como uma região funcional (especializada na produção de cacau) - ,

devidamente integrada no circuito espacial produtivo dessa *commodity*. Este aspecto é de fundamental importância para o entendimento das relações que se estabelecem entre o território e o seu entorno, em virtude dos impactos e das influências geradas pelo sistema econômico global na Cadeia Produtiva do Cacau, principalmente na receita anual dos produtores de cacau.

4.3 Os Impactos e os Gargalos da Cadeia Produtiva do Cacau

Estudos e pesquisas têm demonstrado a importância da “cultura do cacau” para o desenvolvimento rural nas escalas local e territorial, no Brasil e no mundo. Esta atividade agrícola tem gerado impactos positivos, do ponto de vista econômico e sócio-ambiental, proporcionando benefícios aos estados nacionais e aos atores sociais, notadamente os pequenos produtores, envolvidos nessa importante cadeia produtiva. Segundo a WCP⁴⁵ (2011), há 5 a 6 milhões de produtores de cacau em todo o mundo, sendo que 40 a 50 milhões de pessoas dependem dessa atividade para a sua subsistência. De acordo com esta mesma fonte, o valor corrente de mercado global da cultura do cacau é da ordem de 5,1 bilhões de dólares, caracterizando assim a importância dessa cadeia produtiva no contexto da agricultura dos países produtores.

Inquestionavelmente, nunca antes a economia mundial esteve tão vinculada aos processos produtivos e comerciais globais. Atualmente, a tomada de decisão envolve a consideração de muitos fatores que transcendem às fronteiras dos mercados regionais e nacionais. Não apenas se ampliam as produções destinadas a mercados externos, mas também os processos produtivos se tornaram, em síntese, um simples elo de uma grande cadeia produtiva em escala mundial (SANTANA, op. cit.), a exemplo da cacauicultura.

Nesta perspectiva, segundo Mendes (op. cit.), é de vital importância o desenvolvimento de estudos de cadeias produtivas, visto que a identificação dos seus pontos fortes e fracos são cruciais na definição de políticas voltadas para a competitividade de um país ou região, tanto na disputa pelo mercado interno como ao comércio internacional. Para este autor, é notório que a pouca eficiência e pouca competitividade de alguns agronegócios é fruto da desarticulação entre os diferentes elos que compõem as suas cadeias produtivas.

⁴⁵ World Cocoa Foundation

Especificamente no caso do Brasil, Araújo (1990 apud MENDES, op. cit.) estima que, do total das operações ligadas ao complexo agroindustrial, 8% referem-se aos bens e serviços dirigidos ao mercado rural (antes da porteira), 32% são relativos à produção agropecuária propriamente dita (dentro da porteira)⁴⁶ e 60% são pertinentes aos componentes denominados de “depois da porteira”. Há, portanto, grande crescimento de importância das funções fora da unidade de produção agrícola.

Dentro deste contexto, conforme o Fórum Nacional de Agricultura no seu Grupo Temático do Cacau (1997 apud TOLEDO, op. cit.), a cadeia produtiva do cacau concentra, atualmente, investimentos na ordem de R\$ 2,5 bilhões, sendo que R\$ 2,0 bilhões no setor primário. É da mesma fonte a informação de que se o Brasil recuperar a produção de 10 anos atrás, o número de empregos gerados, a participação do setor no PIB nacional, as exportações de cacau *in natura* e industrializado poderão ser dobradas e até mesmo triplicadas.

No que diz respeito à dinâmica econômica da economia cacaeira, em nível regional, diversos estudos foram levados a cabo nos estados da Bahia e do Pará, primeiro e segundo maiores produtores nacionais, respectivamente. Peres Filho (1997 apud MENDES, op. cit.), aponta a cadeia produtiva do cacau no Estado da Bahia como responsável por, aproximadamente, 300 mil empregos diretos e 3 milhões indiretos.

Quanto ao Estado do Pará, de acordo com a CEPLAC/SUEPA/SEREX (op. cit.), a cadeia produtiva do cacau gera 44 mil empregos diretos e 176 mil indiretos, contribuindo ainda de forma significativa para o incremento da arrecadação anual de ICMS, na ordem de 19 milhões de reais. Destaca-se também que a economia cacaeira é responsável por uma renda circulante equivalente a 322,2 milhões de reais, possibilitando uma receita média anual (por família envolvida no processo produtivo do cacau) de 30,5 mil reais.

⁴⁶ Segundo Castro et al. (1996), o sistema produtivo é um conjunto de componentes interativos que objetiva a produção de alimentos, fibras, energéticos e outras matérias-primas de origem animal e vegetal. É um subsistema da cadeia produtiva, referindo-se às atividades produtivas, denominadas como de “dentro da porteira da fazenda”. No gerenciamento dos sistemas produtivos busca-se, em geral: a) maximizar a produção biológica e/ou econômica; b) minimizar custos; c) maximizar a eficiência do sistema produtivo para determinado cenário sócio-econômico; d) atingir determinados padrões de qualidade; e) proporcionar sustentabilidade ao sistema produtivo; f) garantir competitividade ao produto.

Entretanto, a despeito dos impactos gerados pela cadeia produtiva do cacau (nas escalas global/regional), demonstrados pelos indicadores de resultados sócio-econômicos, ainda assim, a existência de entraves e gargalos entre diversos elos de sua estrutura organizacional prejudicam a eficiência e a competitividade sistêmica dos atores envolvidos (nas escalas territorial/local), notadamente os produtores de cacau.

Dentre os principais gargalos, a comercialização da produção constitui-se no principal constrangimento enfrentado pelos produtores de cacau. De um lado, há uma “deficiente organização do processo produtivo” na Amazônia Oriental, notadamente no Território da Transamazônica/PA, caracterizado por um processo de desarticulação e de desinformação da classe produtora, especialmente quanto ao acesso e domínio de informações relativas aos preços do produto, e também quanto ao funcionamento da estrutura de mercado, cuja estrutura é verticalizada. Por outro lado, há uma “eficiente organização dos agentes de comercialização” atuantes no território, atrelados às grandes empresas (multinacionais) processadoras de cacau, devidamente articulados e dotados das informações necessárias à execução e materialização das transações atinentes à comercialização do produto final.

Para se ter uma idéia mais pragmática dessa realidade, Dürr (2002) - analisando as principais cadeias produtivas do Pólo Altamira, no Território da Transamazônica -, aponta a existência de um gargalo na cadeia de comercialização do cacau, em função da atuação das indústrias de beneficiamento nacional⁴⁷, representadas pela CARGILL, INDECA, JOANES/ACM, BARRY CALEBOULT, que se instalaram nos últimos anos na região, com as estratégias de controle sobre as compras, controle sobre a qualidade e, também, para adquirir o produto direto e mais barato.

Este cenário é perverso e penaliza o agricultor da região, o qual, no contexto da cadeia produtiva, é o que obtém a menor margem financeira. A título de

⁴⁷ As indústrias de moagem de cacau em amêndoas estão localizadas no sul da Bahia, principalmente no município de Ilhéus. Segundo Nagai (1997 apud MENDES, op. cit.), no Brasil, as maiores processadoras são a Cargill (36%), Joanes Industrial (31%) e Chadler Industrial da Bahia (16%), responsáveis por uma capacidade instalada para processar 112.000 toneladas, anualmente, o que corresponde a mais de 1/3 da capacidade total do Brasil que está em torno de 260.000 toneladas. Na industrialização de produto acabado, tem-se a Nestlé, Lacta e Garoto que, juntas, são responsáveis pela venda de 90% do chocolate no Brasil.

ilustração, no início da cadeia produtiva, o produtor (no ano de 2001) recebeu em torno de R\$ 3,00-3,50 pelas amêndoas de cacau; nos supermercados, onde um tablete de 180g custa ao redor de R\$ 3,00-3,80, agrega-se valor no montante de 434%. Ou seja, colocando de outra maneira, o quilo do cacau que custou R\$ 3,00 no início da cadeia valeu, já em forma de chocolate, aproximadamente R\$ 13,00 no supermercado (DÜRR, op. cit.).

Adicionalmente, o estudo desenvolvido por Rodrigues (op. cit.) - mesmo reconhecendo as potencialidades da cacauicultura paraense, com destaque à região Transamazônica -, constatou que o grande “gargalo” encontrado ao longo de toda a cadeia produtiva⁴⁸ do cacau é a “inexistência de agroindústrias” nas regiões produtoras, que tem como obstáculo a deficiência na infra-estrutura de logística de transporte. Esta autora assegura que a ineficiência competitiva da cadeia produtiva do cacau no Estado está na sua não verticalização, apesar de, comprovadamente ser possível, contribuindo para a não inserção competitiva desta cultura no cenário nacional e principalmente internacional.

Neste sentido, de acordo com Lima e Mendes (op. cit.), a verticalização industrial da cacauicultura da região da Transamazônica é viável economicamente, dado o volume de cacau em amêndoas produzido anualmente. Uma questão a ser resolvida circunscreve-se à organização da produção. Segundo estes autores, a tendência mundial na verticalização industrial do cacau aponta para pequenas plantas industriais, podendo esta estratégia se converter em grande oportunidade competitiva para a cacauicultura paraense. Ou seja, ao invés do governo dar somente incentivo a multinacionais, é fundamental que a transferência dessas vantagens seja também direcionada para os pequenos e médios cacauicultores, como forma de estimular a inclusão de agroindústrias com plantas menores.

Adicionalmente, estes autores argumentam que o mercado brasileiro de chocolate já é expressivo, existindo muitas pequenas indústrias espalhadas em todo território nacional, carentes de matéria-prima diferenciadas. A oferta Amazônica

⁴⁸ Segundo Santana (1997), há boas possibilidades para se estruturar as cadeias produtivas da região que embora sejam embrionárias, já apresentam grande dinâmica quando avaliadas num contexto de equilíbrio geral, dentro de uma visão holística, envolvendo o conceito de *agribusiness* e consolidar a inserção da Amazônia no mercado mundial.

desse tipo de produto pode ocupar esse espaço, além da fabricação de um possível chocolate com a marca Amazônia.

Por outro lado, o mercado mundial de chocolate passou a incluir entre as suas diversas fontes de matéria-prima os produtos ditos diferenciados (cacau de origem orgânica, cacau fino), o que na região da Transamazônica com adaptações/inclusões no sistema de produção bem simples e a baixo custo, são conseguidos rapidamente. A Venezuela tem inserção no mercado mundial de cacau com preços melhores, graças o tipo de chocolate que pode ser extraído de suas amêndoas cuja origem genética, provinda da “raça crioulo”, condiciona essa característica especialíssima; na Transamazônica, os cacauzeiros implantados têm “sangue de crioulo” e não se está aproveitando a mesma vantagem que os plantadores venezuelanos (LIMA; MENDES, op.cit.).

Em suma, de acordo com Mendes (op. cit.), as vantagens amazônicas de uma estrutura de produção montada na pequena propriedade, ausência de débitos de crédito rural por parte dos produtores, grandes extensões de terra com solos de alta fertilidade natural e a facilidade de convivência com a vassoura-de-bruxa e custos médios de produção equivalentes à metade dos praticados na Bahia, fazem com que nesta região existam francas possibilidades para desenvolverem-se estudos que indiquem alternativas impulsionadoras da cacauicultura regional.

4.4 A importância do Cacau para o Desenvolvimento Rural e Territorial

A cultura do cacau tem registrado historicamente a sua participação no cenário do desenvolvimento agrícola nacional. As suas características agrônômicas, os aspectos ecológico-ambientais⁴⁹ pertinentes à sua integração nos ecossistemas, as relações sócio-produtivas⁵⁰ que se estabelecem em virtude de sua exploração, e,

⁴⁹ A biomassa do cacauzeiro e das espécies a ele associadas confere uma série de benefícios ao ambiente, como: formação de microclima favorável à convivência equilibrada entre seres vivos existentes no sistema, reciclagem de nutrientes, agregação de matéria orgânica e contenção dos processos de erosão e de lixiviação dos nutrientes do solo (OLIVEIRA FILHO; ÁLVARES-AFONSO, op. cit.).

⁵⁰ Segundo Oliveira Filho e Álvares-Afonso (op. cit.), o cacau depende fortemente do trabalho do homem, não da máquina. Tarefas que vão desde a colheita e quebra dos frutos, fermentação e secagem, são feitas, nos dias atuais, quase que exclusivamente pela mão do homem. Assim os 665 mil hectares de cacauais, atualmente existentes no País, estariam empregando 266 mil operários rurais, diretamente na agricultura do cacau, sem considerar as tarefas de transporte, comercialização, industrialização, atividades portuárias.

sobretudo os benefícios e resultados econômicos⁵¹ decorrentes do seu manejo, são fatores que lhe conferem posição de destaque nas estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais.

Nos territórios rurais do Brasil, inseridos nas principais zonas ou pólos de produção agrícola dos Estados da Federação, a cultura do cacau é desenvolvida predominantemente por pequenos agricultores, sendo assim de fundamental importância na agricultura familiar, haja vista que a grande maioria (91%) das propriedades envolvidas no processo produtivo é menor que 100 hectares (CUENCA; NAZÁRIO, 2004), o que, decerto, tem impulsionado o processo de geração de emprego e renda no campo, contribuindo de forma significativa para o crescimento da economia nacional.

A trajetória e a importância dessa atividade agrícola para o crescimento da economia brasileira tem sido objeto de análise de diversos estudiosos, cujas observações confirmam a missão e o papel estratégico dessa cultura na substituição dos produtos de exportação tradicionais visando à reintegração da economia no mercado internacional (WILLUMSEN; DUTT, 1991), notadamente a partir do final do ciclo do ouro em Minas Gerais. Tendo sido introduzida no Norte do Brasil no começo do século XVIII, ressalta-se a sua inserção na economia colonial amazônica na segunda metade do século XVIII - no contexto dos “ciclos agrícolas” ou também chamados de “ciclos de exploração ligados ao extrativismo vegetal” desta região (PEREIRA, 1994) -, assim como no Estado da Bahia, principal produtor nacional, a partir da segunda metade do século XIX.

Neste cenário evolutivo, de acordo com Mendes (op. cit.), o desenvolvimento da cacauicultura no Brasil, pode ser focalizado em duas grandes fases: a que vai do século XVII até 1890, quando ocorreram os primeiros embarques e predominavam as produções da Amazônia; e a que vai de 1890 até a atualidade, quando a predominância da produção brasileira passou para o Estado do Bahia.

⁵¹ A cacauicultura nacional evoluiu da geração de divisas da ordem de US\$ 50 milhões, como média no quinquênio 1960/65, para US\$ 620 milhões, por ano, no período 1980/85, significando um crescimento de 1.240 por cento. Nos anos de ouro do cacau, e em particular em 1979, o cacau contribuiu com o recorde de US\$ 953 milhões, isso sem levar em conta a produção destinada ao mercado interno, em torno de 40 a 50 mil toneladas de cacau/ano (OLIVEIRA FILHO; ÁLVARES-AFONSO, op. cit.).

Dessa forma, em função das circunstâncias e das condicionantes em que se processou o desenvolvimento da cacauicultura brasileira, costuma-se distinguir 6 períodos (CEPLAC, 1977 apud MENDES, op. cit.), demonstrados esquematicamente na Tabela 11, abaixo.

Tabela 11 – Períodos de desenvolvimento da cacauicultura brasileira

PERÍODOS	CIRCUNSTÂNCIAS E CONDICIONANTES
Período 1860 a 1910	Crescimento da produção na Bahia, de 500 para 27.000 t, suplementada pela produção da Amazônia de 3.000 a 4.000 t
Período 1910/11 a 1929/30	Implantação definitiva do cacaueteiro como principal produto agrícola na Bahia. Grandes flutuações na produção, devido a condições climáticas irregulares. De 1904 a 1913, a construção da linha férrea Ilhéus/Itabuna. Entre 1916/26, o início de construção de rodovias. E em 1923/26, construção das docas de Ilhéus. Foi em 1926 que se deu o primeiro embarque de cacau de Ilhéus para mercados externos
Período 1929/30 a 1940/41	Organização do Instituto do Cacau na Bahia (ICB). Expansão da área cultivada em direção ao norte do rio de Contas e interior de Canavieiras e Una. 1932, reajuste financeiro e moratória de ajuda aos cacauicultores, devido à queda de preços. Recordes sucessivos na produção, conseqüentes do intensivo plantio antes de 1930. Desestímulo a novos plantios, devido à queda de preços
Período 1940/41 a 1945/46	Desorganização do processo produtivo, devido a preços de importação, estabelecidos pelos EUA, e elevação dos custos de produção. Queda na produção de cacau, pelo abandono ou falta de tratamentos nas plantações. Desenvolvimento da industrialização de cacau. Políticas de comercialização interna e externa do ICB
Período 1945/46 a 1957/58	Reorganização da economia cacaueteira, devido a condições climáticas irregulares e incidência de podridão parda. Sucessivos recordes de produção nos anos 1946/47, 1949/50 e 1954/55, devido a anos climáticos favoráveis. Estabelecimento de novos plantios, como conseqüência dos preços do cacau na safra 1956/57; crise na economia cacaueteira, em razão da queda mundial de preços. Em 1957, planificação de medidas estruturais, para a recuperação da economia
A fase da CEPLAC	Em 1957, o Governo Federal instituiu vinculado ao Ministério da Fazenda, o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueteira, criando a CEPLAC, com dois objetivos: <ul style="list-style-type: none"> a) restabelecer o equilíbrio financeiro dos cacauicultores, abalados por sucessivas crises decorrentes de declínio da produção e das instabilidades nos preços; e, b) recuperar a lavoura cacaueteira pela via da modernização dos métodos de produção agrícola

Fonte: Adaptado de CEPLAC (1977) apud Mendes (2005)

Adicionalmente, estes mesmos autores ressaltam que, no período 1957 a 1975, a CEPLAC adotou uma série de medidas estratégicas voltadas para o soerguimento sócio-econômico do setor cacaueteiro nacional, dentre as quais pode-se destacar a criação do Centro de Pesquisas do Cacau, em 1963, e, posteriormente, do Departamento de Crédito e Extensão Rural, em 1964. Este esforço institucional foi focado nas regiões produtoras da Bahia e Espírito Santo, que naquela época detinham, juntas, 97% da produção nacional. Assim, o quadro situacional da evolução da produção de cacau, segundo cada um dos Estados produtores, no ano de 1976, era a seguinte:

Tabela 12 – Distribuição da produção brasileira por Estado e área ocupada, em 1976

ESTADO	PRODUÇÃO (1000 t)	ÁREA (1000 ha)
Bahia	218	387
Espírito Santo	7	21
Pará	2	7
Amazonas	0,16	2
Outros	3	0,25
Totais	231	416

Fonte: CEPLAC (1977) apud Mendes e Lima (2009)

Dentro deste quadro evolutivo, a Amazônia, berço da origem do cacau, já deteve a liderança deste produto em nível nacional. Contudo, quando analisamos a década que antecede o lançamento do PROCACAU - Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional (1976-1985), verifica-se que a sua participação foi residual, apenas 1% do total produzido no País (MENDES, op. cit.).

Assim o advento do PROCACAU⁵² foi de fundamental importância para a expansão⁵³ dessa atividade produtiva em territórios rurais dos estados produtores do País, em virtude de se configurar em programa estratégico integrado à política brasileira de desenvolvimento econômico, fundamentalmente atrelado ao comportamento do mercado externo. Portanto, com um modelo econômico virtualmente aberto para esse mercado, o desenvolvimento nacional torna-se dependente da receita obtida com a exportação.

Disto resulta que o II Plano Nacional de Desenvolvimento⁵⁴ atribui função relevante à expansão das exportações em índices significativos, suficientes para

⁵² De acordo com Mendes (op. cit.), a origem do PROCACAU está estreitamente relacionada aos altos preços do cacau no mercado internacional (saindo de US\$ 1.000/t em 1975 para algo em torno de US\$ 6.000/t em julho de 1977), que estimularam os principais países produtores da África (liderados pela Costa do Marfim), o Brasil, assim como a Malásia e a Indonésia (países asiáticos emergentes), a criarem programas de expansão da cultura do cacau em seus territórios rurais.

⁵³ A expansão das lavouras de cacau para o Norte do País é um dos tópicos preconizados no PROCACAU e a desejabilidade dessa expansão, além do fato de ser o cacau uma planta nativa da Região Amazônica, se prende a quatro aspectos básicos (ÁLVARES-AFONSO, op. cit.): *Estratégico* - por se tratar de um cultivo capaz de fixar o homem à terra e colaborar na ocupação dos vazios demográficos da Amazônia, povoar suas extensas faixas de fronteira de forma modular; *Ecológico* - por se tratar de um cultivo tipicamente conservacionista e mantenedor do equilíbrio do meio ambiente, imitando a floresta; *Econômico* - por assegurar ao agricultor conveniente remuneração, enquanto que contribui para a melhoria das balanças de pagamento regional e nacional, através dos crescimentos da receita; *Política Agrícola* - promover um melhor balanceamento da produção de cacau a nível nacional, através da melhor distribuição da produção entre os Estados brasileiros que reúnam condições de produzi-lo, evitando as indesejáveis flutuações causadas pela participação da Bahia, detendo em torno de 66% da produção nacional (MENDES, 2007).

⁵⁴ Segundo Lira (2009), a concepção do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e, no seu bojo, do II Plano de Desenvolvimento para a Amazônia (II PDA), estabeleceu que à região cabia contribuir, por meio do seu desenvolvimento, com o esforço de desenvolvimento nacional, de duas maneiras: a) por meio da ampliação das trocas inter-regionais, suprimindo a região mais desenvolvida

assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento, visando capacitar o País a importar bens de capital, equipamentos e matérias-primas, e saldar progressivamente os compromissos financeiros contraídos no exterior.

Assim, vale ressaltar a convicção do Governo Federal, através do II PND, de que o cacau se constitui em importante produto para manutenção do crescimento econômico nacional, graças principalmente à sua colocação entre os principais produtos de exportação do Brasil (CEPLAC, 1977).

A estratégia desta política baseia-se nas possibilidades de expansão da produção de cacau relacionar-se com o efeito de determinados estímulos e condições favoráveis, tanto do lado da oferta quanto da demanda. No que concerne à demanda conta-se com que o dinamismo da expansão dos novos mercados venha a se constituir em importante estímulo para o aumento da produção do cacau brasileiro. Espera-se ainda que a expansão da oferta brasileira possa dar maior participação relativa ao Brasil, entre os países maiores produtores de cacau, derivando daí maior poder de negociação, além de possíveis retornos adicionais provenientes de maiores volumes exportados (CEPLAC, op. cit.).

Os resultados dessa política estratégica de governo nos territórios rurais são perceptíveis em diversos estudos realizados nas zonas produtoras de cacau do país, notadamente na região amazônica, onde os impactos - do ponto de vista econômico e da expansão espacial dessa atividade produtiva são expressivos -, demonstrando sobremodo o processo de dinamização do desenvolvimento territorial decorrente da implantação dessa alternativa agroeconômica, na escala local.

Efetivamente, os indicadores de resultados sócio-econômicos decorrentes da evolução e do desempenho da cacauicultura nas escalas regional, territorial e local, estão essencialmente relacionados aos instrumentos de políticas públicas definidos e implementados pelo governo, sendo influenciados, portanto, por aspectos de ordem conjuntural pertinentes à dinâmica da economia de mercado (internacionalizado).

de matérias-primas e de produtos industrializados regionais; b) mediante contribuições à receita cambial líquida do país, através da geração de dívidas (decorrentes de exportações), da economia de dívidas (pela sua contribuição no processo de substituição de importações de insumos básicos), e da liberação de produção exportável (que estava comprometida pela demanda interna) (SUDAM, 1976; LIRA, 2005, 2008 apud LIRA, 2009).

No caso específico da Região Amazônica, Mendes (op. cit.),

“estudando a evolução da área plantada com cacau no Estado do Pará - num período de 26 anos (1971 a 1997), usando para tal os quatro principais municípios plantadores⁵⁵-, verificou que essa dinâmica se distingue nas seguintes etapas: no quinquênio 1971-1975, considerado como inicial, tendo como parâmetro a chegada da CEPLAC na região da Transamazônica e o estabelecimento dos primeiros plantios de cacauzeiros; um segundo período considerado foi aquele relacionado com o estabelecimento do Programa de Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional - PROCACAU (CEPLAC, 1976), que compreende o decênio 1976-1985. Ainda neste período, deve-se enfatizar os Programas de apoio ao crédito rural, especialmente o PROTERRA e o POLOAMAZÔNIA, que tiveram suas etapas de excesso (1976 a 1981) e escassez (1982 a 1986) de recursos financeiros; e, um terceiro, caracterizado pela ausência total de crédito para atividade cacauzeira (1986 a 1989); e, finalmente, um último, representado pelo aparecimento dos Fundos Constitucionais de Financiamento, nele representado o do Norte (1990 a 1997)”.

Mais ou menos influenciado por cada um desses períodos, este autor salienta que os Estados componentes da Amazônia brasileira, chegaram ao ano de 1999 com a configuração quantitativa, em termos da atividade cacau, descrita na Tabela 13.

Tabela 13 - Dados comparativos de área plantada, produção, agricultores e municípios atendidos entre os principais Estados brasileiros plantadores de cacau, em 1999

Estados Federação	Área (ha)	%	Produção (t)	%	Agricultores Assistidos	%	Municípios Assistidos	%
BA (1)	596.021	83,21	95.119	62,66	28.735	68,44	100	46,08
ES (2)	18.523	2,59	4.631	3,05	602	1,43	6	2,76
PA (2)	51.284	7,16	29.648	19,53	5.660	13,48	52	23,96
RO (3)	44.515	6,21	18.215	12,00	5.793	13,80	37	17,05
AM (4)	2.932	0,42	3.200	2,11	890	2,13	13	6,00
MT (2)	3.012	0,41	987	0,65	304	0,72	9	4,15
TOTAL	716.287	100,0	151.800	100,0	41.984	100,0	217	100,0

Fonte: (1) CEPLAC/CENEX, 2000; (2) CEPLAC/SUPOR/SEREX, Relatório Anual 1999; (3) CEPLAC/SUPOC/SEREX, 2000; (4) CEPLAC/SUPOR/SEREX, Escritório de Manaus

Evolutivamente, em virtude das transformações estruturais do setor produtivo e das intervenções do governo através de políticas públicas de suporte à cacaucultura, levadas a cabo pelo governo nas zonas produtoras do País, o quadro situacional se altera, demonstrando uma nova dinâmica e desempenho da economia cacauzeira nos principais estados produtores da federação, em nível nacional.

Este novo quadro é retratado pelos estudos desenvolvidos por Mendes e Lima (op. cit.) - que comprovam a evolução ocorrida no desempenho da produção de cacau, no horizonte temporal 2000-2008 -, ao analisarem a alternância das posições de relevo na cacaucultura brasileira como foco para o planejamento estratégico nos

⁵⁵ Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará.

três níveis de governo. Os dados constantes na Tabela 14 demonstram os índices da produção de cacau do Brasil e por Estado, ao final do ano de 2008.

Tabela 14 - Dados comparativos de área colhida (ha), produção (t) e produtividade (kg/ha), entre os principais Estados brasileiros plantadores de cacau, em 2008

Estados Federação	Área colhida (ha)	%	Produção (t)	%	Produtividade
Bahia	547.244	82,3	139.331	64,3	255
Espírito Santo	20.831	3,0	7.474	3,4	359
Pará	68.327	10,3	52.579	24,3	770
Rondônia	26.417	4,00	16.112	7,4	610
Amazonas	1.663	0,3	905	0,4	544
Mato Grosso	703	0,1	348	0,2	495
TOTAL	665.175	100,0	216.749	100,0	326

Fonte: IBGE/SIDRA (2009) apud Mendes e Lima (2009)

O desempenho observado configura a importância da economia cacauceira para o desenvolvimento regional, valendo destacar a notoriedade do caso específico da região amazônica que, em 1976, apresentava uma produção insignificante no contexto global do País. Hoje, em termos proporcionais, a produção amazônica representa 32,3% de tudo que se produz nos territórios cacauceiros do Brasil, valendo salientar que nesta região a cultura do cacau continua em processo de expansão horizontal, com incorporação anual de novas áreas plantadas ao processo produtivo, com destaque ao Estado do Pará, segundo maior produtor nacional.

Dentro deste contexto, o expressivo crescimento da cacauicultura observado no Pará nos últimos anos, é impulsionado pelos resultados sócio-econômicos (Tabela 15) alcançados no Território da Transamazônica, principal pólo de produção de cacau do Estado, o qual, em termos quantitativos, representa 59,6% da área plantada, 67,7% da produção, 67,7% renda gerada e 60% dos empregos diretos e indiretos gerados por essa atividade, em nível estadual, no ano de 2010.

Tabela 15 – Indicadores sócio-econômicos da estrutura de produção de cacau no Estado do Pará e no Território da Transamazônica, em 2010

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	UND	PARÁ (A)	TERRITÓRIO TRANSAMAZÔNICA (B)	B/A (%)
Área cultivada	ha	110.681	65.981	59,6
Famílias assistidas	nº	14.595	6.621	45,4
Área cultivada/Família	ha	7,6	9,9	-
Produção	t	64.400	43.597	67,7
Produtividade	kg/ha	806	928	-
Renda média/Família	R\$	30.500,00	32.920,00	-
Geração de ICMS	R\$	19.000.000,00	12.850.000,00	67,7
Renda circulante na economia	R\$	322.200.000,00	217.985.000,00	67,7
Empregos diretos gerados	nº	44.000	26.390	60,0
Empregos indiretos gerados	nº	176.000	105.560	60,0

Fonte: CEPLAC/SUEPA/SEREX (2010) – Organização do autor

Este panorama é decorrente das metas de expansão da lavoura cacauzeira, integradas ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Cacaucultura⁵⁶, levado a cabo nos territórios cacauzeiros do Brasil e da Amazônia, com metas anuais de implantação, renovação e manutenção de lavouras cacauzeiras, mais especificamente na Transamazônica, no Estado do Pará.

A despeito dos avanços promovidos pelo aludido Programa - especialmente em termos da evolução da área plantada, dos índices de produção e de produtividade alcançados, assim como da renda circulante gerada, da renda média por família e da arrecadação tributária -, ainda assim, levanta-se a seguinte questão: Por que os benefícios gerados pela economia cacauzeira não são otimizados, nas escalas local e territorial, notadamente pelos pequenos produtores, que se constituem nos principais atores envolvidos no processo produtivo do cacau?

Este questionamento nos remete a discussão e análise dos fatores endógenos e exógenos que influenciam o processo de gestão, uso e aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia, levando em consideração, sobretudo, os aspectos multidimensionais da sustentabilidade, sem perder de vista o foco no processo de desenvolvimento local enquanto alternativa capaz de fazer face à acumulação capitalista, materializada pela apropriação extraterritorial dos recursos gerados pelas atividades agrícolas desenvolvidas na região, notadamente por pequenos produtores rurais.

⁵⁶ Programa coordenado pela CEPLAC, atrelado à Estrutura Programática do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para tanto, é imperativo que neste contexto se leve em consideração os conflitos existentes entre os atores sociais atrelados às cadeias produtivas do território, em virtude das lógicas diferenciadas e específicas que orientam o modo de produção, de exploração e de apropriação da base material dos recursos, tendo-se como referencial analítico a relação “sociedade x natureza”, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Desenvolvimento Sustentável: conceituação e reflexões

O marco referencial das discussões pertinentes ao Desenvolvimento Sustentável está vinculado aos debates evoluídos nas últimas quatro décadas, em nível mundial, estimulados pela insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico predominante, alicerçado nos princípios do capitalismo, cujos impactos sócio-ambientais, analiticamente, configuram-se como danosos à sociedade mundial.

Num contexto de maior amplitude, a noção moderna de desenvolvimento sustentável tem sua origem no debate iniciado em Estocolmo, em 1972, e consolidado 20 anos mais tarde no Rio de Janeiro. Apesar da variedade de interpretações existentes na literatura e no discurso político acerca da sustentabilidade (GUIMARÃES, 2001), a definição que se adotou internacionalmente foi a da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1987), qual seja, *“o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”*.

Entretanto, o debate sobre sustentabilidade tem sido fluente e balizado por uma grande diversidade de perspectivas epistemológicas e teóricas no tocante a sua abordagem. Sua evolução se insere no contexto da crise do desenvolvimento, que também se manifesta na crise do meio ambiente (GUIMARÃES, op. cit.), perpassando pelas ciências biológicas que formularam a noção de sustentabilidade sob uma concepção fortemente economicista (ACSERALD, 2009). Nesta concepção, se pensou os sistemas vivos como compostos de um “capital/estoque” a reproduzir e de um “excedente/fluxo” de biomassa, passível de ser apropriado para fins úteis sem comprometer a massa de “capital” originário. No âmbito do manejo agrícola dos ecossistemas, por exemplo, Conway (apud REDCLIF, 1987 apud ACSERALD, op. cit.) refere-se à sustentabilidade como *“a capacidade do sistema manter a sua produtividade em face de grandes distúrbios como aqueles causados por erosão do solo, secas imprevistas e novas pragas”*.

Integrada neste campo teórico, a sustentabilidade - relativizada pelas suas premissas básicas e aspectos multidimensionais -, passa então a ser

incorporada nos debates como um novo paradigma do desenvolvimento, essencialmente atrelado a uma nova concepção que perpassa o entendimento meramente conceitual e filosófico desta temática, adentrando em questões de caráter mais pragmático, que, naturalmente, se constituem em desafios para as ciências⁵⁷ e para a sociedade face à sua relação com a base material de recursos, dos quais depende para a sua reprodução.

Assim visualizada, é imperativo que se compreenda a noção de sustentabilidade⁵⁸ na interface estabelecida com a dinâmica de gestão e aproveitamento de recursos naturais, na escala territorial. Neste nível, há fundamentalmente uma disputa, ensejando “conflitos” entre “atores sociais” decorrentes dos diferentes modos de produção, de apropriação e uso da base material das sociedades, que, decerto, tem sido historicamente a mola propulsora de reprodução sócio-econômica dos segmentos envolvidos em atividades agro-extrativas e produtivas, notadamente na região amazônica.

Neste sentido, Acserald (op. cit.) ressalta que,

“Formas não-capitalistas de apropriação e uso dos territórios e seus recursos - como as camponesas, as extrativistas, as de pesca artesanal - são freqüentemente tornadas “insustentáveis” por serem comprometidas ou destruídas por outras formas - no caso, pelas formas capitalistas que se expandem no tecido social à custa da destruição das formas pré-existentes. O extrativismo da borracha se torna insustentável não por sua relação técnica com a borracha, mas porque a especulação fundiária pretende se apropriar do seringal e destruir as árvores, por-lhe fogo e produzir um elemento importante da acumulação - a terra como mercadoria. Trata-se, portanto, de uma concorrência instaurada entre formas sociais distintas”.

Este cenário, que se contrapõe aos preceitos de sustentabilidade aqui destacados (norteadores de uma nova percepção), tem sido agravado pelo adensamento técnico-científico e informacional promovido pela expansão e reprodução do capital no “campo”, como forma de acumulação capitalista estimulada essencialmente pela economia de mercado, a qual tem contribuído sobremaneira

⁵⁷ De acordo com Fenzl e Machado (2009), o problema do desenvolvimento sustentável tem desafiado a comunidade científica de diversas maneiras. Primeiramente, o conceito não nasceu no campo acadêmico, mas sim nas interfaces entre a política, a esfera social, pública (ONG's, mídia, etc.), a economia e a ciência. Dessa forma, a sustentabilidade é, de certo modo, um conceito difuso quando comparado a outros conceitos utilizados na linguagem científica.

⁵⁸ Segundo Lima e Pozzobon (2001), o emprego do critério de sustentabilidade permite enumerar as diferentes formas de uso que as populações fazem do meio ambiente, considerando suas diferenças genéricas em termos de inserção na economia de mercado e posse de uma tradição ou história ecológica.

para a concentração⁵⁹ do poder e do controle dos recursos naturais na mão de pouco agentes.

É importante frisar, que os impactos dessa dinâmica econômica concentradora - notoriamente relacionada à ofensiva do capital privado de grandes empresas transnacionais e multinacionais em territórios selecionados -, estão levando as elites financeiras a perceber que há necessidade de se preocupar com a temporalidade das técnicas (ACSERALD, op. cit.), na medida em que, por si só, a tecnologia, não se configura em estratégia capaz de recompor e/ou reconstituir o ambiente alterado pelas ações antrópicas.

Com efeito, o discurso ambiental construído evolutivamente a partir dessa realidade concreta - e agora sustentado pela necessidade de sustentabilidade dos sistemas construídos e manejados pelo homem⁶⁰ -, passa a internalizar um saber vinculado a um novo processo de reconstrução social, reconhecendo a outridade (LEFF, 2003), dando margem para que diferentes percepções e estratégias sejam elaboradas e argumentos e projetos surjam no debate público (ACSERALD, op.cit.).

A despeito deste novo processo, que visa essencialmente à materialização e consolidação de estratégias e projetos no campo do desenvolvimento sustentável - muitas das vezes mediado pelo mecanismo de construção compartilhada do conhecimento - ainda assim há uma busca de fundamentos para operacionalizar o encaminhamento de soluções que, entretanto, encontra obstáculos em, pelo menos, três grandes questões: diferentes abordagens na definição do que seja um desenvolvimento sustentável; diferentes entendimentos sobre medidas para superá-lo e diferentes tentativas operacionais de aferição da sustentabilidade do desenvolvimento (FENZL; MACHADO, 2009). Na concepção deste autor, é necessário que se produza um conceito que integre as diversas

⁵⁹ Ao fazer-se essa concentração, desenvolve-se também, através do padrão tecnológico dominante, um processo de homogeneização dos conteúdos biofísicos do território: a disseminação de monoculturas, a substituição da diversidade por espécies dominantes e concomitantemente, a substituição da diversidade social pela relação social capitalista dominante (ACSERALD, op. cit.).

⁶⁰ Há de se concordar com esta reflexão, na medida em que se observa, na realidade concreta, uma crescente complexidade de sistemas organizados e manejados pelo homem, notadamente no campo da Agricultura. Neste contexto, a grande maioria dos sistemas agropecuários tem requerido uma abordagem holística e multidisciplinar, a fim de melhor serem entendidos e analisados (PINHEIRO, 2000) a partir de uma perspectiva sistêmica (SCHMITZ, 2005), cuja adoção tem contribuído para avanços significativos nos estudos voltados para o desenvolvimento rural, nas escalas local e territorial.

dimensões do problema, que seja fruto de uma visão sistematizada e que enseje perspectivas de torná-lo instrumento de ação sobre a realidade.

Por este prisma, a evolução do conhecimento técnico-científico no campo teórico, estimulado pela necessidade de uma melhor compreensão da realidade complexa, tem demonstrado estrito interesse institucional e de cientistas na construção de novos conhecimentos afetos ao Desenvolvimento Sustentável, centrados, fundamentalmente, nos aspectos multidimensionais da sustentabilidade, valendo destacar neste sentido a análise reflexiva de Martins (2010):

“Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a Teoria dos Sistemas Complexos (TSC) se apresenta como um norte calcado na racionalidade, exigida para consolidar um novo modelo, apoiado nas dimensões econômica, social, ecológica, ambiental, cultural e espacial rumo a uma sociedade viável (SACHS, 1993). O paradigma da Teoria Geral dos Sistemas (TGS) relata que ‘um sistema é um todo complexo ou organizado. É um conjunto de partes ou elementos que forma um todo unitário ou complexo, onde a soma das partes não resulta, necessariamente no *totum* (FENZL, 2009). No entanto, a investigação de qualquer parte do sistema deve fluir em uma relação dialógica com o todo. Em uma definição simplificada poderia se dizer que um sistema é um conjunto de elementos ou componentes independentes que interagem em prol de um objetivo”.

Esta complexidade, na visão de Leff (op. cit.), não resulta da aplicação de uma visão holística a um mundo que sempre tem sido complexo, mas cuja complexidade foi invisível para os paradigmas disciplinares. A ciência simplificadora, ao desconhecer tal complexidade, construiu uma economia mecanicista e uma racionalidade tecnológica que negaram os potenciais da natureza. As aplicações do conhecimento fracionado, do pensamento unidimensional, da tecnologia produtivista, aceleraram a degradação entrópica do planeta pelo efeito de suas sinergias negativas. Ou seja, o vínculo da ciência com a produção orientou o desenvolvimento do conhecimento para um processo econômico regido pela globalização do mercado⁶¹.

⁶¹ A globalização pode ser entendida como um estágio mais avançado do processo histórico de concentração e centralização de capital, impulsionado pelo recente desenvolvimento dos meios de comunicação e do despertar da consciência sobre o destino comum da humanidade. A maior integração da economia mundial, através da liberalização comercial e dos fluxos de capital, traz conseqüências aos setores produtivos menos eficientes, com redução de produção e emprego, e conseqüentemente de renda (RATTNER, 1995; JENTOF et al., 1995 apud CAMPANHOLA; SILVA, op. cit.), influenciando assim a competitividade sistêmica dos atores envolvidos e a sustentabilidade, nas escalas territorial e local.

Com efeito, se a sustentabilidade é a marca da crise de uma época⁶², potencializada pelo mercado internacionalizado, tal fato nos leva a interrogar as origens de sua presença no tempo atual e a projeção para um futuro sustentável possível. Portanto, o que está em jogo, é a superação dos paradigmas de modernidade que defendem a orientação do processo de desenvolvimento. Talvez a modernidade emergente no terceiro milênio seja a modernidade da sustentabilidade, na qual o ser humano volte a ser parte, antes de estar à parte, da natureza (GUIMARÃES, op. cit.).

É neste contexto, que surgem novas formas de refletir a realidade sócio-econômica de um mundo globalizado, o modo de produção, o mercado e a relação da sociedade com a natureza não humana. Daí a importância das tentativas de se integrar os conhecimentos das ciências tradicionais numa teoria mais ampla capaz de criar parâmetros e indicadores e produzir uma imagem mais holística do processo socioeconômico que estamos vivendo (FENZL; MACHADO, op. cit.), levando-se em consideração, sobretudo, a dinâmica e os fluxos sócio-econômicos que se desenvolvem tanto na escala local como na escala territorial.

Por esta ótica, objetivamente, a construção de caminhos e definição de estratégias, centradas em alternativas de sustentabilidade, tem sido o foco de atores sociais, segmentos representativos de produtores rurais, instituições governamentais e não governamentais, e, sobretudo, da academia, através de programas de pós-graduação norteados por linhas de pesquisa voltadas para o Desenvolvimento Local Sustentável da Amazônia.

5.2 Desenvolvimento Local Sustentável: conceituação e perspectivas

No bojo deste amplo debate pertinente aos impactos do sistema econômico global, e, no conjunto de propostas inovadoras no campo conceitual, é importante que se destaque os avanços nas análises relativas ao Desenvolvimento Local Sustentável. Este processo surge enquanto alternativa estratégica capaz de fazer a confrontação das lógicas e racionalidades, entre antigos e novos atores

⁶² Segundo Guimarães (op. cit.), apesar da importante evolução do pensamento mundial com relação à crise do desenvolvimento, que também se manifesta na crise do meio ambiente, o receituário para a sua superação ainda obedece à farmacopéia neoliberal, com programas de ajuste estrutural e de redução dos gastos públicos, e se abre ainda mais para o comércio e os investimentos estrangeiros (ver, por exemplo, RICH, 1994, e GUIMARÃES, 1992). O discurso da sustentabilidade encerra assim múltiplos paradoxos.

sociais, imprimindo assim uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico e de organização territorial, tendo-se como foco central os parâmetros e preceitos fundamentais da sustentabilidade.

Dessa forma, ao se discutir os aspectos e fatores que interferem no processo de desenvolvimento, dentro de um contexto de maior amplitude, necessariamente, deve-se levar em consideração as relações que se estabelecem entre as esferas local e global, assim como os impactos delas decorrentes. Há, portanto, a inquestionável necessidade de adoção de uma abordagem mais integradora neste campo analítico, a fim de que se tenha uma melhor apreensão de fatos explicativos da realidade complexa, especialmente do ponto de vista da dinâmica econômica de territórios rurais.

Neste sentido, de acordo com Campanhola e Silva (2000),

“ao mesmo tempo em que as sociedades contemporâneas se vêm atravessadas por processos globais, abrigam dinâmicas locais que se propõem a solucionar problemas gerados tanto dentro como fora de seus limites (Navarro Yáñez, 1998). Por isso, há a necessidade de se buscar novos pontos de equilíbrio entre o global e o local. Assim, o foco não deve ser apenas no local, mas também nas relações e interações que ocorrem entre localidades e regiões. O que tem se observado é que forças globais requerem e estimulam respostas nas esferas local e regional (Jentoft et al., 1995)”.

Por essa ótica, o processo de desenvolvimento local emerge no instante em que, no conjunto dos países industrializados, o Estado, poder político centralizado, e as coletividades locais mudam a forma de relacionamento, conhecem tensões e realizam a descentralização. É um momento em que as instâncias locais reivindicam autonomia e contestam modelos anteriores de desenvolvimento (BRITO, 2006), além de propor novas alternativas como contraposição à lógica imposta pelo sistema econômico global.

Assim, uma divisão clara entre rural e urbano deixou de ser importante, pois as relações de troca se diversificaram, e o enfoque passou a ser nos espaços (territórios) que dão suporte físico aos fluxos econômicos e sociais, relegando a um plano inferior, a preocupação com os seus limites geográficos. Essa mudança tem conseqüências relevantes na definição de políticas públicas, pois passa-se a priorizar a dinâmica dos processos e fluxos econômicos em detrimento da

abordagem anterior em que se consideravam divisões estanques entre as atividades urbanas e as rurais (CAMPANHOLA; SILVA, op. cit.).

Este processo de evolução e de dinamização sócio-econômica observado em territórios rurais, notadamente na região amazônica⁶³, gera impactos diretos na escala local, e deve ser melhor interpretado e compreendido, especialmente pelos atores sociais, em virtude de suas interfaces com o sistema econômico global, construídas fundamentalmente a partir de ações exógenas atreladas aos interesses corporativos do capital privado.

Esta reflexão é corroborada por Silva (2008), ao afirmar que:

“a região amazônica pode ser compreendida como um grande mosaico de dimensões continentais, cujo cenário privilegiado de recursos naturais atrai interesses nacionais e internacionais. O processo de desenvolvimento instaurado na região relaciona-se objetivamente com a lógica da expansão das fronteiras, com a geração conseqüentemente de maiores condições para o controle territorial, e utilização dos recursos naturais da região - vistos como elementos capazes da integração regional ao panorama nacional e internacional. Verifica-se, portanto, que desde o início da percepção da Amazônia pelo Estado Nacional, esse processo instalou-se com base na apropriação dos recursos naturais da região, sem grande consideração às populações locais”.

Seguindo esse foco analítico, ao se dispensar maior atenção ao Território da Transamazônica no Estado do Pará, a título de exemplo concreto, verifica-se que este cenário não é diferente. Resguardando-se as suas especificidades, do ponto de vista econômico, social e ambiental, trata-se de uma região de grandes potencialidades para a produção agropecuária, cujos sistemas de produção são manejados e conduzidos predominantemente por pequenos produtores familiares, de origem cultural diversificada.

Em que pese às características produtivas e vantagens comparativas, das principais atividades agroeconômicas desenvolvidas neste importante território rural, os atores envolvidos nas cadeias produtivas, ainda assim, sofrem constrangimentos produtivos e comerciais - em virtude da ação de grandes empresas e de agentes econômicos -, cujas conseqüências tem impedido os atores locais de se tornarem mais competitivos na estrutura de mercado e comercialização vigente.

⁶³ Um olhar mais retrospectivo para a Amazônia em seu processo de inserção na política internacional poderá indicar que a evolução social e econômica da região apresenta-se amalgamada por uma série de condicionantes físicos e naturais, bem como econômicos e sociais que de certo modo dificultam uma compreensão imediata do desencadeamento desses processos no interior da região (SILVA, 2008).

Estudos levados a cabo por estudiosos do processo de Desenvolvimento local indicam as possibilidades de transformações sócio-ambientais no território, a partir do estabelecimento de uma nova dinâmica econômica que pode ser impulsionada por um processo de articulação e de mobilização dos atores sociais.

De acordo com Brito (op. cit.), o Desenvolvimento Local⁶⁴, nesta concepção conceitual, é “uma resultante direta da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas potencialidades e especificidades, buscando competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica dos recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica” (BUARQUE, 1998 apud BRITO, op.cit.).

O fortalecimento da competitividade sistêmica de atores sociais envolvidos em processos produtivos, nas escalas local e territorial, passa a ser um aspecto de grande relevância atrelado às premissas e dimensões da sustentabilidade, e, naturalmente, uma importante vertente intrínseca ao conceito de Desenvolvimento Local, vista essencialmente sob uma visão mais pragmática.

Sair do campo discursivo, se configura, todavia, no maior desafio do ponto de vista teórico e epistemológico na abordagem conceitual sobre o Desenvolvimento Local⁶⁵. Do ponto de vista operacional, este conceito atrela-se à necessidade de se

⁶⁴ A implantação do modelo de desenvolvimento local se justificaria por: a) razões de natureza econômica, como uma alternativa de reação a crise econômica (estrutural e durável) dos países industrializados e em processo de decomposição e de recomposição dos sistemas produtivos, quando o nível local aparece como o lugar privilegiado de regulação de disfunções propiciando uma interação forte entre os sistemas tecnológicos e os sistemas econômico-culturais. O território passa a ser entendido como laboratório de experimentação social capaz de absorver as novas tecnologias e criar novas unidades de produção mais adaptadas a sua melhor utilização. A absorção dos novos conhecimentos propiciariam a integração do território ao mercado; b) razões de natureza institucional, decorrentes das mudanças institucionais induzidas pelas políticas de descentralização do Estado; e c) razões decorrentes dos processos sociais, na medida em que o modelo privilegia as condições sociais, econômicas, culturais e políticas de desenvolvimento e reconhece os fatores invisíveis que permitem a adequação de políticas de desenvolvimento local (BRITO, 2006).

⁶⁵ O local representa o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não-transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade. Representa, assim, o lugar de encontro das relações de mercado e formas de regulação social, que por sua vez determinam formas diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras, tanto para produtos

estabelecer novos processos capazes de potencializar características produtivas e vantagens comparativas, em virtude da abrangência e da oportunidade de negócios pertinentes a atividades produtivas mais específicas, desenvolvidas na ambiência territorial e local.

Partindo-se dessa premissa, vale salientar a visão de Vazquez-Barquero (2000), ao possibilitar uma conformação mais orgânica (endógena) à interpretação do processo de Desenvolvimento Local.

“El desarrollo endógeno es una interpretación para la acción, cuando la sociedad civil es capaz de dar una respuesta a los retos que produce el aumento de la competencia en los mercados, mediante la política de desarrollo local. El desarrollo de formas alternativas de gobernación económica, a través de las organizaciones intermediarias y de la creación de las asociaciones y redes públicas y privadas, permite a las ciudades y regiones incidir sobre los procesos que determinan la acumulación de capital y, de esta forma, optimizar sus ventajas competitivas y favorecer el desarrollo económico”.

Adicionalmente, neste cenário reflexivo, é imperativo identificar e ressaltar a percepção dos atores sociais acerca da importância de atividades produtivas para o desenvolvimento local, em função da complexidade das relações sócio-econômicas (internas e externas) que se estabelecem no território. Dar visibilidade a esta percepção é vital, ante a necessidade de adoção de estratégias capazes de otimizar os efeitos e benefícios positivos que podem, potencialmente, ser gerados pelas atividades produtivas levadas a cabo principalmente pelos pequenos produtores.

Dando enfoque a este importante aspecto relacionado à percepção do concreto real, notadamente pelos produtores rurais, Leff (op. cit.) relativiza a complexidade do processo produtivo, assegurando que:

“A complexidade ambiental implica o reconhecimento do ambiente como um *potencial produtivo*, fundado na capacidade produtiva de valores de uso dos recursos naturais que geram os processos ecológicos; a produtividade tecnológica como organização do conhecimento para um processo sustentável de produção; da produtividade cultural que emerge da criatividade, inovação e organização social, fundada não somente em critérios produtivos, mas nos processos simbólicos que dão significado e conduzem as formas de conhecimento e as práticas de uso da natureza; dos mecanismos de solidariedade social e dos sentidos existenciais que

como para processos, levando a uma diversificação de produtos apresentados ao mercado não simplesmente com base no custo relativo dos fatores (CAMPANHOLA; SILVA, op. cit.).

definem identidades culturais diversas e múltiplas estratégias de aproveitamento sustentável dos recursos naturais”.

Norteados, então, pelas reflexões aqui evidenciadas, este estudo está essencialmente balizado pelo conceito de Desenvolvimento Local, na perspectiva de efetivamente contribuir para a sua aplicabilidade na área que foi delimitada para a execução da pesquisa de campo, ou seja, o Território da Transamazônica, a partir da realidade concreta do Município de Uruará.

Em suma, refletindo ainda sobre o alcance desta investigação no campo teórico-metodológico, destaca-se que uma das contribuições dos conceitos de Desenvolvimento Local para a Engenharia de Produção, que tradicionalmente trabalha a dimensão técnica, refere-se ao entendimento da importância das relações intersubjetivas presentes nas comunidades, dimensão esta que não pode ser quantificada e que se constitui um lado não perceptivo e não captável em equações, médias, métodos e estatísticas, mas que é determinante para o êxito de um projeto que envolve mudanças culturais profundas na sociedade e nas empresas e que precisam ser construídas com as pessoas do lugar para ter sustentabilidade e conseqüências que revertam no melhor gerenciamento da produção e em última conseqüência na distribuição dos bens simbólicos e materiais e na qualidade de vida do conjunto das comunidades (BRITO, op. cit.), especialmente aquelas inseridas no Território Rural da Transamazônica.

5.3 Sustentabilidade e Articulação Territorial do Desenvolvimento

Integrar a noção de sustentabilidade no contexto da abordagem territorial do desenvolvimento, decerto, se constitui em outro grande desafio no campo teórico-metodológico, e, porque não dizer também, do ponto de vista pragmático e operacional, já que as reflexões levantadas anteriormente demonstram a importância de se trabalhar num conceito que efetivamente seja um instrumento de ação diante da realidade concreta, especialmente de territórios rurais.

Neste sentido, é imperativo relativizar que a abordagem sobre desenvolvimento rural tem sido construída por muitos autores, a partir das especificidades e da dinâmica sócio-econômica e ambiental que se materializa nas escalas “territorial” e “local”, sobretudo dando visibilidade ao papel dos atores sociais

e às interfaces que esse processo estabelece com a ambiência externa ou seu “entorno”, decorrente das influências geradas pelo sistema econômico global.

Por este ângulo analítico, é oportuno evidenciar a percepção de Acserald (op. cit.) sobre este aspecto, ao enfatizar que tais considerações levam-nos a investigar em que medida a noção de sustentabilidade pode enraizar-se na complexidade do tecido social concreto, ou seja, em que medida pode fazer parte dos projetos de atores sociais territorializados. Tais interrogações requerem inicialmente uma caracterização do contexto sociopolítico em que emerge o discurso da sustentabilidade e, em particular, dos sentidos que adquire o território nos processos em curso de globalização e desterritorialização multiforme.

Nesta perspectiva, Schneider (2004), acrescenta que:

“qualquer caracterização do cenário recente não pode deixar de reconhecer que o quadro atual é profundamente marcado por um processo de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional. Trata-se dos efeitos e dos condicionantes impostos pela globalização que, sinteticamente, pode ser caracterizada, conforme definiu Castells (1999), pela excepcional capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. Esta interdependência se expressa através da descentralização industrial, da velocidade de contato proporcionada pelas novas telecomunicações, através da integração dos capitais financeiros, comerciais e agroindustriais (Coutinho, 1995)”.

Indubitavelmente, o processo de globalização econômica - conduzido sob as premissas do mercado internacionalizado⁶⁶ e dados os seus atributos essencialmente atrelados à incessante busca da competitividade - tem se configurado pela atuação verticalizada de grandes empresas transnacionais e multinacionais, cujos interesses se materializam através do papel hegemônico que exercem no uso corporativo de territórios rurais, gerando assim fortes e expressivas influências sobre as dinâmicas locais.

⁶⁶ Segundo Santos (2010), a união entre a ciência e a técnica, que a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro, revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, tona-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985, 1994b, 1996) que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas no resto do País.

Essas dinâmicas e fluxos sócio-econômicos locais assinalados, no caso específico da agricultura, são influenciados pela reestruturação econômica, produtiva e institucional ocorrida na sociedade, cujos efeitos podem ser percebidos através de múltiplas facetas e/ou dimensões (SCHNEIDER, op. cit.). Primeiro, abrem-se os mercados, aceleram-se as trocas comerciais e intensifica-se a competitividade, agora tendo por base poderosas cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista em escala global, restringindo a participação (nestas relações de troca) de imensas regiões produtoras, o que vale inclusive para alguns países e mesmo parcelas continentais (REARDON; BERDEGUÉ, 2003 apud SCHNEIDER, op. cit.).

No caso brasileiro, em que o setor agrícola, historicamente, tem se constituído num segmento de grande importância para o desenvolvimento nacional, o processo de modernização da agricultura, norteadada pela estratégia de integração de mercados e de capitais, contribuiu decisivamente para a inserção de grandes empresas na estrutura produtiva agroindustrial do país, facilitando sobremaneira a acumulação capitalista no campo, em virtude da exploração de atividades produtivas (commodities) potencialmente voltadas para a exportação e o atendimento das demandas do mercado internacionalizado.

Dentre as diversas conseqüências deste cenário, pode-se mencionar, objetivamente, a redução da receita anual dos produtores rurais promovida implacavelmente pelas externalizações negativas desse modelo de desenvolvimento, caracterizado pela dependência de fatores exógenos controlados pelo capital privado, e, sobretudo, pela falta de estratégias e de políticas públicas capazes de fazer face e/ou se contrapor à lógica ofensiva, de caráter continuado, de grandes empresas.

O uso do território, neste contexto, se apresenta como o alvo central da ação e reprodução do capital no campo. Com esse entendimento, Santos (2010) ressalta que à medida que o território brasileiro se torna fluido, as atividades econômicas modernas se difundem e uma cooperação entre empresas⁶⁷ se impõe,

⁶⁷ Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica

produzindo-se topologias de empresas de geometria variável, que cobrem vastas porções do território, unindo pontos distantes sob uma mesma lógica particularista.

As atividades agrícolas são fundamentais, neste contexto, na medida em que geram as matérias-primas⁶⁸ essenciais ao processamento agroindustrial de grandes empresas, instaladas em regiões de maior concentração econômica no País. Assim, territórios são selecionados e regiões são especializadas na exploração de determinados produtos⁶⁹, possibilitando assim a criação de fluxos econômicos intersetoriais, segundo interesses específicos, e o estabelecimento de relações e articulações entre os territórios e a sua ambiência externa.

Entretanto, no bojo dessas relações há fragilidades e constrangimentos produtivos e comerciais, que penalizam os pequenos produtores envolvidos no processo produtivo, podendo-se destacar aquelas de maior relevo, quais sejam: a deficiente organização do processo produtivo; a falta de políticas públicas (programa e projetos) de apoio e fomento ao setor produtivo, voltadas para as especificidades territoriais e locais; e as características da estrutura de mercado e comercialização (oligopolista), vinculadas ao circuito espacial produtivo das atividades agrícolas⁷⁰ e ao círculo de cooperação das grandes empresas.

territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo (...) (SANTOS, op. cit.).

⁶⁸ Segundo Schneider (op. cit.), a forma tradicional, através da produção agrícola e do fornecimento de matérias-primas, ainda reveste-se de importância fundamental para a sociedade, especialmente quando se leva em consideração o papel das cadeias agroindustriais e do sistema agroalimentar para muitas localidades e territórios rurais.(...) Mesmo assim, não se pode desconhecer o fato de que vários territórios garantem o essencial de sua base produtiva e econômica através de ligações externas com empresas do setor agroalimentar. Para muitos destes territórios, alterar suas características sociais e econômicas dependerá muito mais dos rearranjos globais do que dos elementos propriamente endógenos. O que não significa que não seja possível, e até mesmo desejável, modificar o padrão histórico destas relações. Apenas indica que, neste caso, a natureza das “amarrações” entre o local e o global, pende muito mais favoravelmente para o lado da dimensão externa dos territórios.

⁶⁹ A exemplo do cacau (no Estado da Bahia), da Soja (no Estado do Mato Grosso) e da laranja (no Estado de São Paulo (TOLEDO, op. cit.).

⁷⁰ A exemplo do cacau (no Estado da Bahia), da Soja (no Estado do Mato Grosso) e da laranja (no Estado de São Paulo (TOLEDO, op. cit.).

⁷⁰ Na visão de Santos (op. cit.), a atividade agrícola moderna, sob o comando técnico-científico de grandes empresas, põe à disposição da respectiva atividade as condições encontradas em cada lugar. Na verdade, porém, não se trata de uma atividade que permita falar de horizontalidades, já que as principais etapas do respectivo processo dependem exclusivamente dos interesses dessas grandes empresas. Por isso, nessas condições, é lícito referir-nos à existência de verdadeiros oligopólios territoriais.

Com uma visão integrada neste contexto, Lima e Mendes (op. cit.), ressaltam que:

“Apesar das excelentes condições para produção, a agricultura brasileira ainda não alcançou o seu pleno desenvolvimento e, um dos fatores preponderantes para permanecer neste estágio, tem sido a lógica até então impetrada pelo Estado Brasileiro, de envidar todos os esforços no sentido de estimular as exportações, notadamente aquela baseada na transferência de matéria-prima, ou semi-processada por grandes conglomerados industriais para os países desenvolvidos. Este posicionamento é duplamente perverso, pois de um lado privilegia o grande capital agroexportador e por outro, penaliza os pequenos e médios produtores, que sem os incentivos necessários, ficam sujeitos às mais variadas ações que impedem o seu desenvolvimento e, condenados a permanecerem estacionários, enfrentando as mais desvantajosas situações. Assim, são penalizados em todas as fases do processo produtivo, desde a concessão do crédito até o processo de comercialização”.

Esse quadro, gerador das externalidades retromencionadas, pode ser resultante de um processo de apropriação extraterritorial (ACSELRAD, op. cit.) originado de relações de poder que se manifestam de formas variadas e heterogêneas no território (RAFFESTIN, 1986, 1987, 1993 apud SCHNEIDER, 2004). Esta relação entre poder e território também é tratada nos trabalhos de Souza (1995 apud SCHNEIDER, op. cit.), que mostra que o território é o espaço determinado e delimitado por (e a partir de) relações de poder, que definem um limite (alteridade) e que operam sobre um substrato referencial, o que implica que o território pode ser definido por relações sociais e estar vinculado a formas jurídico-políticas, culturais ou econômicas⁷¹.

De acordo com Souza (2003 apud FAJARDO, 2005),

“Em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente catalisador cultural-simbólico - e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia”.

A partir desta percepção, pode-se abstrair que esse processo de apropriação exógena de recursos, predominantemente de caráter econômico, guarda relação com a reprodução dos atores envolvidos nas cadeias produtivas e,

⁷¹ Esta reflexão de Souza (2003 apud FAJARDO, 2005) vai muito além de uma visão meramente setorial enquanto variável estratégica em sentido político-militar, assim tratada no passado pelo governo brasileiro, pautada numa concepção de ocupação territorial.

por conseguinte, com a sustentabilidade das formas de uso e aproveitamento das potencialidades do território. Assim sendo - inserida nesse contexto de relações de poder desdobradas no tecido social da ambiência territorial -, a noção de sustentabilidade ganha sua maior expressão ante a necessidade de análise da importância de sistemas produtivos voltados para o desenvolvimento local.

Ademais, o intento de se materializar, pragmaticamente, os preceitos fundamentais da sustentabilidade focadas no desenvolvimento local, tem-se constituído no grande desafio de atores sociais e projetos alternativos em diversos contextos sócio-políticos nos quais os territórios encontram-se inseridos, principalmente os territórios rurais da região amazônica.

Nesta perspectiva, Guimarães (2001) ressalta que:

“um dos principais desafios das políticas públicas diz respeito justamente à necessidade de *territorializar* a sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento - “o pensar globalmente, mas atuar localmente” -, ao mesmo tempo, *dar sustentabilidade* ao desenvolvimento do território, ou seja, fazer com que as atividades produtivas contribuam efetivamente para o aperfeiçoamento das condições de vida das populações e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras”.

Assim, com essa reflexão e visão prospectiva, pode-se destacar - no contexto sócio-político da Amazônia Oriental - o Território Rural da Transamazônica, onde a agricultura tem se destacado como um segmento relevante para o desenvolvimento microrregional, em virtude das atividades agrícolas implementadas pelos produtores rurais, notadamente a cultura do cacau, cujo desempenho tem influenciado positivamente o processo de dinamização econômica, nas escalas local e territorial.

Entretanto, há de se enfatizar - em conformidade com os estudos referenciados nesta Dissertação - a existência de entraves e gargalos na cadeia produtiva dessa atividade, que se constituem no principal desafio para os atores sociais e para as políticas públicas, com vistas à sustentabilidade das formas de gestão, uso e apropriação da base de recursos gerados pela economia cacauzeira, em nível territorial.

5.4 Sustentabilidade da Economia Cacaueira no Território da Transamazônica

O setor agropecuário tem importante papel no Desenvolvimento Territorial da Transamazônica, com destaque à agricultura que tem contribuído de forma expressiva no desempenho da economia deste importante pólo de produção do Estado do Pará. Esta região é detentora de sistemas de produção diversificados (WALKER et al., 1997; LIMA, 1998) nos quais as culturas perenes aparecem como representativas em sua composição, a exemplo da cultura do cacau, que se constitui em uma das alternativas agrícolas (MENDES, 2005; NOGUEIRA, 2005; MENDES; REIS; AMIN, 2005; LIMA; MENDES, 2005; FVPP, 2006; CALVI, 2009) adotadas nas escalas local e territorial, predominantemente pelos pequenos produtores familiares.

Diversos estudos realizados na Transamazônica têm comprovado a importância da agricultura familiar⁷² (ARERO, 2004; MENDES; REIS; AMIN, op. cit.; CALVI, op. cit.) e a sua relação com o manejo sustentável de sistemas de produção diversificados, nos quais o cultivo do cacaueiro se integra como uma das alternativas agroeconômicas escolhidas pelos pequenos produtores.

Aspectos importantes, inerentes ao processo produtivo, têm levado os produtores a adotarem e incorporarem em suas unidades de produção alternativas capazes de garantir a reprodução sócio-econômica de suas famílias, no longo prazo. Esta estratégia, dentre outras, está assentada na racionalidade⁷³ manifestada por esses agricultores quando do uso e aproveitamento dos recursos naturais, visando,

⁷² A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 2001). Para Abromovay (1997 apud MENDES; REIS; AMIN, 2005), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

⁷³ Conforme Alves e Silveira (2007), a explicação da racionalidade camponesa para Chayanov é referente a uma diferenciação demográfica, ou seja, o número de trabalhadores - consumidores da família camponesa como nexos explicativos da sua existência. A questão está deslocada para o consumo e número de membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês, um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor. A força de trabalho da família é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa. É a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção. Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo.

sobretudo, a maximização de sua receita e a minimização de riscos⁷⁴ das atividades produtivas.

Neste sentido, de acordo com Nogueira (op. cit.),

“Embora existam algumas culturas que os produtores acreditam sejam mais rentáveis do que a cacauicultura (café e a pimenta-do-reino), eles preferem esta atividade dada sua característica de baixo risco - uma conta de poupança. (...) Os produtores consideram a lavoura de cacau como um bem que pode ser deixado para seus herdeiros, e não só como uma atividade premente capaz de suprir suas necessidades financeiras”.

Esta racionalidade desenvolvida pelos pequenos produtores pode ser também explicada pela importância das culturas perenes para os ecossistemas frágeis dos trópicos úmidos, cujas características - quando trabalhadas de forma integrada e sustentável - podem ser capazes de potencializar os sistemas produtivos e contribuir para o equilíbrio dos agroecossistemas, otimizando assim os resultados decorrentes do seu manejo.

Inseridas neste contexto, as características produtivas e ecológico-ambientais da lavoura cacauieira - aliadas às características biofísicas (notadamente as edafo-climáticas) do Território da Transamazônica - tem proporcionado aos produtores o alcance de alta produtividade, conferindo a esse cultivo posição de destaque, comparativamente às demais atividades trabalhadas nos estabelecimentos agrícolas, na medida em que contribui para a estabilidade da produção familiar, em nível territorial.

Com efeito, estudos desenvolvidos pela FVPP (op. cit.), no Território da Transamazônica, demonstram que:

“os cultivos permanentes são apontados como um fator fortemente estabilizador da Produção Familiar regional, por razões microeconômicas (remuneração do trabalho familiar elevada) e globais (estabilização espacial dos agricultores). No caso de áreas de maior fertilidade química dos solos tem-se no cultivo do cacau uma alternativa importante, mesmo com a instabilidade dos preços, compensado pela perenidade dos cacauais e pela alta produtividade por hectare”.

⁷⁴ Segundo Walker et al. (op. cit.), nos sistemas de produção encontrados na Transamazônica observa-se uma preocupação dos agricultores na busca de um conjunto de atividades, como maneira de minimizar os riscos do processo produtivo decorrentes principalmente do mercado. Estes autores afirmam que as três atividades básicas (culturas anuais, culturas perenes e pecuária) constituem o fulcro de interesse da totalidade dos agricultores deste Território.

Além dos fatores microeconômicos, relevantes para a reprodução sócio-econômica das famílias envolvidas no processo produtivo, a cultura do cacau⁷⁵ se destaca dentre as culturas integradas nos sistemas de produção da Transamazônica, em virtude de apresentar o maior valor da produção bruta anual (Tabela 16), em nível territorial, o que demonstra a superioridade econômica desta atividade, comparativamente às demais alternativas agrícolas existentes na região.

Tabela 16 - Valor da produção agrícola no Território da Transamazônica

CULTURA	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$ 1.000,00)
Cacau	78.840,00
Banana	22.490,00
Arroz	20.654,00
Mandioca	20.421,00
Café	12.811,00
Milho	11.641,00
Pimenta-do-reino	11.631,00
Coco-da-baía	9.812,00
Feijão	4.659,00
Tomate	1.658,00
Outras	4.631,00

Fonte: SAGRI (2004) apud FVPP (2006)

Ressalta-se que a expansão horizontal e a distribuição espacial da cultura do cacau, ao longo dos anos, tem se constituído em fator de relevo no processo de dinamização econômica do Território da Transamazônica. Dentro de um quadro mais atualizado, a partir de uma trajetória que remonta os meados da década de setenta, pode-se inferir que esta atividade produtiva tem forte representatividade no conjunto da economia dos municípios que integram este Território. Os dados constantes na Tabela 17, relativos o ano de 2009, ilustram bem esta realidade, indicando que a economia cacauzeira da Transamazônica gera uma renda bruta anual equivalente a R\$ 201.740.000,00 (duzentos e um milhões, setecentos e quarenta mil reais), gerada a partir de uma produção de 35.689 t, representando assim 70% da produção global do Estado do Pará, cuja estrutura é caracterizada pela predominância do modo de produção familiar.

⁷⁵ Segundo o IBGE (2004 apud RODRIGUES, op. cit.), as estatísticas pertinentes ao Estado do Pará demonstram que das cinco lavouras permanentes (pimenta-do-reino, banana, cacau, dendê e coco da baía) mais importantes em termos de contribuição, a partir do seu valor bruto da produção (VBP), a cultura do cacau foi a terceira com R\$ 115.763.000,00, seguida da banana (R\$ 143.309.000,00) e da pimenta-do-reino (R\$ 158.292.000,00).

Tabela 17 - Indicadores econômicos da cacauicultura dos municípios produtores do Território da Transamazônica, em 2009

MUNICÍPIO	AGRICULTORES ASSISTIDOS	ÁREA DE CACAU		ÁREA TOTAL	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO
		(ha)					
		DESENVOLVIMENTO	SAFREIRA	(ha)	(t)	(kg/ha)	(R\$1,00)
Pacajá	717	2.228	2.085	4.313	2.451	1.175	13.481.000,00
Anapu	589	1.194	1.088	2.282	696	640	3.480.000,00
Vitória Xingu	501	1.500	2.500	4.000	1.472	589	7.360.000,00
Altamira	451	1.840	3.350	5.190	3.120	931	17.784.000,00
Brasil Novo	620	1.289	3.343	4.632	3.200	957	18.560.000,00
Medicilândia	1.624	1.651	19.343	20.994	18.333	948	104.498.000,00
Uruará	851	3.900	7.528	11.428	6.417	852	36.577.000,00
Total Território (A)	5.353	13.602	39.237	52.839	35.689	1.000	201.740.000,00
Total Estado (B)	11.560	24.705	61.109	85.814	51.326	840	290.131.616,00
Participação % (A/B)	46,3	55,05	64,2	61,57	69,53	-	69,53

Fonte: CEPLAC/SUEPA/SEREX (2010) e Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2010) - Organização do autor

Dando maior visibilidade a este quadro panorâmico, percebe-se assim as potencialidades e possibilidades de expansão da economia cacauera no Estado do Pará, porém há a necessidade de desenvolvimento de investigações voltadas para a maximização de seus resultados, do ponto de vista sócio-econômico e ecológico-ambiental, em bases sustentáveis.

Deve-se salientar, todavia, que o desenvolvimento de todo e qualquer estudo deverá centrar-se na busca de alternativas de sustentabilidade econômico-espacial, que sejam capazes, sobretudo, de potencializar as características sócio-produtivas e vantagens comparativas da Cacauicultura da Transamazônica apontadas por diversos autores e ratificadas, inclusive, no contexto deste estudo.

Entretanto, em que pese à positividade dos aspectos sócio-econômicos e ecológico-ambientais pertinentes ao processo produtivo, é oportuno frisar que a sustentabilidade da economia cacauera no Território da Transamazônica está entrelaçada por outros fatores, da mesma forma, relevantes, mas que merecem destaque (a exemplo de estrangulamentos produtivos e comerciais), haja vista a estreita relação que guardam com a competitividade sistêmica dos atores envolvidos na base da cadeia produtiva, ou seja: os produtores de cacau.

Identificar os estrangulamentos produtivos e comerciais que afetam os produtores de cacau se constitui, assim, dentro deste quadro analítico, em objetivo permanente dos referidos estudos, com vistas à identificação e proposição de alternativas voltadas para o fortalecimento da referida competitividade sistêmica, dada

a sua significância na conquista de novos nichos de mercado e a conseqüente possibilidade de superação de entraves criados pela estrutura de mercado e comercialização verticalizada, representados pela cadeia de intermediação.

Por esta ótica, a organização da produção passa a ser então uma alternativa de grande importância ante a necessidade de otimização dos recursos e benefícios proporcionados pela economia cacaueteira, que depende, essencialmente, de um processo de mobilização dos atores sociais (neste caso os produtores de cacau) e de um processo de articulação que deve ser desencadeado na escala territorial, como contraposição à lógica de acumulação capitalista inerente aos agentes econômicos interessados no uso corporativo e na apropriação (extraterritorial) de recursos gerados por essa atividade agrícola.

Assim sendo, a mobilização dos produtores de cacau - com base na sua matriz cultural e nas potencialidades dos recursos naturais do território -, é o mecanismo através do qual pode-se conquistar novos mercados (alternativos), a exemplo do "nicho dos orgânicos". Sabe-se que o cacau cultivado nos diferentes pólos cacaueteiros da Amazônia, primam pela quase ausência de agrotóxicos e adubação. Além disso, o credenciamento desta cultura como eminentemente preservacionista, facilita a abertura de mercados mais exigentes a este tipo de condição (MENDES, op. cit.), possibilitando, portanto, o estabelecimento de relações intersetoriais do território com o seu ambiente externo.

Outra questão importante - que deve ser evidenciada enquanto alternativa relacionada à perspectiva de sustentabilidade da economia cacaueteira -, é a possibilidade de industrialização da produção de cacau no próprio território. Estudos levados a cabo por Mendes (op. cit.) demonstram que a realidade da produção de cacau do Território da Transamazônica, o credencia para instalação de uma processadora do tamanho da Itaisa-Itabuna Industrial S/A que tem capacidade para processar 15.000 toneladas anualmente. Uma questão a ser resolvida circunscreve-se à organização da produção (LIMA; MENDES, op. cit.).

O incentivo deste tipo de indústria traz como benefícios imediatos a ampliação de riqueza e renda das áreas de produção, através dos incentivos fixos que realiza, geração de empregos, treinamento de mão-de-obra, financiamento à própria produção do cacau e os impostos pagos. Outro benefício é o incentivo na

melhoria da qualidade do produto brasileiro (MENDES, op. cit.). É óbvio prever que além dos empregos já gerados a montante da cadeia produtiva do cacau, haverá um acréscimo quantitativo e qualitativo de empregos dado a necessidade de especialização em algumas áreas da verticalização industrial, assim como um acréscimo da renda per capita e agregada do município

Nesta perspectiva, é oportuno enfocar as possibilidades e alternativas de uso e aproveitamento dos produtos e subprodutos potenciais da agricultura do cacau. Isto é interessante do ponto de vista da diversificação agroeconômica das unidades de produção e da ampliação da renda agrícola familiar, o que, decerto, pode assegurar um maior grau de sustentabilidade à economia cacauzeira tanto na ambiência territorial como na escala local.

Com essa visão, de acordo com Mendes (op. cit.), o aproveitamento de subprodutos do cacau se apresenta como uma oportunidade de diversificação da economia da propriedade rural, pelos seus reflexos positivos no aumento da receita do produtor. Esse segmento da cadeia produtiva deve ser estimulado, principalmente, numa conjuntura de recursos escassos e demanda crescente por produtos oriundos da floresta amazônica. Ademais, não se pode perder de vista que as ações podem ser executadas de forma associativa, a partir do envolvimento de grupos de produtores, suas associações e cooperativas, que se configuram, na visão de Chayanov (1974 apud ALVES; SILVEIRA, 2007), na única alternativa para introduzir a exploração camponesa no ambiente da industrialização agrícola em grande escala.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Perfil dos Produtores de Cacau do Município de Uruará

6.1.1 Origem

Os dados pertinentes à pesquisa de campo revelaram que os produtores de cacau do Município de Uruará são de origem diversificada, com destaque às regiões Nordeste e Sul, com percentuais de 59,7% e 23,6%, respectivamente (Tabela 18). Ressalta-se também, que 47,3% desses agricultores chegaram à região no período de 1971/1981, sendo que 22,2% no período de 1971-1976 e 25,1% no período de 1977/1981, demonstrando-se assim a dinâmica do fluxo migratório ocorrido em nível territorial, nos referidos espaços de tempo, em virtude da impulsão decorrente das políticas públicas promovidas pelo governo federal, notadamente no primeiro período. Acrescenta-se ainda que 48,6% dos produtores não tinham experiência anterior com o cultivo do cacau.

Tabela 18 – Origem dos produtores de cacau do Município de Uruará

ORIGEM DOS PRODUTORES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Norte	6	8,3
Nordeste	43	59,7
Sudeste	3	4,2
Sul	17	23,6
Centro Oeste	3	4,2
Total	72	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

Ressalta-se, a priori, que a origem dos agricultores não guarda relação direta com sucesso econômico na condução e manejo das atividades produtivas, em nível de unidade de produção. Contudo, é importante destacar que aqueles agricultores (Figura 05) - que chegaram à região trazendo conhecimentos (acumulados) ao longo de sua trajetória e com experiências anteriores em outros territórios rurais, ou seja, detentores de uma certa tradição agrícola (a exemplo dos sulistas) -, demonstram possuir mais habilidades no processo de gestão, uso e aproveitamento dos recursos e benefícios gerados pela economia cacauceira, na escala local.



Figura 05 – Produtores de cacau oriundos da região sul do Brasil. Fonte: Escritório Local da CEPLAC do Município de Uruará (2010) – Unidade de produção localizada no km 147-Faixa (Produtor: Valdir Nunes Cavalheiro)

6.1.2 Idade

A idade dos produtores tem, naturalmente, relação direta com o ano de chegada no Município, podendo-se observar assim que 56,9% apresentam idade superior a 50 anos, com maior concentração na faixa de 51-60 anos, representando 33,3% do total da amostra, conforme os dados constantes na Tabela 19, configurando assim o processo de envelhecimento dos produtores da região. Este dado tem grande relevância no contexto do estudo, na medida em que esta variável guarda relação com o planejamento dos produtores direcionado à expansão de atividades produtivas, em nível de estabelecimento agrícola.

Tabela 19 – Idade dos produtores de cacau do Município de Uruará

IDADE DOS PRODUTORES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
31 a 40 anos	9	12,5
41 a 50 anos	21	29,2
51 a 60 anos	24	33,3
61 a 70 anos	11	15,3
71 a 80 anos	6	8,3
Total	71	98,6

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.1.3 Local de residência

Outra variável importante é o local de residência dos produtores. Os dados demonstram que 81,9% (Tabela 20) residem nas Unidades de Produção. Isto evidencia que a gestão das atividades produtivas está sob o comando direto do produtor, ou seja, as práticas agrícolas pertinentes aos sistemas de produção por eles adotados são conduzidas e manejadas diretamente pela mão-de-obra disponível nos estabelecimentos. Este é um fato de grande relevo, na medida em que o êxito da administração rural dos estabelecimentos agrícolas tem relação com a presença permanente do agricultor à frente das execuções táticas e operacionais das atividades produtivas. Ademais, há de se considerar também a interface existente e a correlação dos agricultores/famílias com os subsistemas de produção, em nível de estabelecimento agrícola.

Tabela 20 – Local de residência dos produtores de cacau do Município de Uruará

LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PRODUTORES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Unidade de produção	59	81,9
Na sede municipal	6	8,3
Outro Município do Estado	7	9,7
Total	72	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.1.4 Escolaridade

O nível de escolaridade dos produtores de cacau de Uruará é demonstrado na Tabela 21 onde se pode observar que 58,3% têm apenas o primário incompleto e 4,2% ainda são analfabetos. Esta realidade permite inferir que este é um importante fator relacionado ao êxito e à eficiência no processo de gestão integrada de atividades agro-econômicas dos estabelecimentos agrícolas, em bases sustentáveis, haja vista que a competitividade sistêmica dos atores envolvidos no processo produtivo está relacionada ao grau de conhecimento e ao domínio de informações desses produtores, cuja amplitude perpassa por um processo de qualificação e/ou capacitação do capital humano, que, decerto, constitui-se num dos principais desafios das políticas públicas oficiais.

Tabela 21– Escolaridade dos produtores de cacau do Município de Uruará

ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Analfabeto	3	4,2
Primário incompleto	42	58,3
Primário completo	13	18,1
Ginásio incompleto	7	9,7
Ginásio completo	4	5,6
Científico incompleto	2	2,8
Superior completo	1	1,4
Total	72	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.2 A Caracterização Geral das Unidades de Produção

6.2.1 Área total

O tamanho da área dos produtores reflete as características e o padrão da estrutura fundiária do Projeto Integrado de Colonização de Altamira (PIC - Altamira), que proporcionou a distribuição de lotes agrícolas de 100 ha às famílias rurais migrantes, fato que se replicou em todos os municípios integrantes do Território da Transamazônica. No caso específico de Uruará, segundo os dados evidenciados pela pesquisa (Tabela 22), 72,2% dos produtores possuem área até 100 ha, sendo que a maior parte (47,2%) deles detém área superior a 75 ha até 100 ha, praticamente mantendo-se o padrão original estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (NCRA).

Tabela 22 – Área das unidades de produção do Município de Uruará

ÁREA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO (ha)	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Até 50ha	13	18,1
> 50 <= 75ha	5	6,9
> 75 <= 100ha	34	47,2
> 100 <= 150ha	1	1,4
> 150ha	9	12,5
Total	62	86,1

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.2.2 Mão de obra

Os dados relativos à disponibilidade de mão-de-obra (Tabela 23) retratam que, no âmbito das unidades de produção, há disponibilidade, em média, de 4,15 trabalhadores para a condução e manejo das práticas agrícolas pertinentes aos sistemas de produção adotados pelos produtores, sendo 3,35 pertinentes ao grupamento familiar e 0,80 de caráter temporário.

Tabela 23 – Disponibilidade de mão de obra nas unidades de produção

PERMANENTE		TEMPORÁRIA		TOTAL	
TOTAL MOB	PERC (%)	TOTAL MOB	PERC (%)	TOTAL MOB	PERC (%)
188	80,7	45	19,3	233	100
3,35 trab/UP		0,80 trab/UP		4,15 trab/UP	
FREQÜÊNCIA = 56			↔	PERCENTUAL = 77,8%	

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

É importante frisar que somente no caso específico do cacau (Figura 06), a cultura requer 1 (um) trabalhador para conduzir e manejar (em média) 2,5 ha de área implantada. Considerando, assim, uma área média de 11,6 ha de cacauzeiros em Uruará (apontada neste estudo), pode-se inferir que a mão-de-obra atualmente disponível não é suficiente para manejar a lavoura existente, em nível de unidade de produção. Este aspecto pode ser explicado, em parte, pela evasão da mão-de-obra decorrente da evolução histórica dos estabelecimentos agrícolas, tanto na escala territorial como na escala do Município.



Figura 06 – Mão de obra (familiar) no manejo da lavoura cacauzeira em Uruará. Fonte: Escritório Local da CEPLAC do Município de Uruará (2010).

6.2.3 Sistemas de Produção

Os sistemas de produção adotados pelos produtores do Município de Uruará apresentam como característica fundamental a predominância da diversificação de atividades produtivas, conforme demonstram os dados constantes na Tabela 24. Os resultados alcançados pela pesquisa evidenciam que 85,4% dos produtores desenvolvem sistemas de produção diversificados, com destaque às culturas permanentes que integram o conjunto das alternativas agrícolas priorizadas pelos agricultores da região. Esta realidade se configura em forte indicativo da importância que elas representam para a sustentabilidade econômica das famílias envolvidas no processo produtivo, em nível territorial e local.

Tabela 24 – Sistemas de produção do Município de Uruará

SISTEMAS DE PRODUÇÃO (*)	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
CP + CT + PC	72	32,2
CP + PC		37,8
CP + CT		15,4
CP		7,6
OUTROS SPD		7
Total	72	100,0

CP (Culturas Permanentes); CT (Culturas Temporárias); PC (Pecuária); SPD (Sistemas de Produção)

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

A diversificação de atividades agroeconômicas, em nível de unidade de produção, se constitui em uma das principais estratégias adotadas pelos produtores rurais, como alternativa capaz de contribuir para o processo de reprodução sócio-econômica das famílias, nas escalas territorial e local. Integradas nestes sistemas de produção, as culturas perenes (a exemplo do cacau) - do ponto de vista microeconômico - asseguram remuneração satisfatória e elevada para a família, e, do ponto de vista macroeconômico, contribuem para a estabilidade espacial dos agricultores. Neste contexto, a cultura do cacau configura-se em importante alternativa para os agricultores, em virtude da perenidade do seu cultivo e da alta produtividade por hectare (Figura 07), mesmo considerando a instabilidade dos preços do produto no mercado agrícola.

Este quadro confirma, sobretudo, a racionalidade (mencionada neste estudo) desenvolvida pelos produtores rurais do Território da Transamazônica e do Município de Uruará, que, decerto, explica o seu planejamento e objetivos voltados para as atividades produtivas, assim como a sua escolha pelo viés tecnológico que irá seguir.



Figura 07 – Sistema de produção de cacau (lavoura produtiva). Fonte: Escritório Local da CEPLAC do Município de Uruará (2010) – Unidade de produção localizada no km 147-Faixa (Produtor: Valdir Nunes Cavalheiro).

Dessa forma, o estudo indica o grau de importância da cultura do cacau atribuído por esses atores, dentre as culturas permanentes priorizadas nos estabelecimentos agrícolas, demonstrando que 82,2% (Tabela 25) apontam essa atividade produtiva como sendo a mais importante componente dos sistemas de produção locais.

Tabela 25 – Grau de importância das atividades produtivas do Município de Uruará

ATIVIDADE PRODUTIVA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Cacau	72	82,2
Pecuária		9,8
Sistemas Agroflorestais		2,8
Outras atividades		5,2
Total	72	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

Ademais, o cruzamento das informações relativas à percepção dos atores locais envolvidos neste estudo - quanto ao grau de importância das atividades produtivas - permite inferir que todos destacam a cultura do cacau como a mais relevante no contexto da produção agropecuária local. O esquema apresentado na

Figura 08 demonstra essa convergência de opiniões, hierarquizando as principais atividades da base econômico-produtiva do Município.

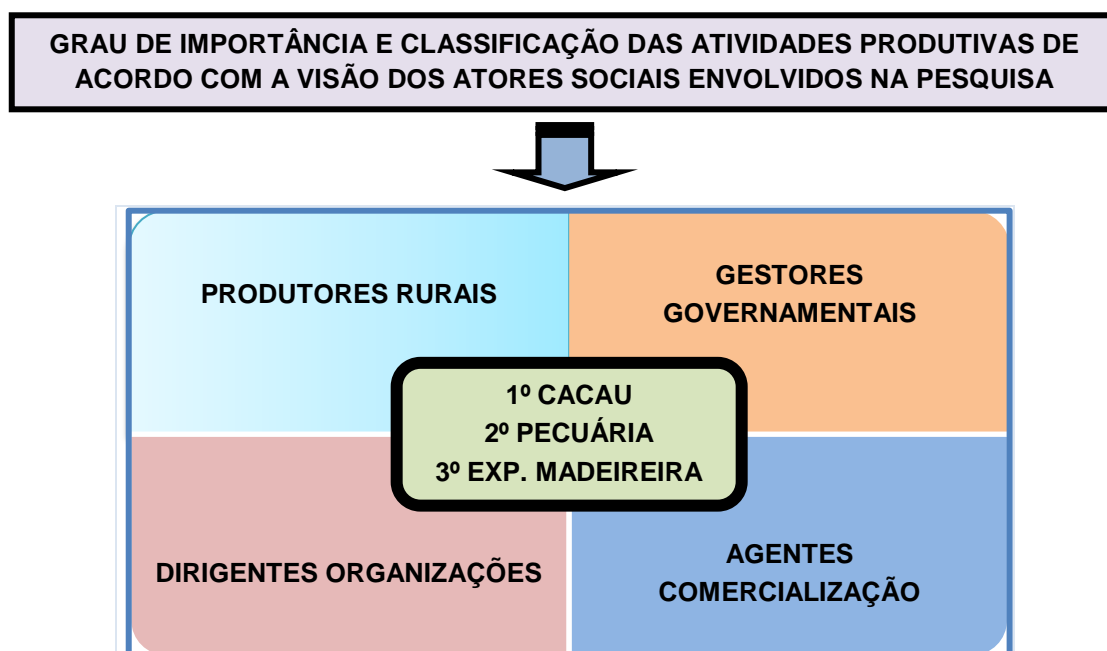


Figura 08 – Grau de importância das atividades produtivas do Município de Uruará. Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2010).

6.2.4 Origem dos investimentos

No que diz respeito à gestão econômica (estratégica) das unidades de Produção - voltada especialmente para a expansão espacial das atividades produtivas no Município de Uruará -, a pesquisa retrata também a relevância da receita gerada pela cultura do cacau, apontada por 74,9% dos produtores (Tabela 26), que tem possibilitado a realização de investimentos (no fortalecimento da economia cacaeira) e em outras atividades produtivas, contribuindo inclusive para a consolidação da alternativa de diversificação agro-econômica das unidades de produção, cujos resultados também foram evidenciados e demonstrados por este estudo.

Tabela 26 – Origem dos Investimentos nas Unidades de Produção do Município de Uruará

FONTES DE INVESTIMENTO	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Cacau	72	74,9
Outras fontes (*)		25,1
Total	72	100,0

(*) Farinha, Arroz, Feijão, Pecuária, Serviços em outras UP (diarista)

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.3 Os Aspectos da Economia Cacaueira

6.3.1 Área plantada

A evolução da área plantada com cacaveiros no Município de Uruará é reflexo direto de dois fatores, ambos de fundamental importância para o entendimento do processo de implantação e expansão espacial desta cultura, nas escalas territorial e local. O primeiro foi o PROCACAU, executado no período 1976-1985, cujas metas foram estabelecidas para serem executadas num horizonte temporal de dez anos, e, o segundo, foi o Estabelecimento do Programa de Produção e Distribuição de Sementes Híbridas Cacao aos produtores, que até hoje integra as diretrizes institucionais da CEPLAC no Estado do Pará, inclusive com desenvolvimento de atividades anuais no próprio Território da Transamazônica.

Assim, com a obtenção dos dados da pesquisa de campo, foi possível chegar à área média cultivada pelos produtores de Uruará, equivalente a 11,6 ha, tendo sido consideradas as informações prestadas por 94,4% dos produtores (Tabela 27), pertinentes às implantações realizadas no período de 1974-1975 a 2009-2010. Vale destacar, também, que 30% desses produtores realizaram implantações no período do PROCACAU.

Tabela 27 – Evolução da área plantada de cacau no Município de Uruará

PERÍODO EVOLUTIVO	ÁREA MÉDIA CULTIVADA (ha)	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL(%)
1974/1975 a 2009/2010	11,6	68	94,4
Total	11,6	68	94,4

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.3.2 Produção anual

A partir dos dados primários gerados por este estudo, obteve-se uma produção anual equivalente a 5.836 t, já extrapolada para o universo pesquisado, considerando-se neste caso a área produtiva (média) de 7,5 ha por unidade de produção, ou seja, 65% da área total cultivada pelos produtores, que perfazem um total de 851 no Município de Uruará, com base nas estatísticas de cacau consolidadas pelos órgãos oficiais no ano base de 2009, conforme já foi demonstrado anteriormente.

6.3.3 Produtividade

A produtividade e/ou rendimento da cultura do cacau no Município de Uruará, no contexto amostral pesquisado, é equivalente a 775 kg/ha, devendo-se ressaltar, de acordo com os dados constantes na Tabela 28, que 40,9% dos produtores detêm produtividade acima de 600 kg/ha, destacando-se ainda que 24,2% apresentam produtividade superior a 800 kg/ha. É importante acrescentar que esta produtividade está bem acima da produtividade média nacional e da produtividade média do Estado da Bahia (principal produtor), equivalentes a 326 kg/ha e 255 kg/ha, respectivamente,

Tabela 28 – Produtividade do cacau no Município de Uruará

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL(%)
< 400	16	24,2
≥ 400 ≤ 600	23	34,9
> 600 ≤800	11	16,7
> 800	16	24,2
Total	66	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.3.4 Receita bruta anual (RBA)

O valor bruto anual da produção de cacau em Uruará é de R\$ 1.767.840,00 para o universo pesquisado (Tabela 29), o que permite inferir, em termos médios, que a receita bruta anual dos produtores do Município é equivalente a R\$ 3.571,00/ha, o que corresponde a 7,0 salários mínimos/mês. Disso decorre, portanto, que a receita líquida pode alcançar a cifra de R\$ 2.775,00/ano ou 5,4 mínimos/mês, considerando para este cálculo o custo de produção equivalente a U\$ 600/t e a taxa de câmbio de R\$ 1,71/US\$, em setembro/2010 (pesquisa de campo).

Tabela 29 – Composição da receita bruta anual das unidades de produção (em R\$ 1.000,00)

CULTURA DO CACAU	CULTIVOS TEMPORÁRIOS	PECUÁRIA	TOTAL
1.767.840,00	132.600,00	299.500,00	2.199.940,00
REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL (%)			
80,4	6,0	13,6	100,0
FREQÜÊNCIA			
66			

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

Os dados retromencionados, alcançados pela pesquisa, justificam as razões apresentadas pelos produtores no contexto do estudo realizado, quando relatam e afirmam que a cultura do cacau, comparativamente, tem o maior grau de

importância no conjunto das alternativas agro-econômicas implantadas e conduzidas nos estabelecimentos agrícolas, em nível local.

Neste sentido, a representatividade da cultura do cacau é materializada nos dados da pesquisa de campo constantes na Tabela 30, na qual se observa que 83,3% dos produtores afirmaram que o cultivo do cacau contribui com mais de 40% na composição da receita bruta anual das unidades de produção, valendo destacar que 42,4% desses produtores asseguraram que esta representatividade é superior a 80%.

Tabela 30 – Representatividade da cultura do cacau na composição da receita bruta anual das unidades de produção do Município de Uruará

REPRESENTATIVIDADE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL(%)
< 40%	11	16,7
≥ 40 ≤60%	14	21,2
> 60 ≤80%	13	19,7
> 80%	28	42,4
Total	66	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.4 A Organização do Produtor e da Produção

6.4.1 Grau/nível de organização social

Para esta variável, os resultados indicaram que 61,1% dos produtores de cacau do Município (Tabela 31) não pertencem a nenhuma forma associativa, configurando assim que ainda predomina o individualismo no processo produtivo, em nível local. Este aspecto da realidade concreta no âmbito municipal, decerto, vem contribuindo para a desarticulação desses produtores no que diz respeito à conquista, dinamização, evolução e consolidação de projetos econômicos alternativos capazes de otimizar e internalizar os efeitos positivos gerados pela economia cacauera, em nível de Unidade de Produção, assim como nas escalas Territorial e Local.

A desorganização dos produtores apontada por este estudo tem forte influência na organização da produção, especialmente no que tange à comercialização do cacau, dificultando sobremaneira a inserção e o acesso desses produtores ao mercado agrícola (nacional e internacional), no contexto do qual o produto é considerado como uma importante *commodity*, que tem a formação de seu preço norteadas pelos instrumentos e mecanismos das bolsas de Nova York e de Londres.

Tabela 31 – Grau de organização dos produtores de Cacau do Município de Uruará

VÍNCULO DOS PRODUTORES ÀS ORGANIZAÇÕES RURAIS	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Sim	20	27,8
Não	44	61,1
Total	64	88,9

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

Percebe-se assim, dentro deste contexto, que enquanto os agricultores não puderem introduzir inovações para eliminar as ineficiências relativas à organização do processo produtivo e da produção propriamente dita, da gestão e da comercialização de insumos e produtos, e, sobretudo, aumentar seus rendimentos físicos e financeiros, será virtualmente impossível que se tornem rentáveis e competitivos no cenário agroeconômico da atualidade.

Dessa forma, não é suficiente que tais inovações sejam apenas tecnológicas e que sejam introduzidas somente na etapa de produção propriamente dita. É necessário introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais e, além disso, fazê-lo em todos os elos da cadeia agroalimentar; isto é: no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes. Estes são os pré-requisitos para que eles as transformem em eficientes (ainda que sejam pequenos) empresários, capazes de obter insumos a preços mais baixos, de reduzir custos de produção, de melhorar a qualidade dos excedentes e de incrementar os seus preços de venda; e, como consequência da adoção destas medidas realistas, obter maiores receitas (ingressos, renda) no âmbito de seus estabelecimentos agrícolas.

Assim sendo, em grande parte, os insumos materiais que são insuficientes ou inacessíveis, terão que ser substituídos por (ou potencializados com) insumos intelectuais (tecnologias apropriadas, capacitação e estímulos). Os agricultores terão que utilizar integral e racionalmente seus recursos próprios. Ao otimizar o rendimento dos recursos que possuem, estarão seguindo o caminho lógico para tornarem-se menos dependentes de recursos que não possuem, o que pode contribuir positivamente para a melhoria do processo de autogestão.

Há de se destacar, contudo, que o principal fator de produção será o conhecimento adequado e não tanto o recurso abundante. Terão mais possibilidades de êxito os agricultores que saibam solucionar seus problemas e não

tanto os que tenham com que fazê-lo. Dispor de recursos materiais não será suficiente se os agricultores não tiverem os conhecimentos para aproveitar as potencialidades e oportunidades de desenvolvimento que existem em suas propriedades. Isto, decerto, poderá influenciar sobretudo no processo de apropriação territorial dos recursos e da renda gerada pelas atividades produtivas por eles desenvolvidas, com destaque ao cultivo do cacau.

Por este prisma, pode-se inferir que há necessidade de dotar os agricultores de conhecimentos, habilidades, destreza e atitudes para que eles mesmos queiram, saibam e possam protagonizar a solução dos seus próprios problemas através de um modelo mais endógeno, mais autogestionário, mais autosuficiente (LACKI, 1996) e muito mais eficiente do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Naturalmente, neste modelo mais endógeno e mais autogestionário a equidade, a rentabilidade e a competitividade sistêmica dos agricultores terão que passar obrigatória e inexoravelmente por uma forte introdução de “insumos intelectuais” para que eles sejam muito mais eficientes nos aspectos produtivos, gerenciais e comerciais; pela eficiente administração das propriedades para usar integral e racionalmente os recursos disponíveis e eliminar eventuais ociosidades e superdimensionamentos, através do aumento da produtividade e do rendimento dos fatores de produção; e pela redução dos elos da cadeia de intermediação (de insumos e produtos) com o propósito de diminuir o custo dos insumos e incrementar o preço dos excedentes e/ou do produto final: o cacau.

Vale ressaltar que a agricultura dos tempos modernos já não pode estar submetida a improvisações emergenciais. A correção das suas ineficiências e distorções já não pode continuar esperando pelos cada vez mais improváveis artificialismos efêmeros que dependem de recursos que os agricultores não possuem e de serviços estatais aos quais eles não têm acesso, com o agravante da sua deficiente organização sócio-produtiva, comprovada pela pesquisa de campo intrínseca a este trabalho.

Ademais, a agricultura é uma atividade econômica e como tal só poderá sustentar-se se é rentável. E, para que isso seja possível, deverá ser encarada com uma visão empresarial. A forma profissional e empresarial de fazer agricultura requer

que os agricultores tenham melhores conhecimentos, habilidades, aptidões e destrezas, haja vista que são estes atributos que lhes proporcionarão a autosuficiência técnica e especialmente a autoconfiança que eles mesmos possam assumir e adotar - enquanto atores locais - as estratégias necessárias à solução dos problemas internos e externos às suas unidades de produção.

A despeito de sua imprescindibilidade, não é suficiente que os agricultores disponham de tecnologias e recebam capacitação, que lhes ajudem a produzir com eficiência técnica e gerencial, dentro das suas propriedades individuais. Eles também têm problemas externos às suas propriedades e necessitam de melhores mecanismos para adquirir insumos e comercializar seus excedentes de forma mais eficiente e mais vantajosa; além do mais, eles têm problemas internos que não podem ser resolvidos em forma individual e, portanto, exigem decisões e investimentos grupais e comunitários.

Em virtude destas razões e diante da debilidade dos serviços oficiais de apoio à agricultura, é necessário que os produtores se organizem para estabelecer os seus próprios mecanismos de recepção (de fora) e de prestação (para dentro) de serviços; estes serviços pertencentes aos próprios agricultores lhes permitiriam diminuir gradualmente sua dependência dos serviços externos (do Estado e das empresas privadas); possuindo tais serviços eles mesmos poderiam atuar em conjunto para solucionar os seguintes problemas que constituem importantes causas de que suas receitas (rendas) sejam insuficientes:

- a) Aquisição de insumos a preços mais baixos;
- b) Possibilidade de investimentos em conjunto e redução de seus custos;
- c) Processamento e incorporação de valor agregado à produção em pequenas unidades agroindustriais comunitárias;
- d) Comercialização dos produtos para reduzir os elos das cadeias de intermediação e obter melhores preços de venda;
- e) Constituição de outros serviços de apoio e suporte à produção agropecuária de seus associados.

Perpassando pelas dificuldades do processo produtivo, os longos e muitas vezes desnecessários elos das cadeias comerciais e agroindustriais (os que

atuam antes da porteira e depois da porteira), se constituem numa importantíssima razão pela qual a renda dos agricultores é muito baixa. A inexistência destes serviços próprios causa muitíssimo mais prejuízo econômico aos agricultores que a falta de políticas, leis, créditos, subsídios, etc. É necessário estabelecer vínculos mais diretos e mais próximos entre produtores organizados e consumidores também organizados, com o objetivo de que ambos se beneficiem e otimizem os recursos gerados pela economia cacauífera, nas escalas local e territorial.

Em suma, os agricultores são o elo mais importante da cadeia agroalimentar, porque: a) são eles os que geram mercado para a indústria e o comércio de insumos e equipamentos que atuam “antes da porteira” e b) são eles os que tornam viável o comércio e a indústria que atuam “depois da porteira”. Por tais motivos, eles deverão organizar-se para exigir que os outros elos estejam a seu serviço e não ao contrário como ocorre atualmente, devido a fragilidade dos agricultores; ou melhor, ainda, que na medida do possível eles mesmos criem e se tornem os proprietários de uma maior parte dos demais elos do negócio agrícola; ou seja, que de forma organizada e progressiva se encarreguem, até onde seja possível, de produzir, transportar e distribuir os insumos; de processar, conservar, armazenar, transportar e comercializar os excedentes. Em outras palavras, que além de produtores eficientes também sejam eficientes (ainda que pequenos) nos segmentos comercial, empresarial e agroindustrial.

6.4.2 Percepção acerca do associativismo rural

Não obstante a falta de coesão associativa comprovada pelo presente estudo, buscou-se também averiguar a percepção dos produtores, enquanto atores locais, a cerca da importância do associativismo voltado para a organização da produção de cacau no Município. Os resultados demonstraram que 65,3% dos produtores (Tabela 32) entendem ser importante e concordam com essa iniciativa, apontando inclusive uma série de razões, evidenciadas na Tabela 33, especialmente no que se refere à conquista de melhores preços para o cacau, apontada por 52% dos produtores do universo amostral.

Tabela 32 – Importância da organização dos produtores para a produção de cacau

POSICIONAMENTO DOS PRODUTORES DE CACAU	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Sim	47	65,3
Não	10	13,9
Total	57	79,2

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

Seguindo esta linha analítica, além da razão retro-mencionada, outros relevantes aspectos foram também citados e endossados por 40% dos produtores envolvidos na pesquisa, tais como o acesso aos órgãos governamentais e a capacitação dos agricultores com a agregação de mais conhecimentos. O associativismo é da mesma forma, na visão desses atores, estratégico e importante para a viabilização do acesso dos produtores rurais ao mercado globalizado, através da comercialização (venda) direta da produção de cacau para as grandes indústrias, superando assim a cadeia de agentes de comercialização, considerada um entrave no processo produtivo.

Tabela 33 – Razões do associativismo segundo a percepção dos Produtores do Município de Uruará

RAZÕES APONTADAS PELOS PRODUTORES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL(%)
Informações mais disponíveis	4	8,0
Melhores preços para o cacau	26	52,0
Acesso a órgãos governamentais, capacitação e conhecimento	10	20,0
Acesso ao mercado globalizado; venda direta para a indústria; superação cadeia de agentes de comercialização	10	20,0
Total	50	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

Tendo sido evidenciado pelos produtores como importante razão para o associativismo, em nível local, a ênfase que se atribui ao recurso humano como o mais importante fator de desenvolvimento e a necessidade de capacitá-lo, se deve à seguinte justificativa: ele é o recurso mais abundante, o que custa menos (tem o menor custo de oportunidade) e o que oferece o maior potencial de crescimento e desenvolvimento. Os outros fatores, além de escassos e caros, têm um limite de crescimento, a partir do qual se tornam inócuos ou até prejudiciais.

Inquestionavelmente, a capacitação é o fator externo que tem o grande mérito de libertar o agricultor da dependência dos outros fatores externos. E nisto reside a sua extraordinária importância estratégica, especialmente quando os fatores externos são reconhecidamente escassos, insuficientes e inacessíveis.

Portanto, é imprescindível a implementação de ações voltadas para a capacitação dos membros das famílias envolvidas no processo produtivo do cacau, no Município de Uruará e no Território da Transamazônica, com os seguintes propósitos:

- a) Liberar o seu imenso potencial latente de desenvolvimento;
- b) Ampliar os seus conhecimentos, habilidades e destrezas com o propósito de que estejam em efetivas condições de introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais, em todos os elos da cadeia agroalimentar;
- c) Torná-los mais capazes para transformar realidades adversas e para protagonizar a solução de seus próprios problemas, com menor dependência de ajuda externa; colocar em marcha as forças e potencialidades produtivas e de desenvolvimento das famílias, propriedades e comunidades rurais;
- d) Elevar a produtividade da mão de obra familiar (homens, mulheres e jovens). Esta é a maneira mais inteligente de contrapor a escassez de recursos, inclusive de mão de obra; a sua produtividade aumentará na medida em que todos os integrantes da família rural tenham os conhecimentos que são necessários para incrementar os rendimentos de todos os demais fatores de produção.

Não obstante os aspectos positivos identificados pelos produtores de cacau envolvidos neste trabalho, deve-se relativizar sobre a importância estratégica da organização dos produtores no contexto e no conjunto das relações que se estabelecem entre o local e o global.

Neste sentido, Berthome e Mercoiret (1999) asseguram que as organizações dos pequenos agricultores são construídas na interface da sociedade global, como um meio para “regular as relações” entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais (famílias, comunidades, cidade) que compõem a sociedade local, e os múltiplos atores de seu meio externo (administração municipal, serviços técnicos, ONGs, agências econômicas privadas, fontes de financiamento, partidos políticos, sindicatos).

Para estes autores, a consequência do papel de interface, que desempenham as organizações dos agricultores, é a de agirem sobre seu próprio

desenvolvimento para torná-lo mais favorável aos interesses e às iniciativas da sociedade local (ou, ao menos, para uma parte de seus membros), alcançando, dessa forma, influências externas que orientam algumas de suas escolhas (prioridades de ação, funcionamento interno da agricultura, etc.).

Criadas para melhorar a articulação das sociedades locais com o meio externo, as organizações dos agricultores devem adquirir credibilidade com os múltiplos atores que constituem esse meio e que, em geral, encontram-se em posição dominante. Para tanto, e enquanto a relação de forças não lhes for favorável, as organizações precisam adaptar-se às demandas do meio externo (justificativa de sua legitimidade e de sua representatividade, definição de objetivos e de formas de ação aceitáveis para a sociedade global, adoção de conhecimentos, etc.). Dessa forma, a conquista da credibilidade externa permite que a organização tenha acesso a determinados recursos (materiais, financeiros, informativos) que irão reforçar sua capacidade de ação e, também, sua credibilidade interna.

Com efeito, a organização dos agricultores é amplamente determinada (em seus objetivos, funcionamento interno e programa de ação) pela sociedade local e por seu meio externo. Não é, porém, um simples produto das interações entre essas duas entidades. Enquanto organização específica, possui dinâmica própria: por meio de sua ação, pode contribuir para aumentar o potencial da sociedade local (ecológico, econômico e social); ampliar sua margem de liberdade e de escolha; aumentar sua capacidade de construir objetivos próprios e de produzir os instrumentos de que necessita para alcançá-los.

Adicionalmente, de acordo com Crozier e Friedberg (1992 apud BERTHOME; MERCOIRET, op. cit.), esse tipo de organização pode facilitar “a aprendizagem, isto é, a descoberta, a criação ou a aquisição, pelos próprios atores envolvidos no processo, de novos modelos de reflexão e de novas capacidades coletivas”, o que se enquadra, sem sombra de dúvidas, na realidade concreta da região alvo deste estudo, especialmente no que tange ao aproveitamento das potencialidades e oportunidades da economia cacaueteira, enquanto alternativa centrada nos princípios de sustentabilidade econômica e espacial, com foco no desenvolvimento local e territorial.

6.5 O Mercado e a Comercialização de Cacau

6.5.1 O processo de comercialização do cacau

O processo de comercialização estabelecido no Município de Uruará segue a dinâmica de mercado dos produtos agrícolas desenvolvida no âmbito do Território da Transamazônica, onde há muitos fornecedores (os produtores de cacau) e poucos compradores (os agentes de comercialização), ou seja, trata-se de um oligopólio enraizado há anos nesta região.

Os agentes de comercialização, estabelecidos na escala local - atuando também em todo o Território da Transamazônica -, compram a produção de 86,7% dos produtores de cacau do Município, podendo-se observar ainda que apenas 8,8% transacionam diretamente com grandes indústrias processadoras e/ou exportadoras integradas nos mercados, nacional e internacional.

A comercialização da produção no Município é realizada através de três modalidades distintas, a saber: venda do produto na folha (antes da colheita), venda mediante pagamento no ato da entrega do produto (predominantemente durante a colheita) e entrega do produto para efetuar a venda posteriormente (depois da colheita). Predomina, na escala local, a comercialização durante a colheita do cacau, que ocorre no período de abril a setembro, concentrando-se nos meses de junho e julho (pico de safra), em que 61,1% dos produtores negociam o produto nesta etapa do ciclo produtivo da cultura.

No que tange à valoração do produto final, 58,3% dos produtores afirmaram que os critérios estabelecidos para a fixação do preço do cacau são definidos pelos compradores. Estes critérios, segundo dados das entrevistas realizadas com estes agentes, são norteados pelos instrumentos e mecanismos de formação de preços de produtos agrícolas (commodities) no mercado internacional, a exemplo do cacau, sob comando das bolsas de Nova York e de Londres. Em outras palavras, a formação do preço do cacau em Uruará sofre influência do mercado externo.

Dentro deste contexto, deve-se dar evidência a um dos entraves enfrentados pelos produtores de cacau: o acesso às informações relativas ao comportamento dos mercados regional, nacional e internacional que, decerto, regem

os mecanismos e a dinâmica de formação dos preços pagos pelo cacau, tanto no território como no Município de Uruará. Neste caso, os dados retratam que 31,9% dos produtores não têm acesso às referidas informações, e, embora 66,7% desses produtores tenham afirmado que recebem informações pertinentes ao mercado agrícola, estas estão inseridas em um sistema precário de comunicação existente nesta região.

Dessa forma, em virtude do sistema de comercialização (oligopólio) estabelecido nas escalas territorial e local, foram criadas, historicamente, fortes relações de dependência dos produtores de cacau junto aos agentes de comercialização, que podem ser caracterizadas como estruturais, comerciais e financeiras, demonstrando claramente o vínculo entre as partes, que perpassa o caráter meramente comercial (apontado por 52,8% dos produtores), adentrando em relações financeiras mais aprofundadas, que, decerto, comprometem a estabilidade e a sustentabilidade econômica desses produtores no curto, médio e longo prazos, haja vista que 36,1% deles desenvolvem especificamente este tipo de negócio.

6.5.2 A cadeia de comercialização

Na cadeia de comercialização do cacau, no Território da Transamazônica (Figura 09), estão inseridos vários setores e/ou segmentos representados pelos produtores de cacau, varejistas, atacadistas e as indústrias de beneficiamento e transformação do produto, em âmbito nacional. Os resultados deste estudo demonstram que há uma forte intermediação de agentes na região, que atuam em diversos níveis hierárquicos, às vezes de forma integrada, mas sempre em interconexão com as grandes empresas processadoras de cacau, instaladas principalmente nos estados da Bahia e São Paulo, principalmente a BARRY CALEBOULT e a CARGILL, que são as indústrias compradoras de cacau da região, ocupando a posição de primeiro e segundo lugar em volumes de produção transacionados, respectivamente.

Esta realidade, observada no campo, confirma fatos relevantes pertinentes à problemática levantada por este estudo, notadamente quanto ao estrito interesse de grandes empresas multinacionais - inseridas no sistema econômico global e integradas no mercado internacional do cacau - no uso corporativo do Território da Transamazônica. Essa estratégia prende-se ao fato de se tratar de um

dos mais importantes pólos de produção de cacau do mundo, especializado na produção dessa *commodity*, sendo dessa maneira classificado como uma região funcional para a ofensiva corporativa, de forte atratividade (histórica) para o capital (privado) financeiro e agroindustrial.

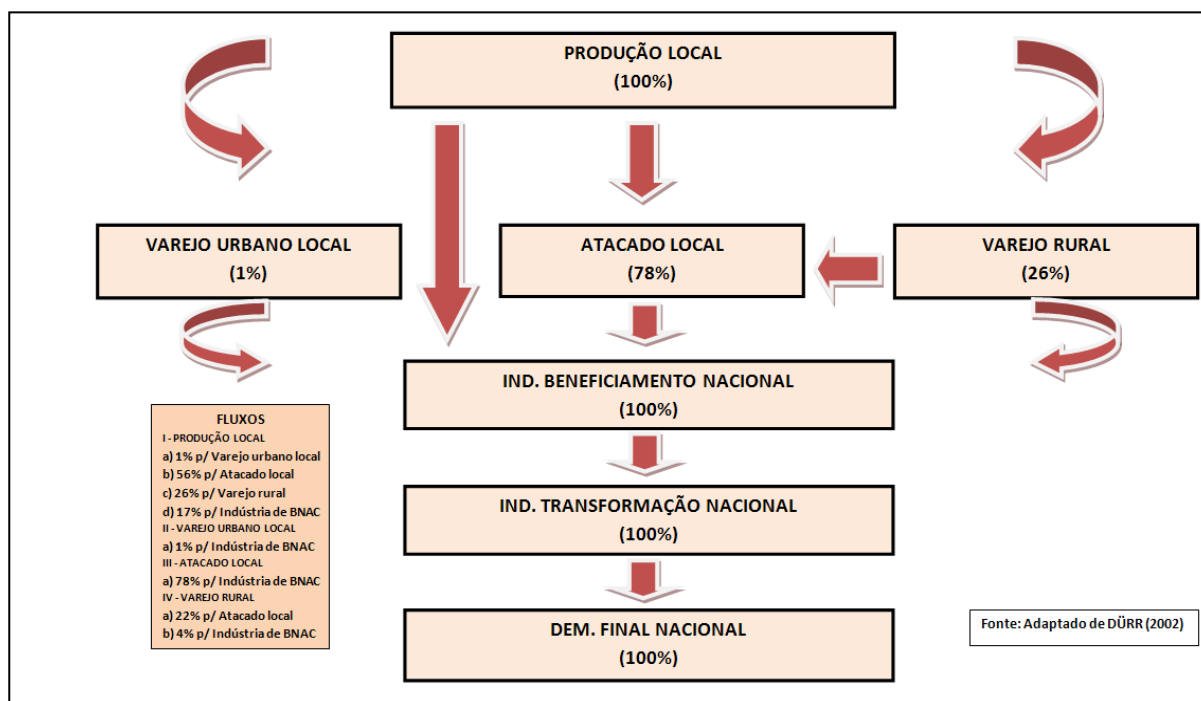


Figura 09 - Circuito de comercialização do cacau no Território da Transamazônica
Fonte: Adaptado de Dürr (2002)

6.5.3 Os principais “gargalos” e constrangimentos dessa realidade para os Produtores

A partir desta realidade observada no Município de Uruará, a pesquisa permitiu identificar os principais problemas e gargalos encontrados no sistema de comercialização do cacau. Dessa forma, pode-se observar, dentre os constrangimentos detectados, que 49,9% dos produtores afirmam ser a desorganização do processo produtivo o principal entrave, que vem dificultando o acesso ao mercado de produtos agrícolas, impedindo assim o estabelecimento de quaisquer relações comerciais diretas com as grandes indústrias processadoras e exportadoras de cacau, assim como a conquista de novos nichos (promissores) de mercado, a exemplo do “mercado de cacau orgânico”.

Por outro lado, em segundo plano não menos importante, 27,4% dos produtores ressaltam que o “cartel” estabelecido pelos agentes de comercialização

também representa um obstáculo à classe produtora, na medida em que se configura na principal causa da relação de dependência dos cacauicultores junto aos compradores, à qual nos referimos anteriormente, o que tem comprometido o desempenho financeiro dos agricultores, além de contribuir sobremaneira para aumentar o grau de inadimplência rural na municipalidade.

Adicionalmente, 13% dos produtores envolvidos no estudo apontam a falta de apoio do governo como sendo o terceiro grande constrangimento comercial. Neste aspecto, destacou-se, fundamentalmente, a falta de incentivo através da concessão de crédito/financiamento (bancário) adequado à realidade dos produtores de cacau e a deficiente infra-estrutura referente à malha viária (estradas) e ao transporte, vitais no processo de escoamento e mobilidade da produção, notadamente das estradas vicinais (travessões) perpendiculares ao eixo central (faixa) da Rodovia Transamazônica, onde se concentra o maior volume da produção de cacau do Município de Uruará.

Assim, a análise dos resultados do estudo, relativo ao contexto que envolve as questões pertinentes à estrutura de mercado e comercialização do cacau no Município de Uruará, possibilitou o mapeamento de alternativas capazes de melhorar e tornar mais eficiente esse sistema, em nível territorial e na escala local.

Para uma melhor visualização, as alternativas mencionadas estão sistematizadas e evidenciadas na Figura 10, abaixo, permitindo-nos inferir que as proposições dos agricultores guardam estreita relação com os aspectos essenciais da problemática levantada por este estudo, quais sejam: a organização do processo produtivo, a estrutura de mercado e comercialização e as políticas públicas de apoio à economia cacauífera. Tais proposições, nesta seqüência, foram apresentadas por 56,2%, 20,3% e 14,1% dos produtores de cacau envolvidos neste estudo, respectivamente.

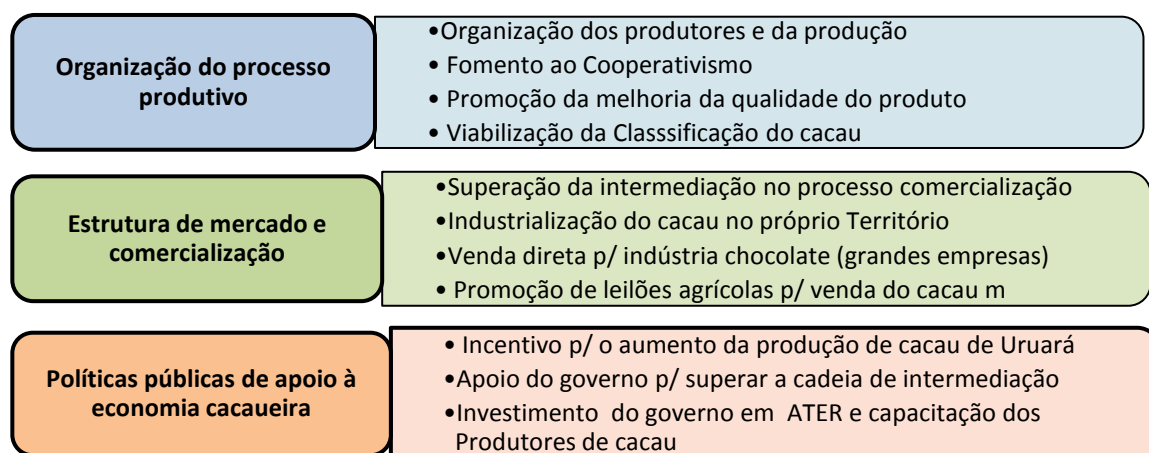


Figura 10 – Alternativas apontadas pelos produtores visando à melhoria do sistema de comercialização de cacau em Uruará

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2010)

6.6 A industrialização do Cacau no Território e no Município de Uruará

6.6.1 As possibilidades concretas e a viabilidade econômica

A agroindustrialização do cacau tem sido um tema bastante discutido nos últimos anos na região amazônica, especialmente no Território da Transamazônica, maior zona produtora de cacau do Estado do Pará. Este estudo também procurou verificar o posicionamento dos produtores do Município de Uruará, inserido no referido Território, a fim de se obter a percepção desses atores acerca da viabilidade desta importante alternativa, assim como dos seus benefícios diretos e indiretos para a classe produtora e para o município, tendo-se como antevisão o processo de geração de emprego e renda, enquanto elementos importantes no contexto da sustentabilidade econômica no longo prazo.

Por este prisma, os resultados da pesquisa indicaram que 84,7% dos produtores (Tabela 34) asseguram ser viável a industrialização do cacau, tanto na escala territorial como na escala local. Este posicionamento dos produtores, decerto, está alicerçado na sua visão prospectiva, a partir das perspectivas que vislumbram do futuro da economia cacauceira para a região, especialmente no que diz respeito a sua abrangência, às suas potencialidades e oportunidades de estabelecimento de novos negócios, em bases sustentáveis.

Tabela 34 – Viabilidade da agroindustrialização do cacau segundo a percepção dos produtores de Uruará

POSICIONAMENTO DOS PRODUTORES DE CACAU	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Sim	61	84,7
Não	5	6,9
Indiferente	2	2,8
Total	68	94,4

Fonte: Pesquisa de Campo (2010)

6.6.2 As vantagens potenciais da agroindustrialização do cacau

A percepção dos agricultores acerca das vantagens potenciais e dos benefícios diretos e indiretos da agroindustrialização do cacau, para a classe produtora, apontaram os seguintes fatores positivos decorrentes da implementação dessa estratégia, em nível territorial e local:

- Aumento da receita do produtor
- Geração de empregos nas unidades de produção
- Aumento da produção de cacau
- Agregação de valor ao produto
- Estabilidade no longo prazo

Por outro lado, a abordagem qualitativa possibilitou averiguar, de forma complementar, o posicionamento dos Gestores de Organizações Governamentais acerca dos possíveis benefícios da industrialização do cacau, na escala local, tendo sido apontados os aspectos abaixo delineados:

- Aumento da arrecadação municipal
- Geração de mais empregos no Município
- Melhoria das condições de vida no meio rural
- Aquecimento da economia municipal

6.7 A importância e o futuro da economia cacaueira no Município de Uruará, segundo a visão prospectiva dos atores sociais, face às perspectivas de Desenvolvimento Local

Visando alcançar o objetivo geral do presente estudo, procurou-se captar e entender a Importância da Cultura do Cacau para o Desenvolvimento Local no Território da Transamazônica, a partir da percepção dos produtores de cacau, os

quais, para efeito deste estudo, são considerados os principais atores sociais do processo produtivo dessa atividade no âmbito microrregional.

Os resultados indicam que 98,6% dos produtores afirmam que a cultura do cacau tem papel relevante no contexto agrícola territorial, com forte representatividade no conjunto da receita bruta anual das unidades de produção, constituindo-se assim na atividade agroeconômica com o maior grau de importância para o Desenvolvimento Local, comparativamente às demais atividades agropecuárias que compõem os sistemas de produção da região.

As razões evidenciadas pelos produtores são as mais diversas (Figura 11), com destaque à geração de renda e de empregos, que juntas perfazem 74,3% das opiniões dos entrevistados, aliadas a uma percepção de maior amplitude quando associam a cultura do cacau diretamente à perspectiva de desenvolvimento local (11,5%). Foi também indicada como alternativa viável no conjunto dos sistemas de produção agrícola do Município de Uruará, assim como para os ecossistemas locais, em função de suas características e vantagens comparativas do ponto de vista agroeconômico, ecológico e ambiental, que somatizam 14,2% dos agricultores envolvidos neste estudo.

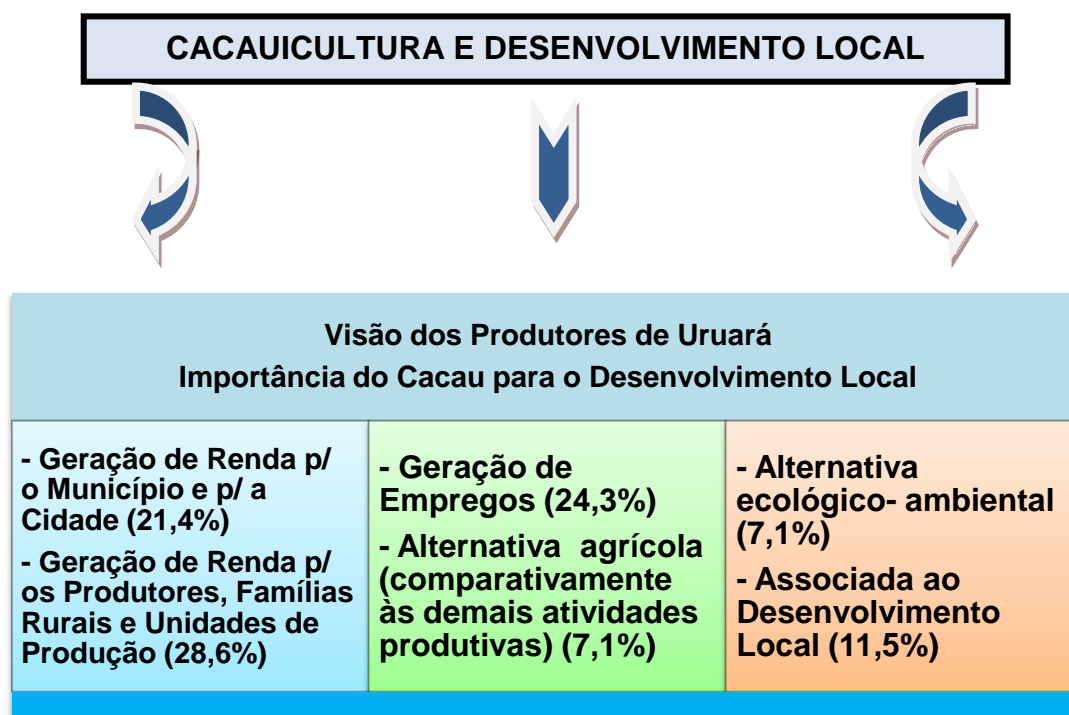


Figura 11 – Visão dos produtores de Uruará acerca da importância do cacau para o Desenvolvimento Local. Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2010)

Este quadro de importância se integra na visão prospectiva apresentada pelos produtores de cacau, acerca do futuro da economia cacauceira no contexto territorial e local. Dessa forma, foram apontados aspectos (Figura 12) fundamentais para o entendimento, compreensão e interpretação dos fatos da realidade concreta pertinente ao Município de Uruará, valendo destacar, sobretudo, que 22,5% dos produtores envolvidos neste estudo indicam uma tendência de crescimento do setor cacauceiro, caso haja maior apoio dos órgãos competentes do governo através de políticas públicas de fomento a este segmento produtivo na região.

Adicionalmente, a tendência de crescimento - associada ao aumento da produção e à expansão do plantio de novas lavouras - é apontada por 13,8% e 17,2% dos produtores, respectivamente. É importante ressaltar que 39,6% dos produtores asseguram que o futuro da economia cacauceira está relacionado à sustentabilidade proporcionada por esta atividade produtiva, notadamente do ponto de vista econômico, devendo-se salientar os impactos e efeitos dela decorrentes, materializados nas suas interfaces com as dimensões social, cultural e espacial, tanto na escala do território como na escala da localidade.

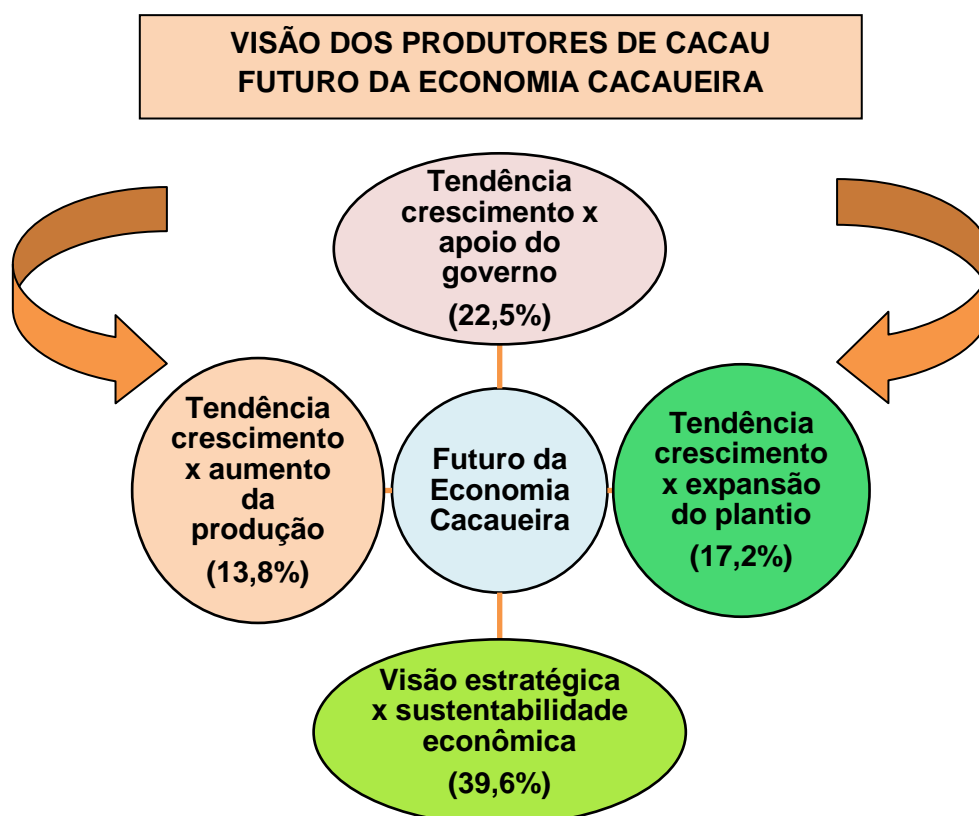


Figura 12 – Visão dos produtores acerca do futuro da economia cacauceira no Município de Uruará. Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2010).

A visão dos produtores acerca da sustentabilidade da economia cacaujeira está assentada nas razões por eles apontadas (Figura 13), de caráter sistêmico, na medida em que guardam estreita relação com os fatos observados na realidade agrária local. Com efeito, pode-se inferir que os aspectos indicados por estes atores sociais se configuram, fundamentalmente, em estratégias explicativas da fixação e consolidação da economia cacaujeira no território estudado.

Não obstante a existência de conflitos na região estudada - em virtude das lógicas diferenciadas dos atores sociais envolvidos na cadeia produtiva do cacau, especialmente no que tange às formas de apropriação dos recursos do território -, há de se enfatizar a relevância do cacaujeiro e o papel deste cultivo no contexto das táticas e estratégias adotadas pelos produtores, que, decerto, comprovam a racionalidade desses atores, visualizada sob vários ângulos analíticos, que se integram e consolidam os objetivos delineados no bojo do planejamento anual das atividades produtivas dos estabelecimentos agrícolas.

Assim sendo, a sustentabilidade econômica da cultura do cacau - segundo a percepção dos atores sociais locais - vista sob o prisma da racionalidade e do planejamento dos produtores, é explicada e compreendida pela sua estreita relação com a reprodução sócio-econômica das famílias rurais, por ser estratégica nos investimentos no âmbito dos estabelecimentos agrícolas, por garantir o desenvolvimento do capital humano-familiar e pelos seus impactos que perpassam os limites das unidades de produção, impactando e influenciando sobremodo a economia municipal.



Figura 13 – Visão estratégica dos produtores quanto à sustentabilidade da economia cacaujeira no Município de Uruará. Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2010)

O emprego da abordagem qualitativa neste estudo permitiu a obtenção de uma visão mais integrada dos atores sociais, acerca da importância da Cultura do Cacau para o Desenvolvimento Local. A Figura 14, a seguir, evidencia as interfaces existentes a partir das percepções desses atores, devendo-se realçar que os aspectos mencionados enquadram-se nas dimensões econômica, social e ambiental pertinentes à economia cacauceira, na escala local.

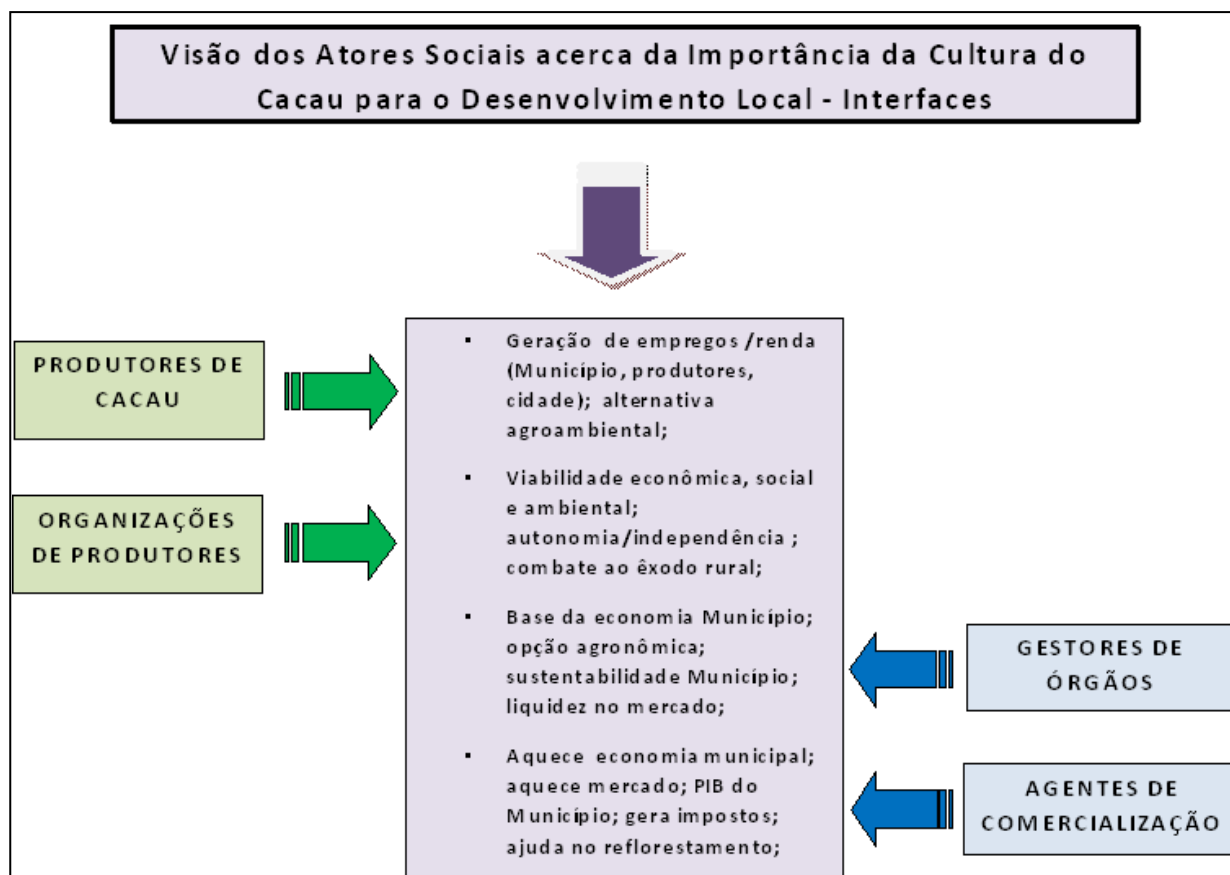


Figura 14 – Visão integrada dos atores sociais do Município de Uruará acerca da importância da cultura do cacau para o Desenvolvimento Local. Fonte: Elaboração do autor, a partir dos dados da pesquisa de campo (2010)

6.8 As Políticas Públicas e as Alternativas de Sustentabilidade Econômico-espacial ante o desafio de otimização dos efeitos da Economia Cacauceira no Território da Transamazônica

Pragmaticamente, o Desenvolvimento Local de Territórios Rurais - no contexto da abordagem considerada neste estudo -, depende fundamentalmente, dentre outros fatores, de um firme propósito de instituições governamentais pautado em atividades integrantes de políticas públicas específicas, especialmente da definição e implementação de políticas agrícolas, que sejam capazes de promover

não somente o propalado desenvolvimento em bases sustentáveis, mas viabilizando, sobretudo, alternativas de programas e projetos capazes de potencializar os efeitos positivos da economia cacauera, fazendo valer, sobremaneira, a apropriação e otimização dos recursos e da renda gerada por essa atividade nas escalas territorial e local.

Nesta linha analítica, procurou-se com este trabalho obter o posicionamento dos produtores de cacau acerca da atuação do poder público, no que diz respeito a programas e projetos concretos voltados para o incentivo e fomento à cultura do cacau, no Território da Transamazônica, mas especificamente no Município de Uruará.

Dessa forma, de acordo com os resultados alcançados pelo estudo, procurou-se delinear e compreender o posicionamento desses produtores, cuja concentração recaiu na potencialização e no fortalecimento do processo produtivo do cacau - com foco na expansão espacial da cultura e na necessidade de apoio estratégico ao cultivo -, através de instrumentos vinculados às políticas agrícolas oficiais, os quais, nesta concepção, devem ser integrados a outros elementos essenciais pertinentes à política agrária e ambiental.

Neste sentido, a pesquisa de campo levada a cabo no Município de Uruará, demonstrou que há uma grande lacuna decorrente da falta de uma atuação mais efetiva e pragmática do poder público no contexto da agricultura de cacau, em nível local. Isto é perceptível na medida em que 84,3% dos produtores entrevistados asseguram que falta mais incentivo do governo e de suas instituições públicas, voltado fundamentalmente para o incentivo, fomento e apoio estrutural à economia cacauera e que visem, sobretudo, a otimização de seus efeitos (positivos) na escala do território e no âmbito da municipalidade.

Nesta perspectiva, indicativos são apontados pelos produtores enquanto elementos norteadores de um processo de reformulação de políticas públicas, que levem em consideração essencialmente as especificidades sócio-produtivas, agroeconômicas, ecológico-ambientais e histórico-culturais do Município de Uruará e

do Território da Transamazônica⁷⁶, ante a necessidade premente do uso e de um melhor aproveitamento dos recursos naturais da região, especialmente das unidades de produção de cacau, tendo-se como princípio básico a “antevisão” de que “os resultados e benefícios econômicos proporcionados pela economia cacauzeira precisam ser otimizados e apropriados nos territórios rurais desta microrregião”.

No caso específico da Transamazônica - por se tratar de um território onde já se encontra em desenvolvimento uma agricultura complexa, com grande número de atividades e produtos -, as políticas públicas do Estado devem facilitar a inserção de seus produtos no mercado. Aqui será de fundamental importância atuar no sentido de promover uma industrialização flexível (COSTA, 1997)⁷⁷ e descentralizada (um modelo de micro ou mini-agroindústria polivalente, contrariando o modelo dominante nos CAI), visando também criar e ampliar os mercados nacional e internacional de produtos regionais, a exemplo do cacau.

Neste sentido, de acordo com Santana (1997),

“as possibilidades de um mercado global para a Amazônia juntamente com uma política interna que estruture o sistema de comercialização tende a resultar em estabilidade de preços dos produtos e reduzir os riscos atuais das atividades, além de possibilitar o investimento em tecnologia e pesquisa agrícola, abrindo espaço para o desenvolvimento econômico da Amazônia com base na agricultura (...)”.

Assim, alternativas como à concessão de crédito rural através de financiamentos agrícolas apropriados à realidade dos produtores de cacau, a capacitação permanente de recursos humanos do meio rural, a realização de pesquisas voltadas para a efficientização da gestão econômico-produtiva dos estabelecimentos agrícolas, a verticalização da produção e a necessidade de um serviço de assistência técnica mais efetivo e de melhor qualidade, são de grande relevância para o alcance da sustentabilidade econômica e espacial da cultura do cacau no Território da Transamazônica.

⁷⁶ A lavoura cacauzeira em sistema agroflorestal torna-se estratégica segundo a ótica das políticas públicas federais para ocupação dos espaços amazônicos, e se consolida no Território da Transamazônica a partir da opção dos próprios agricultores pelo cacau como atividade agroflorestal perfeitamente adequada às peculiaridades da região (BRANDÃO, 2008).

⁷⁷ Segundo este autor, o núcleo de uma inovadora atuação do Estado Nacional na Amazônia, dentre outros, deve localizar, compreender, melhorar e difundir os sistemas integrados agrônômicos, de industrialização e de comercialização que, experimentados na prática, vêm apresentando capacidade de sustentação.

7 CONCLUSÃO

Este estudo, desenvolvido numa importante região de fronteira agrícola da região amazônica, teve como objeto de investigação a cultura do cacau olhada sob o prisma da sustentabilidade econômica e espacial, nas escalas local e territorial. Assim, visando compreender a realidade da área estudada - a partir da visão crítica e da percepção dos atores envolvidos no processo produtivo -, adotou-se uma metodologia norteadas pelas abordagens quantitativa e qualitativa, de forma complementar, que possibilitaram a obtenção de dados mais consistentes e possíveis de serem cruzados. Dessa forma, foi possível analisar a importância dessa atividade produtiva para o Desenvolvimento Local no Território da Transamazônica, a partir da realidade concreta do Município de Uruará, dadas as suas características e relevância no conjunto da economia cacauzeira do Estado do Pará.

Neste sentido, os resultados da pesquisa demonstraram com clareza que o cacau é a principal cultura permanente dos sistemas de produção locais, manejados e conduzidos pelos produtores rurais da região, sendo também considerada a principal atividade produtiva dos estabelecimentos agrícolas, de acordo com o grau de representatividade econômica apontada pelos atores envolvidos neste estudo, o que, decerto, confirma a estreita relação desse desempenho com a evolução histórica e econômica do circuito espacial produtivo dessa commodity, em nível territorial, impulsionada por programas governamentais a partir da segunda metade da década de setenta.

A despeito das ações governamentais levadas a cabo nesta região - numa primeira investida através de programas geopolíticos estratégicos e, num segundo momento, mediante a execução de projetos e ações de fomento agrícola - os resultados deste estudo evidenciaram que os efeitos positivos da economia cacauzeira não são otimizados na escala territorial, notadamente pelos produtores rurais, que se constituem nos principais atores envolvidos no processo produtivo, em nível local. Ao contrário, a investigação demonstra que há uma apropriação extraterritorial dos recursos e da renda gerada, em virtude da ação corporativa de grandes empresas integradas à cadeia produtiva do cacau, ainda não consolidada nesta região, em função dos gargalos e dificuldades de conexão entre os seus elos.

Não obstante as dificuldades inerentes à cadeia produtiva, materializadas pelos entraves produtivos e comerciais identificados e ressaltados neste estudo, observou-se que há uma nítida convergência dos posicionamentos e da visão dos atores locais, acerca da Importância da Cultura do Cacau para o Desenvolvimento Local no Território da Transamazônica. Por este ângulo, as principais razões apontadas por esses atores, do ponto de vista microeconômico, indicam que as características produtivas e vantagens comparativas do cultivo do cacau podem contribuir sobremaneira para a reprodução sócio-econômica e estabilidade das famílias envolvidas no processo produtivo dessa cultura, no médio e longo prazo.

A viabilidade econômica, social e ambiental da cultura do cacau - apontada dentre as razões que justificam a sua importância para o desenvolvimento agrícola no contexto territorial -, agrega os demais aspectos destacados como essenciais pelos atores sociais envolvidos neste estudo, demonstrando fundamentalmente que as potencialidades da economia cacauera, de um lado, se materializam e se consolidam na sua capacidade de geração de emprego e renda nas unidades de produção e no âmbito da municipalidade, assim como na liquidez financeira proporcionada pelos seus resultados econômicos, que podem, segundo os produtores, lhes garantir mais autonomia e independência do ponto de vista da gestão dos recursos gerados, em bases sustentáveis.

Por outro lado, a percepção desses atores permite concluir também que o incremento da arrecadação tributária através da geração de impostos, o aquecimento da economia municipal e a significativa contribuição da cultura do cacau na composição do PIB local, são características que garantem a esta atividade posição de destaque na base econômico-produtiva de Uruará, comparativamente às demais alternativas agrícolas componentes dos sistemas de produção locais, contribuindo fortemente para a sustentabilidade econômica desta zona produtora de cacau, no Território da Transamazônica.

Assim, os efeitos positivos - decorrentes das características produtivas e das vantagens comparativas acima mencionadas -, guardam estreita relação com a estabilidade econômico-financeira dos produtores proporcionada pelo cultivo do cacau, destacada na percepção dos atores locais. Esta visão está associada à abordagem conceitual sobre sustentabilidade adotada para efeito deste estudo, cujo

marco teórico está alicerçado nas relações entre a sociedade e a base material de sua reprodução, *sendo visível, portanto, uma disputa entre diferentes modos de apropriação, uso e aproveitamento de recursos naturais, na escala territorial. Por este prisma, a sustentabilidade está intrinsecamente relacionada às formas sociais de apropriação e uso desses recursos e deste ambiente*, cujos impactos, a despeito dos elementos favoráveis evidenciados anteriormente, geram também constrangimentos produtivos e comerciais que afetam diretamente a competitividade sistêmica dos atores envolvidos, especialmente os produtores de cacau do Município.

Dentro deste contexto, este estudo identificou - a partir da percepção dos produtores rurais e de suas respectivas organizações - que a desorganização do processo produtivo (com efeitos negativos sobre a formação dos preços e a qualidade do produto), o cartel oligopolista estabelecido pelos agentes de comercialização (caracterizado por uma estrutura verticalizada de mercado e impulsionadora de um processo de dependência crônica dos produtores) e a falta de apoio do governo (notadamente quanto à definição e implementação de políticas públicas voltadas essencialmente para o fortalecimento da economia cacauzeira), constituem-se nos principais constrangimentos produtivos e comerciais pertinentes à cadeia produtiva do cacau, nas escalas territorial e local.

Portanto, a partir da compreensão desses entraves, gargalos e constrangimentos pertinentes à dinâmica da economia cacauzeira, foi possível a identificação de possíveis estratégias de fortalecimento da competitividade sistêmica dos atores envolvidos na estrutura e na cadeia produtiva do cacau, dentro de uma visão prospectiva voltada para alternativas centradas na sustentabilidade econômico-espacial dessa atividade produtiva, em nível territorial e local.

Vale destacar, a importância dada pelos atores envolvidos no processo produtivo à industrialização do cacau no próprio Território da Transamazônica, notadamente enquanto alternativa (estratégica), viável, capaz de proporcionar uma série de benefícios, tanto para os produtores como para o Município de Uruará. No caso específico dos produtores, os benefícios potenciais estão relacionados ao aumento da receita das famílias, à geração de empregos nas unidades de produção, ao aumento da produção de cacau, à agregação de valor ao produto e à estabilidade

no longo prazo. Quanto ao Município, os efeitos positivos estão relacionados ao incremento da arrecadação municipal, ao aumento da taxa de empregos, ao aquecimento da economia municipal e à melhoria das condições de vida no meio rural.

Os resultados alcançados por este estudo retratam, sobretudo, que a compreensão manifestada pelos produtores rurais, acerca da sustentabilidade da cultura do cacau, está alicerçada nos aspectos multidimensionais do desenvolvimento sustentável, norteadores de uma visão futurística desses atores sociais no que diz respeito à dinâmica da economia cacauceira no contexto territorial.

Para esses produtores a cultura do cacau - caracterizada neste estudo como a principal atividade produtiva dos estabelecimentos agrícolas -, constitui-se estrategicamente no “seguro de vida da propriedade”, na medida em que contribui significativamente para a “segurança alimentar das famílias” envolvidas no seu processo produtivo, influenciando ainda positivamente na “formação” e na “garantia do futuro dos filhos”.

É ainda mais perceptível e sistêmica a visão dos produtores quando afirmam que o cacau será o “carro-chefe da economia local e sustentará a região”, em virtude de se tratar de uma atividade agrícola já consolidada no Território da Transamazônica, dado o bom investimento que representa, possibilitando assim uma melhor distribuição da renda gerada em nível local. Assim, o tripé fundamental do desenvolvimento sustentável se materializa quando os produtores afirmam que “a economia cacauceira é a esperança do futuro, proporcionará a melhoria das condições de vida dos produtores rurais da região e promoverá o desenvolvimento local”.

Esta percepção pragmática dos atores locais, acerca da realidade que circunscreve a cultura do cacau no Município de Uruará, demonstra a imprescindibilidade de definição e implementação de políticas públicas que sejam capazes de otimizar os efeitos da economia cacauceira, dominada por pequenos produtores rurais, no Território da Transamazônica, mediante a adoção de estratégias que possam efetivamente contribuir para a sua consolidação, tanto na escala territorial como na escala local.

De forma objetiva, portanto, tomando-se por base os resultados alcançados por este estudo, pode-se afirmar que a realidade concreta do Município de Uruará é representativa do Território da Transamazônica, em virtude do contexto sócio-político e histórico-econômico que envolve este relevante Pólo Agropecuário do Estado do Pará, cujos sistemas de produção observados nesta região comprovam que os produtores cultivam o cacau como estratégia importante para a sua sustentabilidade econômica, influenciando sobremaneira a dinâmica e o desempenho da economia agrícola em nível territorial.

Dessa forma, a compreensão da realidade complexa do meio rural amazônico - notadamente da Transamazônica como importante zona produtora de cacau do Estado do Pará - não se resume na realização de estudos específicos e pontuais, nem tampouco a análises determinísticas. É necessário, todavia, que as abordagens e os enfoques de pesquisas sejam balizados por uma visão mais integradora dos elementos e fatores que compõem a realidade local e territorial, sobretudo quando os estudos estão centrados na sustentabilidade econômica e espacial pertinente ao uso e aproveitamento dos recursos naturais, voltados essencialmente para o desenvolvimento local (endógeno).

Há de se relativizar também, nesta abordagem, a distância existente entre teoria e prática, especialmente quando se discute questões relativas ao desenvolvimento local, levando-se em consideração os aspectos multidimensionais da sustentabilidade. E, neste caso em particular, as estatísticas e os indicadores demonstram claramente a forte polarização social e ambiental existente em nível inter e intra-regional, decorrente da falta de pragmatismo e do deficiente planejamento, que, a priori, “desconsidera” elementos essenciais pertinentes à realidade concreta.

Com efeito, este estudo demonstrou que há um grande desafio a ser enfrentado pelos atores sociais locais (notadamente os produtores de cacau), governo, sociedade civil e organizações não governamentais - na implementação de processos capazes de promover o desenvolvimento local endógeno(enquanto alternativa de transformação da realidade) -, que perpassa a visão meramente produtivista, focalista e economicista que tem se dado aos aspectos e fatores pertinentes aos sistemas agrícolas da região amazônica.

A agricultura do cacau, nesta perspectiva - a despeito de suas potencialidades e características agronômicas, agroindustriais, sócio-econômicas e ecológico-ambientais apontadas neste estudo -, por si só, não será capaz de eliminar os constrangimentos produtivos e comerciais que hoje afetam os produtores rurais do Território da Transamazônica e do Município de Uruará. Da mesma forma, o manejo integrado de atividades produtivas, a diversificação da produção e da economia nos estabelecimentos agrícolas, assim como a conservação da biodiversidade dos ecossistemas locais, não garantirá a sustentabilidade econômica e espacial das zonas produtoras de cacau do Estado do Pará, no longo prazo, caso não seja levado a cabo uma cooperação e/ou mutirão interinstitucional que seja capaz de estabelecer novos instrumentos e mecanismos de governança voltados para o desenvolvimento rural, dentro de uma concepção de territorialidade.

Neste sentido, fortalecer a interação e a cooperação entre os órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal é de fundamental importância para a promoção de avanços substanciais rumo ao desenvolvimento local. Decerto, esta estratégia - de caráter interinstitucional e multilateral - contribuirá sobremaneira para definição e implementação de políticas públicas, programas e projetos, cujas características devem ser balizadas pela horizontalidade, seletividade e territorialidade, essencialmente voltadas para a consolidação da economia cacauceira no Território da Transamazônica.

É necessário, no entanto, que se leve em consideração o histórico das transformações produtivas ocorridas no Estado do Pará, decorrentes do processo de modernização da agricultura, assim como o cenário dinâmico de mudanças nos contextos político, social, cultural e econômico, o qual tem desestabilizado o aparato institucional e os instrumentos norteadores de políticas de promoção do desenvolvimento, especialmente nos países periféricos da América Latina como o Brasil, com forte replicabilidade nos seus territórios rurais, em especial os da Amazônia Oriental.

Assim, é imperativo a reorganização dos instrumentos e a revisão do papel do governo, das instituições e da sociedade organizada, no sentido de se construir uma nova forma de atuação, em novos moldes, enfatizando-se a convergência de objetivos nacionais e regionais, a sustentabilidade do processo de

desenvolvimento, a parceria e a contínua busca de níveis mais elevados de eficiência e produtividade no uso dos escassos recursos disponíveis.

Adicionalmente, a efetivação e a materialização de ações públicas(integradas e sustentáveis) somente ocorrerão se for desencadeado, incondicionalmente, um processo dinâmico e permanente de articulação e mobilização dos atores sociais locais, a partir da sua matriz cultural e do reconhecimento das potencialidades, das vantagens comparativas e da diversidade socioambiental do território, com vistas à sustentabilidade da economia cacauceira.

Com esta perspectiva, portanto, é imprescindível - enquanto objetivo específico deste estudo - o delineamento de algumas estratégias e proposições centradas em princípios de sustentabilidade econômico-espacial da cultura do cacau no Território da Transamazônica, que sejam capazes de fortalecer a competitividade sistêmica dos atores envolvidos na cadeia produtiva, assim como contribuir efetivamente para a consolidação econômica dessa atividade, na escala local.

Dessa forma, as proposições constantes na Tabela 34, abaixo, se configuram em alternativas voltadas para a otimização dos benefícios proporcionados pela economia cacauceira, em nível territorial e local, e que guardam relação com estratégias capazes de maximizar a apropriação territorial de recursos decorrentes do uso e aproveitamento dos recursos naturais - inerentes aos sistemas de produção de cacau na Transamazônica e no Município de Uruará -, face aos desafios e perspectivas do desenvolvimento local.

Tabela 35 - Proposições voltadas para a sustentabilidade econômica e espacial da cultura do cacau, no Território da Transamazônica

EIXOS DE REFERÊNCIA	PROPOSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL	COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
Planejamento do desenvolvimento agroambiental e municipal	Realização de investimentos em políticas de desenvolvimento local, que incorpore a estratégia do zoneamento econômico-ecológico como importante instrumento de gestão agroambiental, com vistas à sustentabilidade espacial da cultura do cacau, em nível territorial.	CEPLAC, SEDECT, SIPAM, LAET, FVPP, ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES, PREFEITURAS MUNICIPAIS
	Elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento, que tenham como princípios basilares a sustentabilidade econômica das unidades de produção de cacau, na perspectiva de elevação da renda agrícola familiar.	CEPLAC, SAGRI, EMATER, FVPP, ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES, PREFEITURAS MUNICIPAIS
Pesquisa Agrícola, Agroflorestal, Agroecológica e Socioambiental	Estímulo à produção e geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que permitam o aproveitamento das vantagens comparativas e competitivas da cacauicultura e dos demais recursos intrínsecos aos sistemas de produção, na escala territorial e local.	CEPLAC, EMBRAPA, ICRAF, CIFOR, UFPA, POEMA, NUMA, NAEA, IPAM, PROAMBIENTE, LAET
	Desenvolvimento de pesquisas voltadas para a gestão, uso e aproveitamento racional dos recursos naturais das unidades de produção de cacau, em bases sustentáveis, com foco em sistemas agroflorestais e agroecológicos, que integrem atividades produtivas e conservem a biodiversidade.	CEPLAC, EMBRAPA, ICRAF, CIFOR, UFPA, POEMA, NUMA, NAEA, IPAM, PROAMBIENTE, LAET
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Fomento Agrícola e Assessoramento Técnico	Realização de investimentos no Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, de qualidade, que efetivamente atenda as demandas territoriais e locais pertinentes às unidades de produção de cacau, levando-se em consideração a diversidade socioambiental da região.	CEPLAC, MDA SAF/DATER
	Disponibilização de assessoramento e apoio técnico às organizações de produtores de cacau, por intermédio dos órgãos públicos governamentais, nas escalas territorial e local.	CEPLAC, EMATER, INCRA SAGRI, CEFET
	Implementação de políticas agrícolas de fomento e fortalecimento da economia cacauceira nos Territórios Rurais do Estado do Pará, especialmente na Transamazônica.	SAGRI, CEPLAC

EIXOS DE REFERÊNCIA	PROPOSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL	COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
Crédito rural e financiamento agrícola	Viabilização e concessão de linhas de crédito agrícola adequadas e compatíveis com a realidade agrária da região, direcionados para o financiamento de projetos de implantação e manejo da cultura do cacau, que visem, sobretudo, a expansão da área plantada, o aumento do volume da produção e o incremento da produtividade do cacauzeiro, em nível de unidade de produção.	CEPLAC, AGENTES FINANCEIROS, ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES
Capacitação de recursos humanos	Realização de investimentos em recursos humanos (no homem do campo), visando qualificá-lo para o acesso, uso e gerenciamento da informação, assim como para a adoção de tecnologias apropriadas e tomada de decisões de caráter estratégico.	SEBRAE, SENAR, UFPA/POEMA, CEPLAC, EMATER
	Implementação de programas de capacitação de recursos humanos, com foco na profissionalização da gestão de empreendimentos associativos, voltados para o desenvolvimento local.	SEBRAE, FVPP, CEPLAC, EMATER
	Capacitação de técnicos (filhos de agricultores) voltada para o gerenciamento, planejamento e execução de atividades de produção, animal, vegetal e agroindustrial, enquanto estratégia de fortalecimento da competitividade sistêmica dos produtores de cacau, capaz de viabilizar o acesso a informações e a internalização de novos conhecimentos tecnológicos nas unidades de produção, como forma de minimizar riscos proporcionados pelo mercado globalizado.	UFPA, EMBRAPA, FVPP, ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL, PREFEITURAS MUNICIPAIS
Cadeia produtiva, diversificação agroeconômica e verticalização da produção	Incentivo à expansão da área plantada, ao aumento da produção e da produtividade da cultura do cacau no Território da Transamazônica e no Município de Uruará.	MAPA, CEPLAC, SAGRI, AGENTES FINANCEIROS
	Implementação de programas e projetos voltados para a diversificação agroeconômica dos estabelecimentos agrícolas, mediante o aproveitamento integrado e sustentável de subprodutos da cadeia produtiva do cacau.	MAPA, CEPLAC, SAGRI, AGENTES FINANCEIROS
	Implementação políticas direcionadas à verticalização da produção de cacau, para que os benefícios da agregação de valor, da criação de oportunidade de trabalho e das divisas geradas sejam apropriadas pelos atores sociais, nas escalas local e territorial.	MAPA, CEPLAC, SAGRI, AGENTES FINANCEIROS

Continuação...

EIXOS DE REFERÊNCIA	PROPOSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL	COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
Cadeia produtiva, diversificação agroeconômica e verticalização da produção (continuação)	Criação de instrumentos e mecanismos capazes de contribuir estrategicamente para a consolidação da cadeia produtiva do cacau no Território da Transamazônica, mediante a eliminação dos “nós” e “gargalos” existentes entre os seus elos, notadamente no processo de comercialização e acesso aos mercados nacional e internacional.	MAPA, CEPLAC, SAGRI, FVPP, ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES, AGENTES FINANCEIROS
Organização do processo produtivo, associativismo e cooperativismo	Promoção e apoio ao Associativismo e Cooperativismo empreendedor, direcionado para a produção, agroindustrialização e comercialização do cacau, como alternativa centrada na organização do sistema produtivo - dentro de uma perspectiva de geração de ocupação, emprego e renda - e também como estratégia de superação da cadeia de intermediação e de inserção dos produtores de cacau nos mercados agrícolas, nacional e internacional.	UFPA/POEMA, SEBRAE, CEPLAC, EAMTER, FVPP
Mercado, comercialização e agroindustrialização	Implementação de um programa de agroindustrialização do cacau no Estado do Pará, com foco na Transamazônica, com ênfase às micro e pequenas agroindústrias, dados os impactos econômico, social e cultural que pode proporcionar, além dos benefícios diretos e indiretos que pode gerar para a classe produtora e para a municipalidade como um todo.	MAPA, CEPLAC, SAGRI, SEBRAE, FVPP, AGENTES FINANCEIROS
	Promoção da articulação entre o processo de comercialização e a agroindústria, por ser um processo de fundamental importância na dinâmica da cadeia produtiva do cacau e na distribuição de renda entre os agentes que dela participam direta e indiretamente.	MAPA, CEPLAC, SAGRI, SEBRAE, FVPP, AGENTES FINANCEIROS
	Promoção da melhoria da qualidade do cacau, com a necessária classificação do produto, dadas as suas qualidades intrínsecas, que atendem perfeitamente os pré-requisitos básicos das indústrias chocolateiras multinacionais e transnacionais.	MAPA, CEPLAC, FVPP, ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES AGENTES FINANCEIROS
	Criação de mecanismos de comercialização mais eficientes, a exemplo de leilões agrícolas, que possibilitem a venda direta do produto no mercado nacional, de forma organizada, com apoio da estrutura governamental.	MAPA, CEPLAC, FVPP, ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES, AGENTES FINANCEIROS

Continuação...

EIXOS DE REFERÊNCIA	PROPOSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E ESPACIAL	COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
Mercado, comercialização e agroindustrialização (continuação)	Implementação de estratégias que possam minimizar as conseqüências negativas da ação de monopólios e monopsonios sobre a agricultura do cacau, e, sobretudo, contribuir para a ampliação e incremento da receita bruta anual dos produtores, nas escalas territorial e local.	MAPA, CEPLAC, FVPP, ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES, AGENTES FINANCEIROS
	Redução das diferenças geográficas e dos fatores estruturais de logística precária que dificultam a convergência espacial dos mercados regionais com os centros internacionais, como estratégia capaz de tornar mais competitiva a cacauicultura no âmbito do mercado internacional.	MAPA, CEPLAC, MDIC, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Infraestrutura para comercialização de produtos agrícolas	Criação de uma infraestrutura de suporte à comercialização da produção de cacau- através de estradas, armazéns, energia, comunicação rural e educação - e canalização de recursos para estimular e viabilizar os investimentos privados, no processo de interiorização agroindustrial.	MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS FEDERAIS, SECRETARIAS EXECUTIVAS DE ESTADO, INICIATIVA PRIVADA
Interdependência intrasetorial e intersetorial	Implementação de uma política econômica que seja capaz de promover a interdependência intrasetorial e intersetorial, como forma de garantir que os efeitos multiplicadores da renda e do emprego se concretizem antes na própria região do que fora dela, assim como potencializar a competitividade dos empreendimentos e dos produtos regionais, mesmo que orientados por mercados externos.	MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS FEDERAIS, SECRETARIAS EXECUTIVAS DE ESTADO, INICIATIVA PRIVADA
Serviços públicos básicos	Viabilização de investimentos em serviços públicos (essenciais) de saúde, educação, habitação e organização comunitária nos municípios produtores de cacau, na escala territorial.	MINISTÉRIOS E ÓRGÃOS FEDERAIS, SEDUC, SETEPS, FVPP, PREFEITURAS MUNICIPAIS

8 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sustentabilidade e Articulação Territorial do Desenvolvimento Brasileiro. Disponível em: http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado>. Acesso em: 02 ago. 2009.

ALMEIDA, M. B.; AMIN, M. M.; SOUZA, C. de S. **Reforma Agrária e Modernização da Agricultura: contribuições para a avaliação da experiência brasileira**. Belém: UNAMA, 2006.

ALVARES-AFONSO, F. M. **O cacau na Amazônia**. CEPLAC. Itabuna: CEPLAC, 1979. 36p. (Boletim Técnico, 66).

_____. **A Cacaicultura como Fator de Ocupação da Amazônia**. Cuiabá: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), 1982. 43p.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. **As Transformações Capitalistas na Agricultura e a Questão Agrária**. Rio Grande do Sul: UFSM, 2007.

AMIN, M. M. **Cacaicultura da Amazônia: obstáculos à competitividade no mercado internacional**. Belém: CEPLAC, 1994.

ARERO, A. B. **A Produção de Cacau na Região da Transamazônica: um estudo de caso sob o ponto de vista da agricultura familiar**. Belém: UFPA/Núcleo de Ciências Agrárias, 2004. 146 p. (Dissertação de Mestrado).

BARBOSA, M. J. de S. et al. **Rede de Cidades na Amazônia Oriental: entre processos contraditórios de homogeneização, polarização e segregação**. In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSS, nº 13, 2005. pp. 100-199.

BERTHOME, J.; MERCOIRET, Maire-Rose. Organização dos Pequenos Agricultores. In: SUZANA, S. (Org.). **Organização dos produtores**. Brasília: EMBRAPA, 1999. pp. 11-16. (Agricultura Familiar, 3).

BRANDÃO, J. R. **A cultura do cacau em SAF: reflexões sobre identificação e valoração de serviços ambientais e socioeconômicos na Transamazônica**. Belém: UFPA, 2008. 91p. (Monografia).

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estudo da Dinamização da Economia do Território da Transamazônica**. Belém: MDA/SDT, 2005. 72p.

BRITO, Lydia Maria P. **Desenvolvimento Local: alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo?** XXVI ENEGEP, Fortaleza, 2006.

BRUNDTLAND, G. **Our Common Future**. Oxford University Press: Oxford, 1987.

CALVI, M. F. **Fatores de Adoção de Sistemas Agroflorestais por Agricultores Familiares do Município de Medicilândia, Pará**. Belém: UFPA/Núcleo de Ciências Agrárias, 2009. 122 p. (Dissertação de Mestrado).

CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. **Desenvolvimento Local e a Democratização dos Espaços Rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

CARVALHO, M. C. M. de (org.). **Construindo o saber – Metodologia científica: Fundamentos e Técnicas**. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CASTRO, A. M. G.; PAEZ, M. L. A.; GOMES, G. C.; CABRAL, J. R. **Priorização de demandas da clientela de P&D em agropecuária**. Revista de Administração. v. 31. nº 2 (abril/junho), 1996.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (Brasília). **Diretrizes para expansão da cacauicultura nacional: PROCACAU**. Brasília: CEPLAC, 1977. 200p.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (Belém). **Serviço de Extensão Rural: Sistema de Controle do Serviço de Extensão Rural**, Belém: CEPLAC/SUEPA/SISCENEX, 2006.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (Belém). **Serviço de Extensão Rural: Sistema de Controle do Serviço de Extensão Rural**, Belém: CEPLAC/SUEPA/SISCENEX, 2010.

COSTA, F. de A. Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: novos supostos de política de planejamento agrícola para a Amazônia. In: XIMENES, T. (org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp. 255-309.

CUENCA, M. A. G.; NAZÁRIO, C. C. **Importância Econômica e Evolução da Cultura do Cacau no Brasil e na Região dos Tabuleiros Costeiros da Bahia entre 1990 e 2002**. Aracaju (SE): EMBRAPA, 2004. (Embrapa – Documentos 72).

DÜRR, J. **Cadeias produtivas no “Pólo Altamira”: um estudo de caso**. In: Novos Cadernos do NAEA. Belém: NAEA/UFPA, v.5, nº. 2, 2002. 163-207.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FAJARDO, S. **Algumas discussões sobre abordagem econômica do território na geografia e suas implicações no espaço rural**. In: Revista de Geografia Econômica, Curitiba: UFPR, 2005, PP. 131-137.

FARINA, E. M. M. Q; ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade e Organização das Cadeias Agroindustriais**. Costa Rica, Relatório IICA, 1994.

FENZL, N.; MACHADO, J. A. da C. **A Sustentabilidade de Sistemas Complexos: conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável**. Belém: NUMA/UFGA, 2009. 285p.

FONSECA, Jaime Raúl Seixas. **Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação**. In: VI Congresso Português de Sociologia: Universidade técnica de Lisboa, 25-28 de junho, 2008.

FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Transamazônica-Pará**. Altamira: FVPP, 2006. 119p. (versão preliminar).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, P. C. dos R. **Modelo Conceitual das Dinâmicas do Desmatamento na Região de Uruará (PA)**. In: III Encontro da ANPPAS. Brasília, 23-26 de maio, 2006.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; NILO, D. **O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71. (Coleção Pensamento Petista).

HERRERA, J. A.; GUERRA, G. A. D. **Exploração Agrícola Familiar e o Processo de Ocupação da Região Transamazônica**. Belém: UFPA/NEAF/MAFDS, 2006, 13p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**, 2010.

INTERNACIONAL COCOA ORGANIZATION. **Quarterly bulletin of cocoa statistics**. London, nov, 2010.

LACKI, P. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. Brasília: FAO/PNUD/MA, 1996. 174p.

LEFF, Enrique (Coord.). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, A.; LOPES, V. Arranjos Produtivos Locais: conceito e experiências em discussão. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, 2003. nº.114. pp. 26-30.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: VIEIRA, Célia Guimarães Ima et al. (orgs.). **Diversidade**

biológica e cultural da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 195-251.

LIMA, E. L. **Diagnóstico da cacauicultura na SUPOR.** Belém: CEPLAC/SUPOR, v. 1 a 15, 1998.

_____ ; MENDES, F. A. T. Cacau Orgânico na Transamazônica: uma vocação natural ou consequência da globalização? In: MENDES, F. A. T. (Org.). **Economia do Cacau na Amazônia.** Belém: UNAMA, pp. 89-98, 2005.

_____ ; MENDES, F. A. T. **Simulação da viabilidade industrial do processamento de amêndoas de cacau em pequena escala: o caso da cacauicultura de Medicilândia no Estado do Pará.** Belém: CEPLAC/SUPOR, 2009. 13p.

LIRA, S. R. B. de. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento na Amazônia: Simultaneidade e Desigualdade Econômica no Pará. In: ROCHA, G. M.; MAGALHÃES, S. B.; TEISSERENC, P. (Org.). **Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas.** Belém: EDUFPA, 2009, pp. 127-156.

MARTINS, A. A. F. A. **Caminho das águas: proposta para aproveitamento de um produto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, PA, Brasil.** Belém: POEMA/NUMA/UFPA, 2010. (Dissertação de Mestrado).

MENDES, F. A. T.; SOUSA, J. M. S.; VASCONCELOS, S. P.. **A Cacauicultura na Amazônia Oriental: uma síntese dos principais problemas.** Belém: CEPLAC/SUPOR, 1999. 17p.

MENDES, F. A. T. **A Cacauicultura na Amazônia Brasileira: potencialidades, abrangência e oportunidades de negócio.** Belém: UNAMA, 2000. pp. 53-61 (Movendo Idéias, v.5; n.8).

_____ (org.). **Economia do cacau na Amazônia.** Belém: UNAMA, 2005, 249 p.

_____. A importância da cultura do Cacau para a Amazônia. In: **Economia do cacau na Amazônia.** Belém: UNAMA, 2005, pp. 21-40.

_____ ; REIS, S. M. dos; AMIN, M. M. A mão-de-obra familiar como responsável pela condução da cacauicultura no Estado do Pará. In: MENDES, F. A. T. (Org.). **Economia do Cacau na Amazônia.** Belém: UNAMA, 2005, pp. 81-88.

_____. **A produção de cacau no Estado do Pará.** Belém (PA): CEPLAC/SUPOR/SEPES. Boletim Técnico nº 20. 2007.

_____ ; LIMA, E. L. **A alternância das posições de relevo na cacauicultura brasileira como foco para o planejamento estratégico nos três níveis de governo.** Belém: CEPLAC/SUPOR, 2009.

NOGUEIRA, M. P. de C. M. Sustentabilidade Econômica do Cacau e sua Contribuição para o Desenvolvimento da Amazônia. In: MENDES, F. A. T. (Org.). **Economia do Cacau na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2005, pp. 42-56.

OLIVEIRA FILHO, J. de; ALVARES-AFONSO, F. M. **O Cacau e sua Importância na Agricultura Nacional**. Brasília: CEPLAC, 1989, 19p.

PADUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PARÁ. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ. **Município de Uruará**. Belém: Coordenadoria de Estatística Estadual, 2011.

PEREIRA, S. de M. **Da economia colonial amazônica à crise da borracha**. 1994.

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-systems* para experiências com *soft-systems*. In: **X Congresso Internacional de Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.

RODRIGUES, M. R. S. **Descrição da Cadeia Produtiva do Cacau no Estado do Pará e a Inserção do Produto nos Mercados Nacional e Internacional**. Belém: UNAMA, 2006. 122p.

SANTANA, A. C. de. O Intercâmbio Comercial da Amazônia e suas Relações Intersetoriais: situação atual e perspectivas para o século XXI. In: XIMENES, T. (org.). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp. 231-253.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHMITZ, H. Abordagem Sistêmica e agricultura familiar. In: DALVA, M. M.; SCHMITZ, H; HELLENIRA, E. M. V. (orgs.) **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade Brasileira de sistemas de Produção, 2005, pp. 19-52.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. In: Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 11, p. 88-125, 2004.

SILVA, M. M. da. **Educação Ambiental e Cooperação Internacional na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. 213 p.

SIMÕES, A. **A relação Estado e agricultura familiar na fronteira agrícola amazônica: o caso da região Transamazônica**. Belém: UFPA, 2002. (Paper do NAEA, 164).

TAVARES, M. F. de F.; FISCHER, T. B. **Agregação de valor no cacau: o caso da Cacau Show**. São Paulo: ESPM, 2009. 22p.

TOLEDO, M. R. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro**. Campinas, SP.: [s.n.], 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1996.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Desarrollo Endógeno y Globalizacion**. Pontificia Universidade Católica do Chile: Santiago, 2000.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo Endógeno. In: VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Endogenous Development: networking, innovation, institutions and cities**. Routledge: Londres, 2002.

WALKER, R. T. et al. **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. 117 p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 93).

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

WILLUMSEN, M. J.; DUTT, A. K. **Café, cacau e crescimento econômico no Brasil**. In: Revista de Economia Política, vol. 11, nº. 3 (43), julho-setembro. 1991.

WOLFFENBÜTTEL, C. R. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: dois paradigmas**. Rio Grande do Sul: FASEV, FUNDARTE/UERGS/SMED-POA, 2008.

WORLD AGROFORESTRY CENTRE. In: **I Seminário Internacional do Cacau**. Belém: Casa de Estudos Germânicos/UFPA, 2011.

WORLD COCOA FOUNDATION. **Estatísticas do Cacau**, 2011.

ZYLBERSZTJN, D; FARINA, E. M. M. Q; SANTOS, R. C. **O Sistema Agroindustrial do Café**. São Paulo: FIA, 1993.

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Os dados serão utilizados para pesquisa quantitativa visando à elaboração de Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

RESPONSÁVEL: José Raul dos Santos Guimarães - Mestrando

Data de preenchimento do questionário: ____/09/2010

Território da Transamazônica - Município de Uruará (Pará)

I - IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DOS PRODUTORES DE CACAU DE URUARÁ

Nome do Produtor (a):

Endereço:

Rod. BR-230 (Transamazônica) - Km (_____) - Gleba (_____) - Lote (_____)

1) Naturalidade:

() Norte () Nordeste () Sudeste () Sul () Centro Oeste

2) Procedência:

() Norte () Nordeste () Sudeste () Sul () Centro Oeste

3) Qual o principal motivo de sua vinda para o município de Uruará?

() Incentivo do governo através projeto de colonização () Incentivo de outro produtor

() Comprou terras com preço acessível () Por iniciativa própria

4) Em que ano o senhor chegou no Município de Uruará? (_____)

5) Local de residência:

() Na unidade de produção () Na sede municipal () Outro Município do Estado

6) Idade (anos):

() 20-30 () 31-40 () 41-50 () 51-60 () 61-70 () 71-80

7) Nível de escolaridade:

() Analfabeto

() Científico incompleto

() Primário incompleto

() Científico completo

() Primário completo

() Superior incompleto

() Ginásio incompleto

() Superior completo

() Ginásio completo

8) Atividades anteriores:

- Trabalhador rural
 Proprietário rural
 Arrendatário rural
- Empreiteiro rural
 Administrador rural
 Outras atividades

9) Experiência anterior com a cultura do cacau: Sim Não**10) Caso positivo, em que região?**

- Norte Nordeste Sudeste Sul Centro Oeste

11) Porquanto tempo trabalhou com a cultura do cacau? (_____) anos***II – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO*****12) Distância da unidade de produção para a sede do Município:**

- Até 5 km
 > 5 <= 10 km
 > 10 <= 15 km
 > 15 <= 20 km
 > 20 <= 25 km
 > 25 <= 30 km
- > 30 <= 35 km
 > 35 <= 40 km
 > 40 <= 45 km
 > 45 <= 50 km
 > 50 km

13) Tamanho da unidade de produção:

- Até 50 ha > 50 <= 75 ha > 75 <= 100 ha > 100 <= 150 ha > 150 ha

14) Tamanho das áreas inexploradas na unidade de produção:

- a) Capoeira: (_____) ha
b) Mata: (_____) ha
c) Imprópria: (_____) ha
d) Predial: (_____) ha

15) Disponibilidade de mão-de-obra, categoria e idade:

Idade	Permanente		Temporária	
0 a 7 anos				
8 a 14 anos				
15 a 21 anos				
> 21 anos				
Totais				

16) Atividades econômico-produtivas diversificadas existentes na unidade de produção:

- a) Cultivos permanentes: (____) ha
b) Cultivos temporários: (____) ha
c) Pastagens (Pecuária): (____) ha
d) Sistemas agroflorestais: (____) ha
e) Manejo florestal: (____) há

17) Em sua opinião, por ordem de importância, quais as atividades produtivas mais importantes do seu estabelecimento agrícola?

- Pecuária de corte Pecuária leiteira Cafeicultura Pipericultura
 Cacauicultura Sistemas Agroflorestais Exploração madeireira

18) Origem dos investimentos nas atividades diversificadas:

- a) Financiamento agrícola: ()
 b) Recursos próprios: ()
 c) Receita do cultivo do Cacau: ()
 d) Outras fontes: () Quais? _____

III – ASPECTOS DA ECONOMIA CACAUEIRA

19) Evolução da área plantada e idade do cultivo do cacau na unidade de produção:

Ano agrícola	Idade (anos)	Área (ha)
Total	-	

20) Que tipo de cacau o senhor produz?

- Cacau comum Cacau orgânico Cacau fino

21) No caso do cacau orgânico, quais as vantagens para o produtor?

- É mais produtivo O preço é melhor Tem mercado garantido
 Melhor acesso ao mercado Melhora a renda familiar Outras vantagens

22) A unidade de produção é certificada?

- Sim Não

23) A área cultivada com cacau é certificada?

- Sim Não

24) A unidade de produção está vinculada a algum projeto de desenvolvimento da cultura do cacau na Transamazônica?

- Sim Não

25) Caso afirmativo, qual o Projeto?

26) Em sua opinião, quais os benefícios desse projeto para o produtor de cacau de Uruará?

27) Quanto à produção de cacau:

- a) 2007 (_____) t

- b) 2008 (_____) t
- c) 2009 (_____) t
- d) 2010 (_____) t/Estimativa

28) Produtividade atual: (_____) kg/ha

29) Composição da receita bruta anual da unidade de produção:

- a) Cultivos permanentes: R\$ (_____)
- b) Cultivos temporários: R\$ (_____)
- c) Pecuária: R\$ (_____)
- d) Cultivo do cacau: R\$ (_____)

30) Representatividade atividade cacaeira na composição da receita bruta anual: (____) %

31) O Senhor faz o aproveitamento dos subprodutos do cacau na unidade de produção?

() Sim () Não

32) Caso afirmativo, quais os subprodutos?

Caso negativo, por quê?

- () Falta de informação () Falta de treinamento () Falta de apoio do governo
- () Falta de ATER () Não tem interesse () Falta de mão-de-obra

33) Grau de importância da cultura do cacau no conjunto de atividades produtivas:

- () Muito importante () Importante () Importância mediana () Inexpressiva

34) Por que implantou a cultura do cacau na unidade de produção?

35) O que lhe motivou implantar a cultura do cacau?

36) Grau de satisfação com a cultura do cacau:

- () Muito satisfeito () Satisfeito () Insatisfeito () Indiferente

37) A cultura do cacau é importante para o Desenvolvimento Local do Município de Uruará? () Sim () Não

38) Por quê?

39)Qual a sua opinião sobre a atuação do governo relacionada à cultura do cacau do município de Uruará?

40)Grau de satisfação com a atuação do governo voltada para a cultura do cacau:

() Muito satisfeito () Satisfeito () Insatisfeito () Indiferente

41)Em sua opinião, quais os principais problemas referentes à produção de cacau em Uruará?

42)O que acha que o governo deveria fazer para melhorar a economia cacaeira no Município de Uruará?

43)O que é preciso para que haja melhoramento da produção de cacau no Município?

() Mais capacitação () Mais financiamento () Mais ATER () Mais pesquisas

44)Como vê o futuro da produção de cacau no município de Uruará?

IV - ORGANIZAÇÃO DO PRODUTOR E DA PRODUÇÃO

45)Faz parte de alguma entidade associativa? () Sim () Não

46)Em caso afirmativo, qual a forma de organização?

() Cooperativa () Associação () Sindicato () Grupo Informal

47)O que acha da organização dos produtores de cacau do Município de Uruará?

() Muito organizados () Pouco organizados () Desorganizados

48)Em sua opinião, quais as vantagens de estar associado a uma organização representativa da classe produtora?

49)No caso da produção de cacau, é importante fazer parte de uma organização de produtores?

() Sim () Não

50)Em caso afirmativo, por quê?

51)A sua produção de cacau é comercializada através da organização dos produtores?

Sim Não

52)Caso positivo, que quantidade de cacau o senhor comercializa durante o ano?

20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

53)A sua organização recebe algum tipo de apoio do governo?

Sim Não

54)Em caso afirmativo, qual o tipo de apoio recebido?

55)A organização recebe algum tipo de assessoramento técnico dos órgãos de governo existentes no Município?

Sim Não

56)Em caso afirmativo, qual o tipo de assessoramento?

57)Através da sua organização, o senhor acha que é possível conseguir preços melhores para o cacau comercializado no Município?

Sim Não

58)Em caso afirmativo, de que forma?

59)Grau de satisfação com a organização:

Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Indiferente

V - MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

60)Para quem vende o cacau?

61)O senhor sabe quais são as empresas que compram o cacau produzido em Uruará?

Sim Não

62)Quando vende a sua produção?

Antes da colheita Durante a colheita

Após a colheita Antes e depois

63)Quantidade anual que comercializa? (_____) t

64) Quanto à qualidade do cacau produzido e comercializado?

De boa qualidade De má qualidade

65) Quanto à definição do preço final do cacau:

É negociado entre as partes É definido pelo comprador

66) O senhor acha justo o preço pago pelo seu produto? Sim Não

67) O que acha do preço pago pelo cacau?

Está alto Está baixo Está muito baixo

68) O preço pago cobre os custos da produção do cacau?

Sim Não

69) Quanto o senhor gasta para produzir um hectare de cacau?

R\$ _____

70) Tem acesso a informações sobre o preço do cacau no mercado?

Sim Não

71) Caso positivo, através de que meios tem acesso às informações?

Sec. Agricultura Rádio Jornal TV CEPLAC

Organização dos Produtores Agentes de Comercialização

72) Grau de satisfação com o preço do cacau:

Muito satisfeito Satisfeito Insatisfeito Indiferente

73) Em sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar o preço final do produto?

74) Que tipo de relação o senhor tem com o (s) agente (s) de comercialização?

Apenas comercial Estrutural e comercial

Estrutural, comercial e financeira

75) O que acha do papel dos agentes de comercialização no mercado de Uruará?

76) Em sua opinião, quais os principais problemas encontrados na comercialização do cacau?

77) Na sua visão, o que o Senhor acha que deve ser feito para melhorar a comercialização da produção de cacau no Município de Uruará?

78)O senhor acha que é possível industrializar o cacau no próprio Município de Uruará e no Território da Transamazônica?

() Sim () Não () Indiferente

79)Caso positivo, o que o senhor acha que deve ser feito?

80)Caso negativo, porque razão?

81)Quais os benefícios que a industrialização do cacau poderá proporcionar para os produtores de cacau de Uruará?

() Aumento receita do produtor () Mais empregos nas UP () Aumento da produção de cacau () Agregação de valor ao produto () Mais estabilidade no longo prazo

82)O que o Senhor pensa do futuro da economia cacaeira no Município de Uruará?

83)Qual a contribuição que os produtores podem dar neste cenário?

APÊNDICE B
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Os dados serão utilizados para pesquisa qualitativa visando à elaboração de Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

RESPONSÁVEL: *José Raul dos Santos Guimarães - Mestrando*

Data de realização da entrevista: ____/09/2010

Território da Transamazônica - Município de Uruará (Pará)

AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DE CACAU DE URUARÁ

Nome do Agente:

Endereço:

Rod. BR-230 (Transamazônica) - Uruará/PA

1) Naturalidade:

Norte Nordeste Sudeste Sul Centro Oeste

2) Procedência:

Norte Nordeste Sudeste Sul Centro Oeste

3) Que empresa compradora de cacau o senhor representa no Município de Uruará?

4) Há quantos anos essa empresa compra cacau na região?

5) Onde está localizada a sede central dessa Empresa?

São Paulo Bahia Espírito Santo Outro Estado: Qual? _____

6) Qual a abrangência da atuação dessa Empresa na Transamazônica?

Em todos os municípios Na metade dos municípios

Apenas em Uruará

Em outros municípios, quais? _____

7) Que tipo de relação é desenvolvida com os produtores de cacau de Uruará?

Estrutural, comercial e financeira Estrutural e comercial Comercial

8) Quais as modalidades de compra do cacau adotadas no Município de Uruará?

() Antes da colheita () Durante a colheita () Depois da colheita ()
Antes/depois

9) Qual o volume de produção comprado anualmente por essa Empresa?

10) Quanto à qualidade do cacau produzido e comercializado?

() De boa qualidade () De má qualidade

11) Quantos produtores de cacau vendem o seu produto para essa Empresa?

12) A empresa tem um cadastramento dos produtores de cacau do Município?

() Sim () Não

13) Quais os critérios estabelecidos para definição dos preços pagos aos produtores de cacau de Uruará?

14) O Senhor acha justo o preço pago ao produtor de cacau?

() Sim () Não

15) O Senhor acha que é possível melhorar o preço do cacau no Município e na região?

() Sim () Não

16) Caso afirmativo, de que forma?

17) Caso negativo, por quê?

18) Qual o destino da produção de cacau comprada no Município de Uruará?

() Altamira () Santarém () Belém

() São Paulo () Bahia () Espírito Santo

19) Qual a finalidade da produção de cacau exportada de Uruará?

20) Quanto à organização dos produtores de cacau de Uruará:

() Muito organizados () Pouco organizados

Desorganizados Indiferente

21) Para sua empresa, é importante essa organização para a comercialização do cacau?

Sim Não Indiferente

22) Por que razão?

23) O que é necessário fazer para a melhoria da organização dos produtores de cacau?

Iniciativa dos produtores Apoio do governo

Apoio das empresas privadas

24) Em sua opinião, o que deve ser feito para melhorar a produção de cacau em Uruará?

Mais financiamento Mais ATER

Mais pesquisas Mais apoio governo

25) O senhor acha que é possível industrializar o cacau no próprio Município de Uruará e no Território da Transamazônica?

Sim Não Indiferente

26) Caso positivo, o que o senhor acha que deve ser feito?

27) Caso negativo, porque razão?

28) Quais os benefícios que a industrialização do cacau poderá proporcionar para o Município de Uruará?

Aumento da arrecadação municipal Mais empregos no Município

Melhoria

29) Em sua opinião, por ordem de importância, quais as atividades produtivas mais importantes desenvolvidas no município de Uruará?

Pecuária de corte Pecuária leiteira Cafeicultura Pipericultura

Cacaucultura Sistemas Agroflorestais Exploração madeireira

30) Como o senhor analisa o futuro da produção de cacau em Uruará?

31) Como o senhor analisa o futuro da comercialização de cacau em Uruará?

32)Qual o papel e a função da sua empresa no processo de Comercialização da produção de cacau no Município de Uruará?

33)Em sua opinião, qual a importância da cultura do cacau para o Desenvolvimento Local do Município de Uruará?

34)O que pensa do futuro da economia cacauceira para o Município de Uruará?

35)Como a sua empresa pode contribuir neste cenário?

APÊNDICE C
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Os dados serão utilizados para pesquisa qualitativa visando à elaboração de Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

RESPONSÁVEL: *José Raul dos Santos Guimarães - Mestrando*

Data de realização da entrevista: ____/09/2010

Território da Transamazônica - Município de Uruará (Pará)

GESTORES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS DE URUARÁ

Nome da Instituição:

Endereço:

Rod. BR-230 (Transamazônica) - Uruará/PA

Responsável:

1) Qual o papel e a função da Instituição no processo de Planejamento do Desenvolvimento Local do Município de Uruará?

2) O fomento e apoio à cultura do cacau no âmbito municipal é parte integrante do conjunto de diretrizes de planejamento institucional?

() Sim () Não

3) Caso positivo, quais as justificativas?

() Importância econômica () Importância social () Importância ambiental
() Importância ecológica () Importância espacial () Política de desenvolvimento

4) Caso negativo, porque razão?

() Não é prioridade () Não é importante () Não é função da Instituição
() Falta de recursos financeiros

5) Em sua opinião, qual a importância da cultura do cacau para o Desenvolvimento Local do Município de Uruará?

6) Então, se a cultura do cacau está integrada no Planejamento Local, há programas e projetos de apoio direto aos produtores do Município?
() Sim () Não

7) Quais?

8) Em sua opinião, há integração dos órgãos governamentais na execução de ações direcionadas ao fortalecimento da economia cacauceira no Município?

() Sim () Não () Deficiente () Incipiente

9) Caso negativo, quais as razões?

() Falta de Planejamento () Falta de articulação

() Falta de assessoramento técnico

() Falta de iniciativa () Falta de recursos financeiros () Falta de compromisso

10) A instituição desenvolve parcerias locais de cooperação e apoio ao desenvolvimento da cultura do cacau em âmbito municipal?

() Sim () Não

11) Quais?

12) O que é necessário para que haja o melhoramento da produção de cacau do Município?

() Mais financiamento () Mais ATER () Mais pesquisas

() Mais apoio do governo

() Mais integração dos órgãos locais () Melhor planejamento das ações

13) Em sua opinião, por ordem de importância, quais as atividades produtivas mais importantes desenvolvidas no município de Uruará?

() Pecuária de corte () Pecuária leiteira () Cafeicultura () Pipericultura

() Cacaucultura () Sistemas Agroflorestais () Exploração madeireira

14) O que acha do processo de comercialização do cacau, em âmbito municipal?

15) O que acha da atuação dos agentes de comercialização do cacau em Uruará?

() Necessária () Importante () Desnecessária () Mal necessário

16) O senhor acha justo o preço pago pelo cacau produzido em Uruará?

() Sim () Não () Indiferente

17) Caso negativo, por quê?

Falta de organização dos produtores Monopólio comercial Preços ditados pelos agentes de comercialização Fortes laços de dependência dos produtores

18)O que acha que deve ser feito para melhorar essa situação?

Fortalecimento da organização dos produtores Melhoria do assessoramento técnico aos produtores Mais apoio dos órgãos governamentais

19)Quanto à organização dos produtores de cacau no Município de Uruará?

Muito organizados Pouco organizados Desorganizados Indiferente

20)O senhor acha que é possível industrializar o cacau no próprio Município de Uruará e no Território da Transamazônica?

Sim Não Indiferente

21)Caso positivo, o que o senhor acha que deve ser feito?

22)Caso negativo, porque razão?

23)Quais os benefícios que a industrialização do cacau poderá proporcionar para os produtores de cacau de Uruará?

Aumento receita do produtor Mais empregos nas UP Aumento da produção de cacau Agregação de valor ao produto Mais estabilidade no longo prazo

24)Quais os benefícios que a industrialização do cacau poderá proporcionar para o Município de Uruará?

Aumento da arrecadação municipal Mais empregos no Município Melhoria das condições de vida no meio rural Aquecimento da economia municipal

25)O que pensa do futuro da economia cacaeira no Município de Uruará?

26)Qual a contribuição que a sua Instituição pode dar neste cenário?

APÊNDICE D

ANÁLISE/DISCUSSÃO COM GRUPO FOCAL

Os dados serão utilizados para pesquisa qualitativa visando à elaboração de Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, pelo Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

RESPONSÁVEL: *José Raul dos Santos Guimarães - Mestrando*

Data de realização: ____ /09 /2010

Território da Transamazônica - Município de Uruará (Pará)

GRUPO FOCAL

- **Participantes**
 - ✓ **Dirigentes de Organizações de Produtores de Cacau**
 - ✓ **Lideranças Comunitárias do Município de Uruará**
- **Questões básicas que nortearam as discussões:**
 - ✓ **Por que produzem Cacau (escolha/racionalidade)?**
 - ✓ **Quais os resultados dessa atividade econômica (sustentabilidade)?**
 - ✓ **Quais as perspectivas (cenários futuros)?**